

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARCELA CRISTINA DE OLIVEIRA MORENTE

INVADINDO O MUNDO PÚBLICO
Movimentos de Mulheres
(1945-1964)



São Paulo
2015

MARCELA CRISTINA DE OLIVEIRA MORENTE

INVADINDO O MUNDO PÚBLICO
Movimentos de Mulheres
(1945-1964)

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Prof.^a Dr.^a
Maria Luiza Tucci Carneiro

São Paulo
2015

Nome: MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira

Título: Invadindo o Mundo Público: Movimentos de Mulheres (1945-1964)

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de Mestre em História.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus amados pais Lia e Mário.

À minha querida irmã Michele.

Ao meu companheiro e melhor amigo, Rafael.

À Zuleika, Ana, Alice, Marina, Sofia, Arcelina, Yolanda, Elisa
e todas às mulheres que contribuíram para que nos
tornássemos públicas.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Luiza Tucci Carneiro, que me orienta desde os tempos da graduação e de Iniciação Científica, enquanto eu ainda engatinhava pelos meandros da História. Serei sempre grata pela oportunidade de ter participado do Projeto Integrado Arquivo/Universidade (PROIN). Seu carinho, sua postura e sabedoria despertaram em mim uma grande admiração, desde as primeiras aulas que assisti. Foi por suas mãos que conheci os “caminhos dos arquivos” e me apaixonei pela pesquisa. Suas sugestões e direcionamentos, sempre certos, foram essenciais para a realização desse trabalho.

Meus agradecimentos à Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida de Aquino, que ministrou a disciplina *O Estado Autoritário Brasileiro Pós-64: A Imprensa e os Instrumentais de Repressão*, tão importante para esclarecer alguns pontos teóricos sobre o período escolhido como baliza temporal desse trabalho, e que gentilmente aceitou participar de minha banca de qualificação, o que muito me honrou, trazendo enormes contribuições para o andamento dessa pesquisa.

Meus agradecimentos à Prof.^a Dr.^a Luzia Margareth Rago, que generosamente aceitou o convite para compor minha banca de qualificação. Foi uma grande honra poder contar com sua colaboração e sugestões, que foram imprescindíveis para o aprimoramento deste trabalho.

Agradeço aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo e do Arquivo Edgard Leuenroth, pelo atendimento sempre atencioso e no pronto auxílio no levantamento das fontes. Agradeço também à FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – pelo financiamento concedido a uma pesquisa anterior, que acabou culminando no desenvolvimento deste atual trabalho.

Às equipes gestoras e funcionários da E.E Célio Rodrigues Alves, EMEB Cecília Meireles e EMEB Educador Paulo Freire, meus sinceros agradecimentos por todo o apoio, entusiasmo e preocupação dedicados a mim, durante o desenvolvimento dessa pesquisa.

Agradeço meus pais, Lia e Mário, pelo amor, apoio e confiança incondicionais, sem os quais teria sido impossível o desenvolvimento dessa pesquisa. Obrigada pela paciência e pela presença sempre constante em minha vida, por me ensinarem a trilhar meu caminho com honestidade.

Ao meu querido Rafael Henrique Morente, pelos momentos em que eu só precisava de um abraço e da certeza de que tudo iria se resolver da melhor maneira e também pelos “puxões de orelha”. Sua presença foi fundamental para que eu me mantivesse firme até aqui. Obrigada por aceitar compartilhar sua vida comigo. Que nossa jornada seja sempre doce.

Agradeço minha irmã, Michele Carina de Oliveira, pelo carinho que sempre me dedicou. Sua confiança, amor e apoio me guiaram e fortaleceram nos momentos de dúvida e intranquilidade.

Meus agradecimentos às amigas Vanessa Montoya Gazotto, Ediraci Rocha Silveira, Claudia Cristina Castro Vasconcellos e Maiara Couto. Sou muito grata por poder contar com a amizade de vocês durante esses anos.

Todas essas representantes do sexo fraco, da “esquerda”, estão certamente, iludidas com o feminismo que lhe inculcavam. Pensam que, tornando-se energúmenas, violentas, sanguinárias, ferozes, enfim conseguirão impor o seu império aos companheiros de planeta impondo-lhes a sua vontade e fazendo prevalecer as próprias opiniões. Fatal engano, o destas amazonas de novo gênero! A mulher quanto mais se parece com o homem tanto menos o impressiona. E tanto menos o domina.

A Noite. Rio de Janeiro, 02 de agosto de 1935.

RESUMO

Esse estudo tem como proposta analisar a inserção feminina na esfera pública, através dos movimentos de mulheres e associações femininas fichadas pelo DEOPS/SP, entre os anos de 1945 e 1964. Nos propomos a identificar seus objetivos, projetos, estrutura funcional, estratégias de divulgação e atração de novas filiadas e, também, analisar o perfil político e social das mulheres que se filiaram como militantes desses movimentos e associações. Também pretendemos entender os mecanismos de repressão e manutenção da Ordem defendida pelo Estado, através de seu órgão repressor, a Polícia Política. Após o fim do governo autoritário de Vargas, em 1945, o Brasil vivenciou o retorno da democracia, com o restabelecimento de governos eleitos diretamente pelo povo e um considerável desenvolvimento econômico. As mulheres já se destacavam ocupando importante parcela do operariado paulista, garantindo alguns direitos civis, como o voto. Ainda assim, os movimentos de cunho popular ainda eram vistos pelo Estado como potencialmente perigosos, e por isso merecedores de uma estreita vigilância por parte da Polícia Política. Entre as ações de resistência, os movimentos e associações de mulheres tiveram um papel destacado, pois além de representarem uma ameaça à ordem estabelecida, essas mulheres também representavam uma ruptura com o discurso oficial sobre o papel feminino, que idealizava a mulher brasileira como a boa mãe e boa esposa, com seu espaço circunscrito ao seu lar. A organização de associações e movimentos de mulheres contribuiu para o fortalecimento da presença feminina na esfera pública, impondo-se como agente social. Interessa-nos resgatar as histórias de luta destas mulheres, na sua maioria anônimas.

Palavras-Chave: Mulher; Comunismo; Propaganda; DEOPS/SP; Ideologia: Repressão; Resistência.

ABSTRACT

This study has the purpose to analyze the inclusion of women in the public sphere, through the women movements and female associations filed by DEOPS/SP, between the years of 1945 and 1964. We propose to identify its objectives, projects, functional structure, dissemination strategies and the attraction of new affiliated and, also, analyze the social and politic profile of the women who have affiliated as militants from these movements and associations. We also have the intention to understand the mechanism of repression and maintenance of the Order defended by the State, through the repressor organ, the Politic Police. After the end of the Vargas' authoritarian government, in 1945, Brazil experienced the return of democracy, with the reestablishment of governments elected directly by the people and a considerable economic development. The women have already stood out by occupying an important part of the São Paulo State's workforce, ensuring some civil rights, as the vote. Nevertheless, the popular movements were still seen by the State as potentially dangerous, and because of this, deserved of a strict vigilance by the Politic Police. Among the resistance actions, the women movements and associations have had a distinguished role, this besides they represent an established order's threat, these women also represented a rupture with the official speech about the female role, which idealized the Brazilian woman as a good mother and wife, with her space confined to her home. The women associations and movements' organization contributes to the strength of the female presence on the public sphere, imposing itself as a social agent. It's interesting to us rescue histories of these women fights, mostly anonymous.

Keywords: Woman, Communism, Propaganda; DEOPS/SP; Ideology; Repression; Resistance.

SIGLAS E ABREVIATURAS

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

CDM/FMG – Centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois

CEDPEN – Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional

CFI – Clube Feminino do Ipiranga

DEOPS/SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo

FMESP – Federação das Mulheres do Estado de São Paulo

FMB – Federação das Mulheres do Brasil

IAPI – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários

MF – O Momento Feminino (jornal)

MPF – Movimento Político Feminino

PCB – Partido Comunista Brasileiro

ONU – Organização das Nações Unidas

SCFS – Sociedade Cívica Feminina de Santos

UFB – União Feminina do Brasil

UMB – União das Mulheres do Brasil

UMD – União das Mulheres Democráticas

SUMÁRIO

Agradecimentos

Siglas e Abreviaturas

Introdução	13
I- As mulheres saem às ruas	28
1.1 – Movimentos de mulheres	29
1.2 – A militante e a mulher desejável	36
II- As mulheres e suas lutas	46
2.1 – Primeira Convenção Feminina Estadual	47
2.2 – Formas de organização	56
III- Carmim: mulheres fora da ordem	66
3.1 - O Comunismo e as associações femininas	67
3.2 - Mulheres subversivas sob o olhar da Polícia Política	75
IV- Divulgando seus ideais	83
4.1 – Panfletos sediciosos	84
4.2 – Momento Feminino	95
Considerações Finais	104

Fontes

Bibliografia

Anexos

A – Estatuto da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo

B – Ata de Encerramento da Primeira Convenção Feminina Estadual

C – Poesia de Ana Montenegro

INTRODUÇÃO

Introdução

A história de pessoas comuns – muitos dos quais são “excluídos” ou “anônimos” – ganhou espaço na historiografia brasileira destas últimas décadas tendo como referência os instigantes estudos de Michelle Perrot e Eric Hobsbawm.¹ A proposta da historiadora francesa Michelle Perrot valoriza a trajetória das mulheres comuns que, na sua opinião, foram negligenciadas pela historiografia: o papel das mulheres foi ignorado, sendo tratadas como “improdutivas” ao “privilegiar classes e negligenciar sexos”, ou seja: *Célebres - piedosas ou escandalosas -, as mulheres alimentam as crônicas da ‘pequena’ história, meras coadjuvantes da História*”².

Para Michelle Perrot, a historiografia tradicional reservou pouco espaço às mulheres devido à crença do sujeito da história ser universal, ou seja, ao se falar dos homens, imediatamente as mulheres estariam sendo abordadas. Essa mesma história focalizava seu interesse na política, na diplomacia, no mundo público, acabou por privilegiar fontes que trazem poucos registros sobre as mulheres, caso dos registros públicos, policiais, jurídicos ou religiosos:

“Os procedimentos de registro, dos quais a história é tributária, são fruto de uma seleção que privilegia o público, único domínio direto da intervenção do poder e campo dos verdadeiros valores. O século XIX claramente distinguiu as esferas, pública e privada, cuja disposição condiciona o equilíbrio geral. Muito provavelmente, essas esferas não recobrem exatamente a divisão dos sexos, mas, grosso modo, o mundo público, sobretudo econômico e político, é reservado aos homens, e é este que conta. Essa definição, clara e voluntarista, dos papéis se traduziu na retirada das mulheres de determinados lugares: a Bolsa, os bancos, os grandes mercados de negócios, o Parlamento, os clubes, os círculos de discussão e cafés, locais privilegiados da sociabilidade masculina(...)
(...) Em suma, a observação das mulheres em outros tempos obedece a critérios de ordem e de papel. Ela diz respeito mais aos discursos que às práticas. Ela se detém pouco sobre as mulheres singulares, desprovidas de existência, e mais sobre a ‘mulher’, entidade coletiva e abstrata à qual se atribuem as características habituais. Sobre elas não há uma verdadeira pesquisa, apenas a constatação de seu eventual deslocamento para fora dos territórios que lhes foram reservados.”³

As primeiras obras sobre a opressão da mulher no decorrer da História foram publicadas na década de 1940, nos Estados Unidos. Mary Beard, no livro *Woman as Force in History*, atribuiu a falta de referência às mulheres ao fato da grande maioria dos historiadores ser homens, que simplesmente ignorariam as mulheres. Segundo Rachel Soihet, até a década

¹ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; HOBBSAWM, Eric. *Pessoas Extraordinárias*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

² PERROT, Michelle, *ibidem*, p. 185.

³ PERROT, Michelle, “Práticas da Memória Feminina”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 18, ago.89/set.89, pp. 9-10.

de 1970, o debate sobre a história das mulheres se centrou na discussão sobre a passividade das mulheres perante sua opressão, ou sua reação apenas como resposta frente as imposições e restrições de uma sociedade patriarcal. Essa visão prejudicava o entendimento da mulher como sujeito político e participante da mudança social.⁴

Uma notável mudança aconteceu a partir de 1970, pois com a ascensão do movimento feminista e de contribuições da antropologia, da história social e das mentalidades, a história das mulheres passou a integrar, de maneira mais consistente, o debate historiográfico. Mary Del Priore, no artigo *História das Mulheres: As Vozes do Silêncio*, explica:

“Este foi um período (década de 1970) fundamental, no qual as feministas fizeram a história da mulher, antes mesmo dos historiadores. Depois de um primeiro impulso dado à questão, as universidades abriram suas portas aos grupos de pesquisa, criaram laboratórios para abrigar reflexões sobre o tema, encorajaram trabalhos e monografias. Dois pólos fundamentais de reflexão ou duas preocupações estruturavam esta efervescência intelectual: fazer surgir as mulheres no seio de uma história pouco preocupada com as diferenças sexuais e demonstrar a opressão, a exploração e a dominação que sofriam e que as subjugava.”⁵

O movimento feminista evidenciou a ausência das mulheres na historiografia, abrindo as portas para que historiadoras pudessem dar início, no âmbito da academia, à história das mulheres. Ainda na década de 1970, a questão do gênero emergiu como parte da discussão sobre inserção das mulheres como sujeitos da História. Joan Scott, no artigo fundamental para o entendimento desse conceito, *Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica*⁶, traça um panorama sobre o estudo do gênero e da história das mulheres. Segundo Scott, o termo gênero passou a ser utilizado por feministas americanas que queriam enfatizar o aspecto relacional das definições de feminilidade e desprezavam o determinismo biológico implícito em termos como “sexo”. De acordo com essa visão, não se pode compreender homens e mulheres por meio de estudos separados. Nessa primeira fase, as feministas que se utilizavam do termo gênero, acreditavam que as pesquisas sobre mulheres provocariam uma revolução nos paradigmas da História, não só acrescentando novos temas às linhas de pesquisas, como também reavaliando as premissas e os critérios do trabalho do historiador⁷.

⁴ SOIHET, Rachel. “História, Mulheres, Gênero: Contribuições Para Um Debate”. In: AGUIAR, Neuma (org.) *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997, pp. 99-100.

⁵ DEL PRIORE, Mary. “História das Mulheres: As Vozes do Silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 218.

⁶ SCOTT, Joan. *Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica*. In: *Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

⁷ *Ibidem*, p. 73.

Joan Scott defende a utilização de formulações teóricas de modo a ultrapassar a utilização descritiva do gênero devido a, pelo menos, duas razões. A primeira razão se deve ao fato de que os estudos no campo da história das mulheres exige uma perspectiva sintética que consiga explicar as continuidades e descontinuidades, além de dar conta das desigualdades e de experiências sociais extremamente diferentes. A segunda razão, segundo a autora, porque a discordância entre a qualidade dos trabalhos atuais sobre a história das mulheres e sua posição à margem do conjunto da disciplina mostra “*os limites de abordagens descritivas que não questionam os conceitos disciplinares dominantes ou, ao menos, que não problematizam esses conceitos de modo a abalar seu poder e, talvez, a transformá-los.*”⁸ Sobre a necessidade da criação de uma teoria feminista, Rachel Soihet cita Maria Odila da Silva Dias - uma das autoras pioneiras no estudo da História das Mulheres no Brasil – que discorda desse ponto, por considerar que isso representaria a substituição de um sistema de dominação cultural por outro.⁹

No Brasil, os primeiros trabalhos sobre a história das mulheres tiveram início na década de 1980 quando foram produzidos excelentes textos sobre a mulher brasileira enquanto agente social. Tânia Maria Gomes da Silva esclarece que:

“No Brasil, as primeiras narrativas históricas sobre as mulheres tiveram início na década de 1980 e foram muito marcadas pela preocupação com a dialética da dominação versus opressão, dando pouco ou nenhum destaque às múltiplas formas de resistência que as mulheres elaboraram ao longo do tempo para fugir à dominação masculina. Várias historiadoras alertaram para este fato: Silva Dias, Del Piore, Soihet, Algranti, entre outras. Porém, mais do que falar sobre as misérias da vida feminina, importava decodificar que poderes informais e estratégias as mulheres detinham por trás do ficcional poder masculino, e como articulavam a subordinação e a resistência.”¹⁰

Nesse momento inicial, a historiografia brasileira deu preferência às mulheres do período colonial ou imperial brasileiro, e ficou claro que existia, nessas sociedades, uma participação feminina mais efetiva do que se supunha.¹¹

Dentre as autoras pioneiras que dedicaram seus estudos à história das mulheres brasileiras, destacamos: Maria Odila Leite da Silva Dias, autora de *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, publicado em 1984¹²; Miriam Moreira Leite organizou neste

⁸ Ibidem, p. 74.

⁹ Ibidem, p. 102.

¹⁰ SILVA, Tania Maria Gomes da. “Trajetória da Historiografia das Mulheres no Brasil”. In: *Politeia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, 2008, p. 227.

¹¹ Ibidem, pp. 227-228.

¹² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

mesmo ano de 1984, a publicação *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*¹³; Luzia Margareth Rago, publicou, em 1985, *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*¹⁴; Maria Luiza Tucci Carneiro publicou, em 1987, o primeiro ensaio fundamentado nos documentos do DEOPS/SP tendo como objeto a mulher judia, comunista e estrangeira¹⁵; e Eni Mesquita Samara, em 1989, publicou a obra *As mulheres, o poder e a família: São Paulo século XIX*¹⁶.

Rachel Soihet e Joana Maria Pedro em um artigo onde dissertam sobre a produção historiográfica que tem como tema a história das mulheres e das relações de gênero¹⁷, indicam que o lançamento, em 1989, do volume da *Revista Brasileira de História* organizado por Maria Stella Martins Bresciani, intitulado “*A mulher no espaço público*”, foi um marco para a escrita da história das mulheres no Brasil.

“Em 1989, a *Revista Brasileira de História* publicou um número inteiramente dedicado ao tema da Mulher, intitulado “*A mulher no espaço público*” (v.9, n.18) e organizado por Maria Stella Martins Bresciani. Em sua apresentação, a organizadora dizia ser esta uma “história da exclusão”. Falar de Mulher na história significava, então, tentar reparar em parte essa exclusão, uma vez que procurar traços da presença feminina em um domínio sempre reservado aos homens era tarefa difícil. Nesse número, categorias como ‘mulher’, ‘mulheres’ e ‘condição feminina’ eram utilizadas nas análises das fontes e nas narrativas que eram tecidas. A categoria ‘gênero’ ainda era novidade na historiografia brasileira.”¹⁸

As autoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro explicam que atualmente, escrever a história das mulheres não se trata mais de reparar uma exclusão, mas sim encontrar formas mais eficientes de legitimar a constituição de um novo campo de estudos: o da História das Mulheres e das Relações de Gênero.¹⁹

Assim, consideramos que esta dissertação de mestrado insere-se neste campo de estudos da História das Mulheres e das Relações de Gênero, optando por uma abordagem que privilegia a análise da inserção feminina na esfera pública, através dos movimentos de mulheres e associações femininas fichadas pelo DEOPS/SP, entre os anos de 1945 e 1964.

¹³ LEITE, Miriam Moreira (Org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984

¹⁴ RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

¹⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, “Trilogia dos Estigmas”, In: STRAUSS, Dieter (org.). *Não olhe nos olhos do inimigo*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, pp. 39-50.

¹⁶ SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, Século XIX. São Paulo: Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

¹⁷ SOIHET, Rachel, PEDRO, Joana M., “A Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n 54, 2007.

¹⁸ *Ibidem*, p. 281-282.

¹⁹ *Ibidem*, p. 282.

Nos propomos a identificar seus objetivos, projetos, estrutura funcional, estratégias de divulgação e atração de novas filiadas e, também, analisar o perfil político e social das mulheres que se filiaram como militantes desses movimentos e associações. Também pretendemos entender os mecanismos de repressão e manutenção da Ordem defendida pelo Estado, através de seu órgão repressor, a Polícia Política.

Após o fim do governo autoritário de Vargas, em 1945, o Brasil vivenciou o retorno da democracia, com o restabelecimento de governos eleitos diretamente pelo povo e um considerável desenvolvimento econômico. As mulheres já se destacavam ocupando importante parcela do operariado paulista, garantindo alguns direitos civis, como o voto. Ainda assim, os movimentos de cunho popular ainda eram vistos pelo Estado como potencialmente perigosos, e por isso merecedores de uma estreita vigilância por parte da Polícia Política. Entre as ações de resistência, os movimentos e associações de mulheres tiveram um papel destacado, pois além de representarem uma ameaça à ordem estabelecida, essas mulheres também representavam uma ruptura com o discurso oficial sobre o papel feminino, que idealizava a mulher brasileira como a boa mãe e boa esposa, com seu espaço circunscrito ao seu lar. A organização de associações e movimentos de mulheres contribuiu para o fortalecimento da presença feminina na esfera pública, impondo-se como agente social. Interessamos resgatar as histórias de luta destas mulheres, na sua maioria anônimas.

Além da historiografia existente sobre a História das Mulheres, optamos pelo balizamento de 1945 a 1964, sem perder de vista que na década de 30, o Estado governado por Getúlio Vargas projetou-se como autoritário, identificado com os aparatos repressivos aos movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos. Concomitante, a atividade industrial superava a agricultura, transformando as grandes cidades no polo de atração de extrabalhadores rurais e imigrantes. O ideário varguista (1930-1945) além de tratar com desconfiança os imigrantes estrangeiros, também não via com bons olhos as mulheres que saíam do padrão da “mulher ideal”. Nesta época, atribuía-se como ideal que a atuação das mulheres ficasse restrita ao espaço do lar e à criação dos filhos. Aquelas que saíssem deste padrão eram tratadas como se fossem “hereges”, por desvio de seus valores e atitudes destoantes da ordem estabelecida pelo Estado.

O fim do governo ditatorial de Vargas em 1945 foi interpretado como o retorno da democracia no Brasil, apesar da continuidade do DOPS, da censura e perseguição aos comunistas, uma questão a ser reavaliada. O conceito de crime político reafirmado pelo governo Vargas e mantido em uso pelo aparelho estatal durante toda a década de 1950 até

meados da década de 1960, persistiu ligado ao conceito de *ordem/desordem*, ou seja: todo indivíduo que perturbasse a ordem pública imposta pelo Estado era considerado um criminoso. Os ativistas, grevistas, simpatizantes ou líderes políticos eram quase sempre identificados como agitadores e, se comunistas, sofreriam forte repressão do aparato policial dedicado a “manter a ordem pública e garantir a Segurança Nacional”.

As mulheres que participavam da militância política eram vistas como perigo iminente pela Polícia Política, por suas atitudes desviantes, sua beleza e astúcia, além de suas ideias avaliadas como capazes de espalhar o “perigo vermelho” e de seduzirem os ingênuos. A repressão imposta às mulheres militantes e aos movimentos políticos e/ou sociais de resistência ao autoritarismo se manteve mesmo sob governos “democráticos”, durante toda a década de 1950 e meados da década de 1960. Importante ressaltar que este período foi também delineado pela Guerra Fria (1945-1991), período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética. Para Eric Hobsbawm, o período da Guerra Fria foi marcado por uma política de intransigência mútua, onde ambas as potências se preocupavam com a possibilidade de que seu antagonista pudesse vir a ocupar a hegemonia política mundial²⁰.

Quando o Estado de exceção foi instalado no Brasil com o golpe militar em 1964, o conceito de *ordem/desordem* se ampliou e grande parte da sociedade brasileira passou a ser vista, pelos agentes desse Estado, como passível de vigilância. Através da análise dos dossiês e prontuários do Fundo DEOPS/SP, é possível verificar que um número considerável de mulheres militantes tiveram suas vidas devassadas por investigações secretas e depoimentos em delegacias, sendo tratadas como verdadeiras criminosas por lutarem por seus ideais. Avaliando o conteúdo da documentação selecionada junto ao Fundo DEOPS optamos por estruturar esta dissertação em quatro capítulos que, de certa maneira, devem abranger a história do movimento feminista no Brasil, a inserção das mulheres no mundo público e, em especial, no mundo político enquanto agente social. Daí privilegiarmos a história de mulheres anônimas que, entre 1945 e 1964, foram fichadas pela Polícia Política do Estado de São Paulo.

A partir do tema escolhido para esse trabalho, consideramos importante fazer uma breve explanação sobre a definição de *feminismo* e de *movimento feminista*, e quais os motivos que nos induziram à escolha do título. Por que escolhemos denominar as associações femininas de *movimentos de mulheres ou femininos*, e não *movimentos feministas*? Sonia E.

²⁰ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp 231-233.

Alvarez, em *Engendering democracy in Brazil: women's movements in transition politics*, esclarece que os “movimentos de mulheres constituem tentativas deliberadas para empurrar, redefinir ou reconstituir a fronteira entre o público e o privado, o político e o pessoal, o “natural” e o “artificial” – uma fronteira que é institucionalizada pelo Estado moderno.”²¹ Alvarez define como movimento feminista aqueles que procuram promover os interesses *estratégicos* de gênero (superação da subordinação e opressão das mulheres, fim da divisão sexual do trabalho, medidas contra a violência física e psicológica imposta pelo patriarcado, entre outros interesses)²². Já os movimentos femininos, por sua vez, são conceituados como movimentos que promovem os interesses *práticos* de gênero, incluindo uma grande variedade de associações de mulheres, como associações de mães, associações de bairro, movimentos que lutam pela oferta de creches e centros infantis, movimentos contra o aumento do custo de vida etc²³. Ainda sobre os movimentos femininos e os interesses práticos de gênero, utilizamos a definição de Maxine Molyneux, Alvarez que assim considera:

“(os interesses práticos de gênero) são dados indutivamente e surgem a partir das condições concretas de posicionamento das mulheres em virtude de seu gênero na divisão do trabalho. Em contraste com os interesses estratégicos de gênero, estes são formulados pelas próprias mulheres que estão dentro destas posições e não através de intervenções externas. Interesses práticos são geralmente uma resposta a uma necessidade imediata, e geralmente não implicam num objetivo estratégico, tais como a emancipação das mulheres ou a igualdade de gênero.”²⁴

Maria Amélia de Almeida Teles, na obra *Breve História do Feminismo no Brasil*, apresenta uma definição sobre o que é feminismo, e a diferenciação entre feminismo e *movimentos de mulheres*. Para a autora,

“O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturas. Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas

²¹ “Women's movements constitute deliberate attempts to push, redefine or reconstitute the boundary between the public and the private, the political and the personal, the “natural” and the “artificial” – a boundary that is institutionalized by the modern State.” ALVAREZ, Sonia E. *Engendering democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. New Jersey: Princeton University Press, 1990, pp. 23-24. (Tradução nossa).

²² Ibidem, pp. 24-25.

²³ Ibidem, p. 25.

²⁴ (...)”are given inductively and arise from the concrete conditions of women's positioning by virtue of their gender within the division of labor. In contrast to strategic gender interests, these are formulated by the women themselves who are within these positions rather than through external interventions. Practical interests are usually a response to an immediate perceived need, and they do not generally entail a strategic goal such as women's emancipation or gender equality”. MOLYNEUX apud ALVAREZ, op. cit., p. 25. (Tradução nossa).

sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade.”²⁵

Sobre a diferença entre *movimento de mulheres* e *movimento feminista*, Teles, afirma que a expressão *movimento de mulheres* são grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho, enquanto *movimento feminista* faz referência a ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a situação de inferioridade das mulheres, buscando criar maneiras para que as mulheres sejam as protagonistas da própria história²⁶.

Em *Uma História do Feminismo no Brasil*, Céli Regina Jardim Pinto estuda o movimento feminista no Brasil, desde a organização dos primeiros movimentos, ainda no final da década de 1910. Enfatiza o movimento feminista brasileiro a partir da década de 1970, a luta por igualdade de direitos e por liberdade política e intelectual. Diferencia dois momentos no feminismo no Brasil: o primeiro, até a década de 1950, marcado pela existência dos chamados movimentos de mulheres; o segundo, a partir de meados da década de 1960, o movimento feminista propriamente dito²⁷.

Sobre a inserção das mulheres nos movimentos sociais, acreditamos ser relevante apresentar algumas das reflexões de Céli Regina Jardim Pinto no texto *Movimentos Sociais: Espaços Privilegiados da Mulher Enquanto Sujeito Político*²⁸. Para a autora, a partir de uma perspectiva foucaultiana, que considera o poder como relacional, disperso e não necessariamente exercido de cima para baixo, a exclusão de partes da população de seus direitos as constitui como potenciais detentoras de recursos para exercerem o poder. A potencialidade de resistência é o primeiro recurso desses grupos. Para que isso ganhe forma, se faz necessário que segmentos da população excluídos de seus direitos se organizem, criando novos espaços de poder e de ação. Lembramos que os movimentos sociais acabam por desorganizar e reorganizar o cotidiano da sociedade em geral, se conseguirem fazer vingar seus ideais.²⁹

Céli Regina trabalha a tese do sujeito que, aderindo ao movimento social, constitui-se em um novo sujeito. Para a autora,

²⁵ TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 10.

²⁶ *Ibidem*, p. 11.

²⁷ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

²⁸ PINTO, Céli Regina Jardim. “Movimentos Sociais: Espaços Privilegiados da Mulher Enquanto Sujeito Político”. In: COSTA, Albertina O., BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, pp. 127-151.

²⁹ *Ibidem*, p. 130.

“A adesão pode ser pensada como um rito de passagem do mundo privado para o mundo público. O rito envolve, no caso, uma rede de rupturas e a constituição de uma identidade pública. A adesão coloca o sujeito frente a novas relações de poder e, conseqüentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança. Aquele que adere se diferencia, rompendo, por exemplo, com relações de poder estabelecidas no interior da família, caso bastante comum quando se trata de uma mulher que passa a participar de um movimento.”³⁰

Jardim Pinto continua discorrendo sobre a participação das mulheres nos movimentos sociais e a visibilidade proporcionada por suas ações. De acordo com a autora, os movimentos sociais de caráter popular, não somente o movimento feminista, tem sido locais de práticas de resistência à desigualdade presentes nas relações de gênero. A presença de mulheres em movimentos sociais não as transforma em feministas, mas faz com que sua posição na rede de poderes da comunidade a que pertence seja transformadora. Para Jardim Pinto, podem se apontar três situações derivadas dessa presença:

“a mulher deixando de atuar nos limites do privado provoca novas situações no interior da família e nas relações informais de vizinhança e amizade; a mulher passa a articular, no interior dos movimentos, lutas diferenciadas em relação a seus companheiros homens; e mulheres organizadas em torno de questões tradicionalmente femininas passam a questionar sua própria condição de mulher.”³¹

Nas colocações da autora, a participação da mulher nos movimentos sociais rompe com sua condição de invisibilidade, fato que não acontece, na maioria das vezes, sem tensões no interior de sua família. A sua participação como ativista nos movimentos sociais, quase sempre, é acompanhada de resistência por parte de seus pais, companheiros e/ou filhos, que interpretam tal postura como a quebra de padrões morais familiares e sociais. Representa a saída do mundo privado para o mundo público, resultando na sua entrada em uma rede de relações que redefiniriam as relações de poder em ambos os níveis, privado e público.

O surgimento dos movimentos sociais e o aparecimento de uma nova rede de relações de poder, segundo as considerações de Céli Regina Jardim Pinto, transformaram radicalmente as relações entre Estado e sociedade civil. Entendemos que a passagem da mulher do espaço privado para o público, além de constituir um novo sujeito político que busca participação, implica em demandas específicas e provoca novas formas de relação de poder com o Estado³².

Fanny Tabak, em seu trabalho *Autoritarismo e participação política da mulher*³³, discorre sobre a formação de grupos femininos que lutavam por uma maior participação

³⁰ Ibidem, p. 131.

³¹ Ibidem, p. 133.

³² Ibidem, pp. 135-136.

³³ TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

política da mulher, entre elas a Federação de Mulheres do Brasil, organização fundada em 1949, sob influência do PCB, e que vai desenvolver uma intensa relação com as associações e, especialmente com a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, a FMESP. Tabak acredita que a ação das organizações femininas contribuiu para elevar o nível de conscientização e participação política das mulheres³⁴.

Tendo em vista a documentação existente sobre as mulheres atuantes na esfera pública, me proponho a desenvolver uma análise centrada em certos conceitos teóricos, a saber: gênero, estigma, ideologia autoritária, exclusão, história política, dentre outros. Estes conceitos têm como base teórica as obras de Michelle Perrot, Erving Goffman, Joan Scott e Michel Foucault, autores que fundamentam a análise do corpus documental selecionado para este estudo.

A proposta teórica apresentada por Joan Scott para explicar o conceito de gênero, é composta de duas partes: a primeira diz que o gênero é um elemento presente nas relações sociais, baseado nas diferenças entre os sexos; a outra parte considera que o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder, questão que se mostra particularmente interessante esta nossa abordagem. Para a autora, o gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. A política, de acordo com a teoria da mesma autora, é apenas uma das áreas nas quais o gênero pode ser utilizado como categoria de análise histórica, porque se trata de uma área praticamente inexplorada. Lembramos que o gênero tem sido comumente percebido como “categoria antitética às tarefas sérias da verdadeira política”, e também porque a história política tem resistido à inclusão de temas e fontes ligados às mulheres ou ao gênero³⁵.

A autora defende que ideologias políticas autoritárias do século XX foram responsáveis por criar uma série de leis que restringiram a atuação e o comportamento das mulheres e das famílias. Esses governos legitimaram a dominação, a força, a autoridade e o poder dominante como masculinos enquanto que os inimigos foram definidos por suas fraquezas. O envolvimento das mulheres com a subversão favoreceu a produção de leis restritivas às mulheres. Para Scott, tais ações repressivas e o momento em que ocorrem ganham sentido se analisadas sob o viés da consolidação do poder. Assim, a diferença sexual foi concebida como parte da dominação e do controle das mulheres. Mesmo os governos democráticos construíram ideologias políticas a partir de conceitos genéricos, criando, por

³⁴ Ibidem, p. 116.

³⁵ SCOTT, op. cit., passim.

exemplo, políticas de bem-estar social que se mostram paternalistas através de leis criadas para mulheres e crianças³⁶.

Na opinião de Joan Scott, o gênero é uma das referências pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado, além de fazer referência ao significado da oposição homem/mulher. Para o poder político permanecer protegido, certa e fixa deve parecer a referência, ainda que explicada como parte da ordem natural ou divina, para além de qualquer “construção” humana. Assim, a oposição homem/mulher e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do significado de poder, razão pela qual a alteração ou questionamento de algum de seus aspectos são interpretados como uma ameaça todo o sistema. Para finalizar sua teoria, Joan Scott propõe algumas questões sobre o gênero e a história política:

“Num certo sentido, a história política tem sido jogada no terreno do gênero. Trata-se de um terreno que parece fixo, mas cujo significado é contestado e está em fluxo. Se tratarmos a oposição entre o homem e a mulher como problemática e não como conhecida, como algo que é contextualmente definido, repetidamente construído, então devemos constantemente perguntar não apenas o que está em jogo em proclamações ou debates que invocam o gênero para explicar ou justificar suas posições, mas também como compreensões implícitas de gênero estão sendo invocadas ou reinscritas. Qual é a relação entre as leis sobre as mulheres e o poder de Estado? Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, ainda que saibamos que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana? O gênero legitimou a emergência de carreiras profissionais? Para citar o título de um artigo recente da feminista francesa Luce Irigaray, o sujeito da ciência é sexuado? Qual é a relação entre a política estatal e a descoberta do crime da homossexualidade? Como as instituições sociais incorporaram o gênero nos seus pressupostos e nas suas organizações? Houve, em algum momento, conceitos de gênero verdadeiramente igualitários sobre os quais fossem projetados ou mesmo fundados sistemas políticos?”³⁷

Segundo Joan Scott, a exploração dessas questões fará surgir uma história que oferecerá novas perspectivas sobre velhas questões, redefinidas em novas bases. Enfim, tornará as mulheres visíveis como ativas participantes da história possibilitando uma distância analítica entre a aparentemente linguagem fixa do passado e a terminologia atual. Além disso, essa nova história abrirá espaço para a reflexão sobre as estratégias feministas e o futuro, pois sugere que o gênero deverá ser redefinido e reelaborado em união com uma visão de igualdade política e social, onde o sexo, a classe e a raça estejam inclusos.

Segundo Erving Goffman “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma

³⁶ Ibidem, pp. 89-91.

³⁷ Ibidem, p. 93.

dessas categorias”.³⁸ A sociedade analisa e julga pessoas a todo o momento pela sua aparência ou, no caso das mulheres aqui analisadas, pela sua ocupação: “enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável- num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca”³⁹. Aquela pessoa que não se enquadra em nenhuma categoria estabelecida pela sociedade passa a ser estigmatizada, conceito definido por Goffman como sendo a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena⁴⁰.

A análise do discurso é, portanto, fundamental para compreendermos as relações das mulheres com o político e o poder. Por ser alvo de manipulação e trazer consigo, explícita ou implicitamente, a ordem a ser seguida ou que se deseja romper é que o discurso sobre as mulheres nos interessa. Para esta proposta, consideramos fundamental a obra *A Ordem do Discurso*, onde Michel Foucault analisa a força e as tipologias do discurso expressivas das razões “pelo que se luta”.⁴¹ Segundo Foucault,

“por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”⁴²

Foucault também analisa a questão do poder que, por sua vez, podem os ajudar a compreender as relações de poder:

“Ora, isso não significa que o poder político esteja em toda parte, mas que, nas relações humanas, há todo um conjunto de relações de poder que podem ser exercidas entre indivíduos, no seio de uma família, em uma relação pedagógica, no corpo político. Essa análise das relações de poder constitui um campo extremamente complexo: ela às vezes encontra o que se pode chamar de fatos, ou estados de dominação, nos quais as relações de poder, em vez de serem móveis e permitirem aos diferentes parceiros uma estratégia que os modifique, se encontram bloqueadas e cristalizadas. Quando um indivíduo ou um grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade do movimento - por instrumentos que tanto podem ser econômicos quanto políticos ou militares -, estamos diante do que se pode chamar de um estado de dominação. É lógico que, em tal estado, as práticas de liberdade não existem, existem apenas unilateralmente ou são extremamente restritas e limitadas.”⁴³

³⁸ GOFFMAN, Erving. *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 10.

³⁹ *Ibidem*, p. 12.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 7.

⁴¹ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

⁴² *Ibidem*, p. 10.

⁴³ FOUCAULT, Michel. “A ética do cuidado de si como prática da liberdade”. In: _____. *Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p.266.

É com base na metodologia de análise dos discursos – historiográficos, femininos e policiais, dentre outros – que idealizamos a estruturação desta dissertação considerando a amostragem de fontes selecionadas. Optamos por dividir a dissertação em três capítulos seguidos das considerações finais.

No Capítulo 1 – “*As mulheres saem às ruas*”, pretendemos abordar as associações femininas atuantes entre os anos de 1945 e 1964, especialmente a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, analisando as estratégias utilizadas por essas associações para congregar mulheres, divulgar seus ideais e escapar da vigilância policial. Daí a nossa atenção estar direcionada para aquelas mulheres que, por terem envolvimento direto nessas associações, seja na liderança ou como simples associadas, foram perseguidas pela Polícia Política e tratadas como “indesejáveis” à ordem pública.

A organização das associações e os movimentos políticos de mulheres serão tratados no segundo capítulo intitulado “*As mulheres e suas lutas*”. Entender a estrutura interna, os estatutos, a organização da Primeira Convenção Feminina Estadual, os temas debatidos durante os encontros e palestras dessa convenção é parte importante para compreendermos o funcionamento das associações femininas.

O terceiro capítulo “*Carmim: mulheres fora da ordem*” será dedicado à análise do discurso policial sobre a adoção do comunismo pelas associações femininas, pois a documentação anexada aos prontuários e dossiês dessas associações mostram que era imediata a ligação que os investigadores policiais faziam entre o “credo vermelho” e as mulheres militantes. Pretendemos analisar até que ponto essas associações estiveram, de fato, ligadas ao Partido Comunista, ou se o comunismo representava uma alternativa possível para a oposição ao Estado brasileiro naquela época, ou seja, entre 1945 e 1964.

Os impressos femininos serão analisados no decorrer do quarto capítulo “*Divulgando seus ideais*”. Durante o levantamento das fontes documentais, nos deparamos com uma série de panfletos, jornais, ilustrações anexados aos autos policiais como prova do crime político ou prova material da subversão. Pretendemos estudar o motivo da grande preocupação que o Estado tinha com a circulação desse material impresso, e, também analisar a retórica utilizada pelas associações femininas na elaboração do seu discurso político.

No seu conjunto, esperamos acrescentar novos conhecimentos para a história das mulheres no Brasil, além de alertar para importância de novos estudos que, nesta linha de pensamento, alertem a sociedade para os perigos dos regimes autoritários e totalitários. Que este estudo, ainda que represente um fragmento de uma história maior, contribua para dar

visibilidade a este grupo de mulheres que além dos seus nomes, tinham também famílias. Cabe ao historiador colocá-las no *podium* da história contemporânea.

I – As mulheres saem às ruas

I – As mulheres saem às ruas

1.1 – Movimentos de Mulheres

Entre o final da década de 1940 até meados de 1964, foram criadas várias associações femininas, entre as quais podemos destacar a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo⁴⁴, a União das Mulheres Democráticas de São Paulo⁴⁵, o Movimento Político Feminino⁴⁶ e a Federação das Mulheres do Brasil⁴⁷. Entre essas associações, a que mereceu uma atenção especial da Polícia Política de São Paulo foi a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo - FMESP.

Entidade civil que congregava várias tendências da esquerda brasileira sob influência do Partido Comunista Brasileiro, a FMESP foi fundada em abril de 1948 por Alice Tibiriçá. Apesar de seu estatuto afirmar que se tratava de uma associação apolítica, transformou-se em um lugar de debate e divulgação de ideias sobre os temas que perturbavam a vida das mulheres paulistas, dentre os quais cumpre citar: a carestia de vida, a extensa jornada de trabalho, a educação profissional, saúde pública, planejamento familiar e educação de seus filhos, participação política das mulheres. Outros temas podem ainda ser arrolados, sem esgotar as possibilidades de múltiplos debates como a exploração do petróleo no Brasil e a paz mundial⁴⁸. Desde a sua fundação, a FMESP era percebida pelos agentes policiais como um braço do Partido Comunista, tendo como objetivo atrair mulheres para a causa comunista, além de divulgar o “credo vermelho” para a sociedade, através de conferências, palestras e debates.

Foi a FMESP que, enquanto associação feminina, recebeu maior atenção por parte da Polícia Política, provavelmente pela notoriedade alcançada e por sua capacidade de mobilização das mulheres durante as décadas de 1950 e 1960. Tal posição pode ser constatada pela ampla divulgação realizada pela Federação entre as mulheres do Estado de São Paulo, registrada através de panfletos e jornais femininos, além da liderança frente outras tantas associações do gênero filiadas a ela. Segundo um relatório policial do ano de 1953⁴⁹, a FMESP contaria, naquele momento, com cerca de 7.500 mulheres inscritas, número que

⁴⁴ *Dossiê 30-B-214, Dossiê 30-C-001 (pastas 72 e 77), Dossiê 30-Z-119, Dossiê 30-C-120, Dossiê 50-J-104 (pasta 2) e Prontuário 108021 – Federação das Mulheres do Estado de São Paulo.* APESP/SP.

⁴⁵ *Dossiê 30-J-025 e Prontuário 72712 – União das Mulheres Democráticas de São Paulo.* APESP/SP.

⁴⁶ *Dossiê 50-J-099 e Prontuário 93326 – Movimento Político Feminino.* APESP/SP.

⁴⁷ *Dossiê 50-J-104, Dossiê 50-J-112 e Prontuário 113837 – Federação das Mulheres do Brasil.* APESP/SP.

⁴⁸ *Dossiê 50-J-104, pasta 2.* APESP/SP.

⁴⁹ Comunicado nº 99, de 23 de fevereiro de 1953. *Prontuário 108021, vol. 12, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo.* APESP/SP.

explica o protagonismo dessa associação entre os movimentos de mulheres, e a razão pela qual a Polícia Política dedicava tamanha atenção aos seus eventos, ou a qualquer movimentação “suspeita” das agentes da FMESP.

Ao analisarmos os documentos que compõem os prontuários e dossiês da FMESP, constatamos que houve uma mudança dos objetivos defendidos pela Federação. Durante os anos inaugurais, além da defesa dos direitos da mulher e da luta contra o aumento do custo de vida e da carestia, era comum a presença de mulheres ligadas às associações femininas em campanhas de caráter nacionalista, como a *Campanha em Defesa do Petróleo*.⁵⁰ Os documentos confiscados pela Polícia Política e anexados aos prontuários e dossiês no início da década de 1960 demonstram que ocorreu, também, uma mudança na temática abordada pelas associações femininas, dando maior relevância para os problemas que afligiam principalmente as mulheres trabalhadoras, como a igualdade de salários entre homens e mulheres, a educação dos seus filhos. Como exemplo, reproduzimos a seguir, o texto de um panfleto recolhido pela polícia em 1960:

“Mulheres Mães e Estudantes Brasileiros.
Atenção. Na iminência de ser aprovado pelo Senado Federal, o projeto de “Diretrizes e Bases de Educação” que tanto prejudica os estudantes pobres, a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo conclama todas as mães e o povo em geral, a se dirigir ao Senado, manifestando-se contra a aprovação de tão absurdo projeto. E colham assinaturas e defendam a Escola Pública de seus filhos!
São Paulo, 23-2-1960”.⁵¹

A Federação das Mulheres do Estado de São Paulo foi fechada em, pelo menos, duas ocasiões, conforme podemos constatar pelos registros em seu prontuário de nº 108021 aberto pela Polícia em 15 de março de 1951, data de um dos fechamentos da FMESP. Os 13 volumes desse prontuário receberam o material apreendido na sede da Federação, fechada a partir de um pedido da Polícia de São Paulo ao Ministério da Justiça, sob a alegação de que exercer atividades antinacionais, visto que suas integrantes teriam ligação com o comunismo⁵². No dia 22 de abril de 1957, o Decreto 40.789, assinado pelo então presidente Juscelino Kubitschek, ordenava a suspensão do funcionamento da Federação das Mulheres do Brasil e de todas as associações a ela afiliadas, inclusive a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, por

⁵⁰ Temário para as Conferências e Assembleias Femininas Municipais e Convenção Estadual. Dossiê 50-J-104, pasta 1. APESP/SP.

⁵¹ Dossiê 50-J-104, pasta 6. APESP/SP.

⁵² Dossiê 50-J-104, pasta 6. APESP/SP.

um período de seis meses.⁵³ Esse decreto foi baseado no artigo 6º do decreto 9.085, de 25 de março de 1946, assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, que dispunha sobre o registro civil das pessoas jurídicas. Segundo o artigo 6º desse decreto, as sociedades que fizessem falsa declaração de seus fins, ou que após receberem o registro passassem a exercer atividades ilícitas ou nocivas à segurança do Estado, à ordem política ou social, ao bem público, à moral e aos bons costumes, seriam suspensas pelo governo por um prazo não superior a seis meses⁵⁴.

Em resposta ao mandado de segurança impetrado pela diretoria da FMESP à justiça – em que qualificava como arbitrária e violenta a ação dos agentes do DEOPS/SP e solicitava sua reabertura – o delegado assistente do Departamento de Ordem Política e Social, Ítalo Ferrigno, enviou um ofício⁵⁵ ao juiz da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Estadual, Dr. Francis Selwyn Davis, explicitando os motivos pelos quais determinou o fechamento da sede da Federação. Justificando o ato de fechamento da FMESP e descaracterizando os pontos abordados no mandado de segurança, Ítalo Ferrigno afirmou que o DEOPS/SP, “órgão policial especializado na repressão ao comunismo”, há tempos acompanhava as atividades da Federação e a partir da análise de seus estatutos e da presença de “elementos existente em seus (DEOPS/SP) arquivos secretos”, era incontestável a ligação entre a FMESP e o comunismo. Para Ferrigno:

“Todos sabemos que “defender a Paz no Mundo” e “lutar pela conquista dos Direitos da Mulher” são objetivos que a sociedade insere no artigo 1º dos estatutos como simples engodo para encobrir sua verdadeira finalidade, por demais conhecida, de conagraçamento de mulheres comunistas para o desenvolvimento, na parte que lhes toca, do programa do Partido Comunista e cumprimento das ordens emanadas de Moscou.

Aliás, reforçam a afirmativa os artigos 3º e 4º, em virtude de cujos dispositivos a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo “promoverá ou aderirá a campanhas estaduais ou nacionais” e “participará direta e ativamente de todos os movimentos que visem a defesa das riquezas naturais e das industriais básicas do Brasil”, campanhas e movimentos estes que constituem, sem a menor sombra de dúvida, atividade tipicamente comunista.”

O delegado assistente do DEOPS/SP continuava explanando sobre o elo entre a FMESP, outras associações e federações femininas e o comunismo. A publicação de artigos assinados pela diretoria da Federação, as técnicas utilizadas para a arrecadação de fundos

⁵³ <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=151125&norma=172001>. Acessado em 05 set 2014.

⁵⁴ <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=77852&norma=104536>. Acesso em 05 set 2014.

⁵⁵ Ofício nº 140, do delegado assistente do Departamento do Ordem Política e Social, Ítalo Ferrigno, ao juiz da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Estadual, Dr. Francis Selwyn Davis. São Paulo, 28 de fevereiro de 1957. Prontuário 108201, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*, vol. 11. APESP/SP.

(venda de rifas e tómbolas, organização de festivais com entrada paga) cujo destino, de acordo com Ferrigno, seria os cofres do Partido Comunista. Também desqualificava o mandado de segurança impetrado pela FMESP quando afirmava que a ação de fechamento tinha acontecido dentro da normalidade e da ordem, mas que “*num movimento de repulsa e de desobediência às ordens emanadas das autoridades – atitude própria de adeptos e simpatizantes do credo vermelho*”, as diretoras da Federação teriam se negado a assinar o telegrama que ordenou o fechamento das associações femininas em todo o território nacional, e que foi esse “ato de rebeldia” que caracterizaria a suposta violência ocorrida na ação policial. O mandado de segurança acabou sendo negado e a reabertura da FMESP, da Federação das Mulheres do Brasil e de outras associações fechadas pelo Decreto 40.789 só foi autorizada em agosto do mesmo ano⁵⁶.

Outras associações femininas atuantes durante as décadas de 1940 e 1950, como a União das Mulheres Democráticas, a Federação Internacional das Mulheres Democráticas⁵⁷, a Federação das Mulheres do Brasil, Clube Feminino do Ipiranga⁵⁸, entre outras, foram ligadas à Federação das Mulheres do Estado de São Paulo pelos investigadores da Polícia Política de São Paulo, que anexaram documentos dessas associações ao prontuário da FMESP⁵⁹. Acreditamos que os agentes do DEOPS/SP vislumbraram a FMESP como sendo a principal associação feminina do estado de São Paulo, em torno da qual orbitavam a maioria das associações e movimentos de mulheres existentes em todo o estado.

A Federação das Mulheres do Brasil (FMB) foi fundada em 1949 e também teve Alice Tibiriçá como primeira presidente. Assim como a FMESP, a FMB reuniu mulheres de diferentes tendências políticas ligadas às ideias de esquerda e também exerceu grande influência entre as associações femininas do período, funcionando como uma espécie de “federação mãe”. A FMB, através da Passeata da Panela Vazia realizada em 1953 em diversas cidades do país, chamou a atenção para o grave problema da carestia. A repercussão dessas passeatas foi tão grande que o presidente Getúlio Vargas enviou ao Congresso Nacional uma lei para a defesa da economia popular, a ser aplicada pela Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB)⁶⁰. No prontuário da Federação das Mulheres do Brasil, a polícia

⁵⁶ Auto de Desinterdição, de 19 de agosto de 1957. Prontuário 113837, *Federação das Mulheres do Brasil*.

⁵⁷ Prontuário 128048, *Federação Internacional das Mulheres Democráticas*. APESP/SP.

⁵⁸ Prontuário 97286, *Clube Feminino do Ipiranga*. APESP/SP.

⁵⁹ Anteprojetos de Estatutos da União das Mulheres Democráticas de São Paulo. Fl. 62 a 72. Prontuário 108021, vol. 3, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

⁶⁰ ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira; MELO, Hildete Pereira de Melo. *Federação das Mulheres do Brasil*. In: SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 226.

anexou um relatório indicando a ligação entre a FMESP e a FMB. De acordo com o relatório, as duas federações apresentariam o mesmo programa, as atividades seriam idênticas e usariam as mesmas técnicas de persuasão de mulheres e divulgação do comunismo. Dentre estas técnicas cumpre citar: intervenções nos debates sobre petróleo, proibição da bomba atômica, carestia de vida, aumento de salários, campanhas a favor da paz; venda de rifas e tómbolas, organização de festivais com entrada paga e outras modalidades que, segundo a Polícia Política, “*visam angariar fundos, cujo destino, presumimos, uma grande parte irá ter aos cofres do Partido.*”⁶¹ Ainda nesse relatório, a Polícia Política considerava que todas as federações de mulheres do Brasil eram filiadas à Federação Democrática Internacional de Mulheres, com sede em Paris, sendo publicamente conhecida por ser uma entidade comunista internacional.

O Clube Feminino do Ipiranga era considerado uma entidade organizada somente com elementos comunistas, e de acordo com relatórios policiais, o CFI não passava “*de uma célula comunista, acobertada com aquele nome*”⁶². As atividades desenvolvidas por essa associação feminina eram citadas pelos policiais como prova do crime de subversão cometido pelas associadas, como a participação na Campanha do Petróleo e a tentativa de realização de uma assembléia pública para debater o problema da carestia. Este encontro – que seria realizado no ponto final de uma linha de bonde teve seu pedido de autorização indeferido pela Delegacia de Ordem Política e Social⁶³.

Antes da fundação da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, a Polícia Política já praticava o cerco às associações e movimentos de mulheres existentes no estado de São Paulo. A União das Mulheres Democráticas de São Paulo era uma das associações de mulheres investigadas pelos agentes do DEOPS/SP, antes mesmo da existência da FMESP. Em relatório elaborado no dia 22 de agosto de 1946, um dos investigadores informava à João Queiroz de Assumpção Filho, Delegado Especializado da Ordem Política e Social, sobre a reunião de posse da diretoria da UMD, realizada na noite anterior⁶⁴. De acordo com as informações do investigador Francisco Alves Pereira, a reunião contou com a presença de aproximadamente 60 pessoas. Após a cerimônia de posse da diretoria, houve um discurso da

⁶¹ Relatório: Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. Fatos concretos e que não podem em absolutos ser contraditados, de 24 de janeiro de 1957. Prontuário 113837, *Federação das Mulheres do Brasil*. APESP/SP.

⁶² Investigações procedidas sobre o Clube Feminino do Ipiranga, de 03 de dezembro de 1948. Prontuário 97286, *Clube Feminino do Ipiranga*. APESP/SP.

⁶³ Comunicado do Exmo. Sr. Delegado especializado da Ordem Política e Social. São Paulo, 20 de outubro de 1948. Prontuário 97286, *Clube Feminino do Ipiranga*. APESP/SP.

⁶⁴ Relatório da Secção de Policiamento de Ordem Política – Posse da diretoria da União das Mulheres Democráticas de São Paulo. Prontuário 72712, *União das Mulheres Democráticas de São Paulo*. APESP/SP.

recém-empossada presidente, Tharcila Mendes Sima, que teve como tema o fascismo, manifestando sua opinião contrária ao regime endossado pelo governo brasileiro. Também tomou a palavra Alzira da Conceição Fuzan, que discursou sobre a situação do país, a falta de gêneros de primeira necessidade e as dificuldades enfrentadas pelas donas de casa. A discussão sobre o problema dos altos preços dos gêneros alimentícios e a carestia de vida era encarada pelos policiais com preocupação, pois considerava-se que os comunistas utilizavam de comícios e debates sobre esse tema para semear o “gêrmen vermelho da subversão” pela sociedade.

A Sociedade Cívica Feminina de Santos foi uma das associações pioneiras na luta pela defesa dos direitos das mulheres. Criada em 1933 com o nome Associação Cívica Feminina de Santos, a SCFS promovia cursos de alfabetização e profissionalizantes para mulheres, mantinha escolas infantis, organizava campanhas de protesto contra o alto preço dos alimentos, como a “Campanha Pró-Barateamento da Vida”, iniciada em julho de 1945⁶⁵ e que mobilizou a imprensa santista e teve participação ativa na Campanha pela Defesa do Petróleo em Santos. Em janeiro de 1949, porém, a SCFS passou por um “racha” após sua diretoria promover a exclusão de cerca de 200 associadas depois de constatado que muitas sócias haviam sido admitidas sem as formalidades legais e algumas se julgavam com direito ao título de sócias por apresentarem recibos de mensalidades pagos porém expedidos por pessoas não habilitadas a essa função dentro da Sociedade⁶⁶.

Em conjunto com as exclusões, a diretoria da SCFS também promoveu o desligamento de todos os Núcleos de Bairros e o afastamento do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, justificando que ambos estariam “contaminados” com elementos comunistas. As mulheres excluídas do quadro de associadas alegavam que a expulsão se dera devido à solicitação para a realização de uma assembleia geral onde deveria ser apresentada justificativa dos motivos de Marina Magalhães dos Santos Silva ter sido escolhida para representar as mulheres santistas no Congresso Internacional da Paz. Para participar deste encontro a ser realizado em Budapeste em 1948, Marina teria recebido donativos para a realização da viagem e, apesar de ter se recusado a embarcar ou escolher uma substituta para a viagem, teria ficado com o

⁶⁵ “Arregimentam-se as mulheres de Santos para combater a carestia dos gêneros de primeira necessidade.” In: jornal O Diário, Santos, 12 de julho de 1945. Prontuário 4604, doc. 5, *Sociedade Cívica Feminina de Santos*. Acervo DOPS Santos, APESP/SP.

⁶⁶ Relatório da chefia dos investigadores da D.O.P.S de Santos para o Dr. Delegado de Ordem Política e Social de Santos sobre a Sociedade Cívica Feminina de Santos e Marina Magalhães Santos Silva. Santos, 5 de junho de 1950. Prontuário 5825, *Marina Magalhães Santos Silva*, Acervo DOPS Santos, APESP/SP.

dinheiro⁶⁷. As associadas excluídas teriam entrado na justiça com uma ação cominatória, com o objetivo de serem reconduzidas à SCFS, ação a ser julgada no mês de setembro do mesmo ano, porém não encontramos nenhum registro desse processo.

⁶⁷ “*Pichada a casa de Marina Santos Silva*”. In: jornal Hoje, São Paulo, 26 de janeiro de 1951. Dossiê 30-Z-119, doc. 93. APESP/SP.

1.2 – A militante e a mulher desejável

Após a leitura e análise da documentação presente nos prontuários de dossiês dos movimentos femininos e das militantes desses movimentos, consideramos que existiram razões que impulsionaram e motivaram a cerrada vigilância por parte dos agentes do DEOPS/SP. A primeira foi a “quebra” do padrão feminino defendido pelo Estado por parte das mulheres militantes, que passaram a cobrar publicamente soluções para problemas enfrentados pela sociedade da época, como, por exemplo: a questão da carestia de vida, a falta de gêneros alimentícios ou o envio de tropas brasileiras para conflitos internacionais. A historiadora Margareth Rago descreve como a classe operária brasileira - ainda em formação entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX – foi sendo moldada, moralizada, higienizada e submetida aos padrões definidos por médicos higienistas. Estes valores eram endossados por setores da burguesia industrial e, especialmente, pela autoridades representantes de uma classe conservadora, que definiam os trabalhadores como pessoas rudes, indóceis e ignorantes, uma ameaça à ordem burguesa.

Para Rago, a principal motivação do controle do Estado sobre os trabalhadores, dentro de fora das fábricas, foi o desejo da eliminação da diferença, da normatização do “Outro”⁶⁸. Nesse projeto de normatização da classe trabalhadora, coube às mulheres a responsabilidade pelo bem estar de cada um dos membros de sua família, dedicando especial atenção às crianças, a futura mão-de-obra. Esse padrão feminino - da esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, frágil, afetuosa e submissa - despontou em meados do século XIX, ao mesmo tempo em que a crescente urbanização e industrialização do país passava a exigir cada vez mais a participação das mulheres no mercado de trabalho e na vida social das cidades⁶⁹. Dessa forma, as mulheres foram ocupando os espaços públicos das cidades, atuando como empregadas não só em fábricas, mas também em escritórios, lojas, enfermagem, educação e telefonia. Entretanto, as exigências morais impostas às mulheres, como a questão da virgindade, do bom casamento, da responsabilidade na criação dos filhos e na manutenção de seu lar, permaneciam. De acordo com *Margareth Rago*, em sua obra *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar*:

“...vários procedimentos estratégicos masculinos, acordos tácitos, segredos não confessados tentam impedir sua (das mulheres) livre circulação nos espaços públicos

⁶⁸ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar*, Brasil 1890-1930. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 61.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 62.

ou a assimilação de práticas que o imaginário burguês situou nas fronteiras entre a liberdade e a interdição.”⁷⁰

Dentro do movimento operário, as mulheres eram vistas como elementos frágeis, naturalmente constituídas para a maternidade, sendo o trabalho feminino considerado, muitas vezes, como uma forma de atentado ao pudor. Mesmo sofrendo um certo “boicote” por parte dos homens envolvidos com o movimento operário - que acabavam por colaborar com a imagem romantizada da mulher, pregada e defendida pelas classes dominantes - muitas mulheres passaram a resistir efetivamente contra as estratégias de dominação, normatização e disciplinares, atuando em greves, fechando fábricas, organizando passeatas. Rago afirma que, existem dificuldades para se conhecerem completamente as formas de resistência feminina, pela falta de documentação disponível e pelo fato de que a imprensa operária estava nas mãos de elementos do sexo masculino. Esta realidade explica o fato da participação das mulheres nas lutas sociais daquele período terem sido registradas sob o ponto de vista masculino⁷¹.

Essa questão é bastante similar ao problema encontrado durante a realização dessa pesquisa. A documentação policial arquivada nos prontuários das associações de mulheres e que tivemos a oportunidade de consultar foi produzida ou coletada por homens. Além desse fato, esses documentos foram considerados pelas autoridades policiais como prova do crime cometido por aquelas mulheres. Em síntese: percebemos que prevaleciam julgamentos de valores, guiados por conceitos previamente estabelecidos, sendo as narrativas sobre os fatos “construídos” de forma a justificar e dar legitimidade à investigação policial.

Além de desafiarem a lei, incorrendo no que a Polícia Política caracterizava como crime de subversão – atividades consideradas contrárias ou nocivas à Segurança Nacional, ou seja, o comunismo – acreditamos que as mulheres militantes que foram investigadas também incomodavam as classes dominantes e as forças conservadoras por não corresponderem ao padrão feminino das décadas de 1950 e 1960, como demonstra o artigo de Carla Bassanezi, *Mulheres dos Anos Dourados*⁷². De acordo com a autora, a década de 1950, foi um momento de ascensão da classe média brasileira, em consequência do crescimento da industrialização e, conseqüentemente, da urbanização. Além disso, existia uma aura otimista na sociedade, após o período ditatorial do governo de Getúlio Vargas, o fim da Segunda Guerra Mundial e a retomada da democracia. As possibilidades de educação, profissionalização, lazer e consumo

⁷⁰ Ibidem, p. 63.

⁷¹ Ibidem, pp. 70-71.

⁷² BASSANEZI, Carla. “Mulheres dos Anos Dourados”. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, pp. 607-639.

foram ampliadas, tanto para homens quanto para mulheres. Entretanto, os papéis masculinos e femininos continuaram bastante distintos, e permanecia uma moral sexual bastante conservadora, que ainda via o trabalho feminino com preconceito e como subsidiário ao trabalho do marido⁷³. O padrão feminino dos *Anos Dourados* ainda era o da mãe-esposa-dona-de-casa, que deveria zelar pela educação de seus filhos, responsável pela felicidade doméstica, mantendo as características da feminilidade: a pureza, a doçura, e resignação, o instinto materno, e quando ainda solteira, preparar-se para o matrimônio, dedicando-se ao aprendizado das “prendas domésticas”. Esse padrão feminino deveria ser seguido principalmente pelas moças das classes médias e altas, assim como pelas moças de camadas sociais inferiores.

Segundo Carla Bassanezi, que apresenta uma passagem interessante sobre a presença das mulheres do mercado de trabalho e, conseqüentemente, na esfera pública, considera que era muito difícil para as mulheres trabalharem fora do espaço privado do lar:

“(...) interromper suas atividades com o casamento ou a chegada do primeiro filho. Não era muito fácil encontrar esposas de classe média trabalhando fora de casa a não ser por necessidades econômicas – situação que, de certa forma, poderia chegar a envergonhar o marido. Em geral, esperava-se que essas mulheres se dedicassem inteiramente ao lar, fossem sustentadas pelo marido e preservadas da rua”⁷⁴.

Partindo das colocações de Carla Bassanezi, reafirmamos que mulheres envolvidas com os movimentos femininos eram consideradas “desviadas” do padrão feminino defendido pelas forças conservadoras e por seu representante mais poderoso, o Estado. As associações femininas e as mulheres militantes representavam um perigo extremo para os padrões defendidos e a sociedade pretendida pelo Estado brasileiro. As mulheres que se organizaram para lutar pela melhoria de sua condição social e política eram consideradas “indesejáveis”, pois iam de encontro ao padrão feminino defendido pelas instituições: uma mulher dedicada ao lar, às prendas domésticas, à criação e educação dos filhos e aos cuidados com seu marido.

Nesse sentido, as associações femininas deveriam ser minuciosamente vigiadas pela Polícia Política, pois traziam as mulheres para o mundo público, fazendo com que suas reivindicações, lutas, desejos, vontades, se tornassem visíveis aos olhos masculinos. Ou ainda, repetindo aqui o jargão policial da época, as associações e movimentos de mulheres acabavam por promover a “politização” das mulheres, aproximando-as do comunismo.⁷⁵ Além de se transformarem em agentes sociais “indesejáveis”, por abandonarem os padrões impostos às

⁷³ Ibidem, p. 608.

⁷⁴ Ibidem, p. 625.

⁷⁵ Dossiê 50-J-104, pasta 1, Fls. 71 a 73. APESP/SP.

mulheres, as militantes também se tornavam “indesejáveis” ao Estado na medida em que contestavam a ordem, divulgando as ideias tão combatidas pela polícia, pela Igreja Católica e pelo Estado.

O ideal feminino defendido pelas instituições controladas pelo Estado era reafirmado através de artigos de jornais de grande circulação e em revistas femininas. Uma ilustração publicada no jornal *Última Hora*, em 7 de abril de 1958, exemplifica perfeitamente como se dava essa divulgação através dos meios de comunicação de massa. Publicada no caderno de culinária do jornal, essa charge mostra uma mulher na cozinha, vestindo um avental e segura uma bandeja com um bolo. Na legenda, lê-se o seguinte: “A mulher conquista o homem pelo coração, mas poderá conservá-lo pelo estômago”.⁷⁶ Importante observar que esta senhora apresenta-se elegantemente vestida, com sapatos de salto e feliz por estar no ambiente doméstico, à serviço da sua família.



Autor não identificado. *Antes de esposa você deverá ser boa cozinheira!* São Paulo, 07 de abril de 1958. Desenho em lápis e nanquim. Original anexado ao banco de imagens do jornal *Ultima Hora*. Fundo DEOPS/SP. APESP.

⁷⁶ A imagem anexada ao texto foi retirada do banco de imagens do jornal *Ultima Hora*, organizado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, com os originais de fotos, ilustrações e caricaturas que foram publicados nas edições impressas do jornal entre as décadas de 1950 e 1960, e pode ser consultada no endereço eletrônico <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/index.php>. Acesso 22 ago 2014.

Pierre Bourdieu, em sua obra *O Poder Simbólico*, analisa a questão da utilização da cultura dominante como forma de manutenção da ordem imposta aos dominados. Segundo Bourdieu:

“A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.”⁷⁷

Os padrões femininos impostos pelo Estado e difundidos à sociedade através dos meios de comunicação de massa podem ser entendidos como uma estratégia de dominação aos opositores do regime. As imagens relacionadas às mulheres e a feminilidade nas décadas de 1950 e 1960, reafirmavam o perfil idealizado da esposa submissa, delicada, exemplar nos cuidados com seu lar e de mãe extremada. Os jornais de grande circulação, funcionavam como um veículo de propaganda desse padrão ao usar como referência o papel feminino a ser assumido pelas mulheres. De acordo com as teorias de Pierre Bourdieu, o padrão feminino imposto pelo Estado possuía duas finalidades bastante distintas: a primeira, quase como um amálgama, congregaria as mulheres que, seguindo o papel feminino “oficial”, confortavelmente se identificavam com as figuras femininas que ilustravam as matérias dos jornais e revistas da grande imprensa na época.⁷⁸ A segunda finalidade funcionaria como uma espécie de “identificação negativa” da mulher que, ao fugir do enquadramento imposto pelo padrão feminino oficial, através da participação em associações e movimentos femininos considerados subversivos, se tornavam contestadoras da ordem. O padrão feminino oficial, também pode ser considerado dessa forma: uma tentativa de desmobilização das oposições e contestações enfrentadas pelo regime, na medida em que seriam identificadas pelas classes dominantes e pelas instituições repressoras do Estado como uma *classe distinta* dentro da sociedade, e que portanto deveriam ser evitadas e combatidas, para que não houvesse uma “contaminação” da sociedade com esse padrão feminino indesejável.

Um recorte de jornal, com uma declaração de Filinto Müller, chefe da Polícia Política no Rio de Janeiro, sobre o fechamento da União Feminina do Brasil, em agosto de 1935, pode ser considerado o “discurso oficial” sobre o padrão feminino, defendido pelo Estado. A

⁷⁷ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, pp. 10-11.

⁷⁸ Sobre o tema das revistas ilustradas e revistas femininas ver: MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista*. Imprensa e Práticas em Tempos de República, São Paulo, 1890-1922. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2008.

matéria recebeu o título de “*A Blague do Feminismo*” e merece destaque o seguinte trecho de suas declarações:

“Quem eram as ilustres matronas ou as gentis senhoritas que compunham a malograda União? Não sabemos. Mas é lícito supor-se que não deveriam ser excessivas as preocupações domésticas, os trabalhos com os filhos, maridos, irmãos e noivos, dessas valadinas do credo rubro de Moscou. Porque a mulher, seja ela mãe, esposa, ou apenas noiva, se quiser preencher ampla e conscientemente a sua missão social, não tem tempo nem jeito para ler Karl Marx, que é xaroposo como todos os demagogos, nem para se exercitar no lançamento de granadas de mão, ou no simples manejo do porrete ou da ‘pernambucana’.

Todas essas representantes do sexo fraco, da ‘esquerda’, estão certamente iludidas com o feminismo que lhe inculcavam. Pensam que, tornando-se energúmenas, violentas, sanguinárias, ferozes, enfim conseguirão impor o seu império aos companheiros de planeta impondo-lhes a sua vontade e fazendo prevalecer as próprias opiniões.

Fatal engano, o destas amazonas de novo gênero! A mulher quanto mais se parece com o homem tanto menos o impressiona. E tanto menos o domina

Frágil, gentil, com um palminho de rosto, falando fino, olhando manso, sim! Bonaparte o vencedor de tremendos cossacos, de duros prussianos, de formidáveis croatas, quando Maria Luiza batia o pé, encolhia-se todo na celebre casaca cinzenta e ia beijar-lhe os dedos cor de rosa com a timidês dum colegial...

O feminismo foi uma das blagues mais antigas que a mulher pregou à própria mulher. E, quando não acaba no ridículo, como no Velho Mundo, onde só serve para tema de ‘vaudeville’, acaba as voltas com a policia. O que para uma criatura delicada é um tanto desagradável.”⁷⁹

Ao analisar a declaração de Filinto Müller publicado no jornal *A Noite*, em 2 de agosto de 1935, constatamos que o chefe da Polícia Política procurou criminalizar a União Feminina do Brasil e o movimento feminino, valendo-se de palavras violentas, sanguinárias, acusando as mulheres militantes de utilizar armas de fogo e armas brancas – a “pernambucana” – para conseguir atingir seu objetivo, que segundo Muller, seria o de impor aos homens suas vontades e opiniões. Essas declarações foram publicadas neste jornal de grande circulação no Rio de Janeiro, o que nos leva a acreditar que as palavras proferidas por Filinto Müller foram estrategicamente escolhidas, não somente para desqualificar a União Feminina do Brasil perante a opinião pública, mas também para reafirmar o padrão feminino defendido pelo Estado, o da mãe, esposa, noiva ou irmã zelosa, carinhosa, “frágil”, “gentil” e capaz de cumprir com sua “missão social”.

O próprio título da matéria “A blague do feminismo” - ou seja, o embuste, a mentira do feminismo – revela, por parte de Filinto Müller, uma tentativa de desqualificação do movimento feminino e das mulheres militantes nesses movimentos. Demonstra que, todo e qualquer discurso – retomando aqui as propostas teóricas de Michel Foucault sobre análise do

⁷⁹ MÜLLER, Filinto, “A Blague do Feminismo”. In: *A Noite*, Rio de Janeiro, 02 de agosto de 1935. *Prontuário 320, União Feminina do Brasil*. Fl. 15. APESP/SP. (transcrito conforme ortografia original do documento)

discurso – é passível de manipulação por trazer consigo, explícita ou implicitamente, a ordem a ser seguida ou que se deseja romper. Segundo Foucault, há sempre uma ligação com o “desejo e com o poder”:

“(…) por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”⁸⁰

Podemos perceber nas palavras de Filinto Müller, qual é a ordem que deve ser seguida – a ordem normativa do Estado, o padrão feminino que limitava a mulher ao papel de esposa-mãe-dona-de-casa – e qual deve ser rompida, no caso a do feminismo e das mulheres militantes, questionadoras da ordem.

O discurso que defendia o padrão feminino endossado pela classe dominante se fazia presente também entre mulheres já inseridas no mercado de trabalho. Em 1951, Hilda Macedo, assistente da disciplina de Introdução à Criminologia da Escola da Polícia do Estado de São Paulo, emitiu um parecer acerca do pedido de criação de um departamento ou serviço de polícia feminina, encaminhado aos deputados da Assembleia Estadual pelo Movimento Político Feminino. O parecer começa por discorrer sobre a presença feminina no mercado de trabalho no período do pós-guerra, exaltando a capacidade intelectual e jurídica da mulher em exercer funções antes reservadas aos homens. Mas após elogiar os feitos femininos, identifica os problemas trazidos pela entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho. Em um trecho do seu parecer, Hilda Macedo afirmava:

“Não há negar que a mulher se desincumbe – não raro com brilhantismo – dos trabalhos que lhe são afetos. É verdade que a dedicação da maior parte do seu tempo a afazeres fora do lar trouxe prejuízos à sociedade e, conseqüentemente a si mesma: falta-lhe vagar para, convenientemente, cuidar da formação moral de seus filhos e vem daí o nível baixo da educação de nosso povo. Isto, porém, está consumado, e o problema tem que ser encarado a partir daqui, a mulher continuará trabalhando fora do lar, e, já agora, pouco – ou quase nada – tem a reivindicar.”⁸¹

A partir desse parecer produzido por uma mulher - provavelmente pertencente à classe média ou alta, a julgar pela sua posição profissional - as razões que levavam o Estado e seu aparelho repressor, no caso, a Polícia Política, a perseguir e criminalizar os movimentos

⁸⁰ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 1996, p. 10.

⁸¹ Parecer de Hilda Macedo, Assistente da Cadeira de Introdução à Criminologia da Escola de Polícia. São Paulo, março de 1951. Prontuário 93326, *Movimento Político Feminino*. APESP/SP.

femininos, tornam-se mais claras. Competindo com os homens, as mulheres já haviam alcançado seu objetivo: o de fazer parte do mercado de trabalho. Assim, não haveria mais motivos para reivindicações ou manifestações quaisquer que fossem, pois sua inserção no mundo público se fez às custas de imensos prejuízos à sociedade. Podemos inferir, a partir do parecer de Hilda Macedo, que, entre as classes dominantes e conservadoras, ainda que implicitamente, a inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho, e como consequência, seu afastamento do mundo privado do lar e da família, era considerada como matriz para futuros e graves problemas na sociedade brasileira, como o baixo nível educacional e a falta de formação moral das pessoas. Ou seja, a mulher “pública”, que vivia além dos muros e dos limites – físicos ou imaginários – do seu lar, aquela que se negava a zelar e cuidar de seu esposo e filhos, tornava-se indesejável para os padrões oficiais. Era, por sua conduta e ideias, a grande responsável pelas mazelas que assolavam os indivíduos “de bem” naquele momento. Porém, nesse documento em questão, não há nenhum apontamento, índice ou comparação que justificasse tais afirmações.

Tanto Filinto Müller quanto Hilda Macedo são representantes de um discurso antifeminista, reproduzindo pré-conceitos hostis sobre a inserção da mulher no mundo público. Procuravam, sob este viés, desqualificar a luta feminina pela conquista de direitos sociais e políticos. Susan Besse analisando as relações de gênero no Brasil entre 1914 e 1940, percebe que a inserção das mulheres no mercado de trabalho e o início da luta pela conquista de direitos femininos capitaneada por Berta Lutz e a Federação Brasileira para o Progresso Feminino deu origem a uma discussão por parte da intelectualidade brasileira sobre o papel das mulheres no espaço público. Na concepção de alguns autores, a inserção das mulheres no espaço público, sua crescente participação no mercado de trabalho, a luta das feministas pela igualdade entre homens e mulheres, e a contestação do papel feminino no casamento, provocariam um colapso moral e social.

“Os antifeministas afirmavam também que a entrada das mulheres na esfera pública representava uma violação fatal da verdadeira feminina e destruiria inevitavelmente a harmonia natural entre os sexos. Insistiam em que não era possível que mulheres normais fossem felizes mergulhadas na confusão da política, do mesmo modo que eram como as “rainhas” e os “anjos do lar”, pois, segundo a “ordem natural das coisas”, somente no papel de esposa e mãe é que as mulheres podiam verdadeiramente realizar-se. (...) Outro argumento utilizado pelos antifeministas era o de que o feminismo, questionando a validade da rígida divisão sexual do trabalho, ameaçava destruir a família moderna – produto glorioso de um longo processo de evolução e base de toda a civilização cristã. (...) Finalmente, grande número de antifeministas afirmava que as mulheres eram ou temperamentalmente inadequadas

para participar da vida pública ou incapazes de assumir essa responsabilidade até que fossem mais educadas e informadas.”⁸²

⁸² BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, pp. 215-217.

A Noite
2-8-35

11-11-35
11-11-35
11-11-35

A blague do feminismo

RESPONDENDO ao pedido de informações que lhe fora dirigido pela Justiça sobre o mandado de fechamento da União Feminina do Brasil, o chefe

COMUNISTA



Sra. Eugenia Alvaro Moreira, destacado elemento da U. F. B.

de Polícia, capitão Felinto Müller, esclarece a situação daquela entidade em face da Lei de Segurança, capitulando-a de núcleo (Conclue na 5ª página)

A BLAGUE DO FEMINISMO

subversivo da ordem, integrante da A. N. L.

Foi, pois, fechada aquela associação por ter ficado provada a sua atividade extremista e anti-social. E' isso, pelo menos, o que se conclue das declarações das autoridades policiais.

Quem eram as ilustres matronas ou as gentis senhoritas que compunham a malograda União? Não sabemos. Mas é licito supor-se que não deveriam ser excessivas as preocupações domesticas, os trabalhos com os filhos, maridos, irmãos e noivos, dessas valadinas do credo rubro de Moscou. Porque a mulher, seja ela mãe, esposa, ou apenas noiva, se quiser preencher ampla e concientemente a sua missão social, não tem tempo nem geito para ler Karl Marx, que é xaroposo como todos os demagogos, nem para se exercitar no lançamento de granadas de mão, ou no simples manejo do porrete ou da "pernambucana".

Todas essas representantes do sexo fraco, da "esquerda", estão, certamente, iludidas com o feminismo que lhe inculcavam. Pensam que, tornando-se energúmenas, violentas, sanguinarias, ferozes, emfim conseguirão impor o seu imperio aos companheiros de planeta impondo-lhes a sua vontade e fazendo prevalecer as proprias opiniões.

Fatal engano, o destas amazonas de novo genero! A mulher quanto mais se parece com o homem tanto menos o impressiona. E tanto menos o domina.

Fragil, gentil, com um palmi-

nho de rosto, falando fino, olhando manso, sim! Bonaparte o vencedor de tremendos cossacos, de duros prussianos, de formidaveis croatas, quando Maria Luiza batia o pé, encolhia-se todo na celebre casaca cinzenta, e ia beijar-lhe os dedos cor de rosa, com a timidez dum colegial...

O feminismo foi uma das blagues mais antigas que a mulher pregou á propria mulher.

E, quando não acaba no ridiculo, como no Velho Mundo, onde só serve para tena de "vaudeville", acaba ás voltas com a policia. O que para uma criatura delicada é um tanto desagradavel.

MÜLLER, Filinto, "A Blague do Feminismo", In: Jornal A Noite, Rio de Janeiro, 02 de agosto de 1935. Prontuário 320, União Feminina do Brasil, Fl. 15. APESP/SP.

II – As mulheres e suas lutas

II – As mulheres e suas lutas

2.1 – Atas e Estatutos

Ao apreender documentos, panfletos, cartas, bilhetes, atas, fotografias, jornais produzidos pelos movimentos femininos, a Polícia Política acabou contribuindo, de forma involuntária, para a montagem de um importante *corpus* documental sobre a atuação desses movimentos e das mulheres militantes, nos permitindo compreender e reconstituir senão a totalidade, pelo menos parte do discurso tanto das mulheres militantes e de suas associações femininas como do Estado repressor. Fica evidente, que a autoridades policiais consideravam essas mulheres, de acordo com a “lógica da desconfiança”, como uma real ameaça aos padrões estabelecidos⁸³. Entre os documentos apreendidos e anexados aos prontuários e dossiês de mulheres militantes e das associações femininas, constam atas e estatutos de diferentes associações, que permitem conhecer a estrutura, organização e o funcionamento desses movimentos femininos.

No prontuário da FMESP, os agentes do DEOPS/SP anexaram o primeiro *Livro Ata* da Federação, que guarda as anotações de reuniões organizadas entre abril de 1948 e abril de 1949. Tais registros indicam que a FMESP não foi a primeira associação feminina criada no estado de São Paulo, pois na reunião que resultou em sua fundação, compareceram representantes de diversas associações femininas e mulheres militantes que já possuíam papel de destaque no contexto político da década de 40. Entre elas citamos Alice Tibiriçá, fundadora da Federação das Mulheres do Brasil:

“Aos doze dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta e oito, à rua Helvetia número quarenta e dois, às vinte horas e trinta minutos, sob a presidência de D. Alice Tibiriçá, reuniram-se diversas entidades femininas assim representadas: do Rio de Janeiro, o Instituto Feminino de Serviço Construtivo, por D. Alice Tibiriçá, promotora da reunião; de São Paulo, o Movimento Político Feminino, representado por D. Dina Riedel Campos e Dra. Celeste Barbosa; Associação Beneficente Feminina de Vila Mariana, por D. Maria Elisa de Camargo Santana; União Universitária Feminina, por D. Antonieta de Paula Souza; de Santos – Sociedade Cívica Feminina Santista, por D. Maria Gay de Mendonça; Sociedade Cívica Feminina de Santos, por D. Marina de Magalhães Santos Silva; e a Sociedade Teosófica de Santos, por D. Cynira Riedel Figueiredo; e mais as seguintes senhoras de São Paulo – Dra. Alayde Taveiros, Professora Luiza Branco, Prof. Luiza Marcelina Branco, Prof. Brites Rocha, D. Josefina Scaramuza, D. Dirce Pereira da Silva, e D. Guiomar Alvares.”⁸⁴

⁸³ A questão do impresso como prova física do crime político será detalhada no Capítulo 4.

⁸⁴ Livro Ata da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo, p. 1. Prontuário 108021, vol. 8, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Nessa primeira reunião, Alice Tibiriçá proclamou a necessidade da fundação de uma associação ou união que encontrasse um ponto comum entre as associações e uniões femininas já existentes, em prol da luta pela paz. Considerava que somente em uma sociedade com essas características, as mulheres poderiam “*progredir, evoluir e libertar-se de preconceitos que a impedem de dar a sua contribuição para o progresso da Nação e para as lutas em torno dos Direitos da Mulher*”. As mulheres presentes discutiram sobre a importância da paz e decidiram que as associações femininas deveriam realizar a conscientização para esse assunto através de debates e palestras. Para uma das participantes, D. Dirce Pereira da Silva, não haveria paz se o Brasil não assegurasse a nacionalização da exploração e refino do petróleo, e que a participação das mulheres nas campanhas a favor desse tema se revelava de extrema importância.

A reunião que deu continuidade à fundação da FMESP aconteceu no dia 15 de abril de 1948, sendo filiada a Congregação das Mulheres do Brasil, organismo em vias de criação e que congregaria as federações de mulheres de todos os estados brasileiros, por sua vez formadas por uniões femininas de bairros e municípios⁸⁵. Alice Tibiriçá propôs a criação de uma comissão de advogadas para o estudo do Código Civil, por interpretações contestáveis em relação ao direito garantido às mulheres, proposta que foi aclamada pelas presentes.

A nacionalização da exploração do petróleo voltou a ser tema de debate nas reuniões da FMESP. Nos encontros do dia três e onze de maio do mesmo ano, a participação das mulheres na luta pelo petróleo ganhou contornos mais definidos, com a escolha de duas representantes femininas – Guida Carone e Josefina Scaramuza – para a conferência que resultou na fundação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, posteriormente denominado Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, e o envio de dois textos escritos por militantes femininas para a publicação pela Comissão Universitária de Defesa do Petróleo. A FMESP tornou-se a única entidade feminina a integrar o CEDPEN, uma das associações pioneiras na defesa da nacionalização do petróleo, responsável pelo *slogan* “O petróleo é nosso”. Outros documentos anexados aos prontuários e dossiês da FMESP, esclarecem que houve uma intensa participação das mulheres na luta encabeçada pelo CEDPEN, que contou com Alice Tibiriçá como vice-presidente da instituição por um breve período.

⁸⁵ Livro Ata da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo, p. 2. Prontuário 108021, vol. 8, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

MULHERES DE SÃO PAULO.

A mulher brasileira, representada nas pessoas das senhoras: Raymundo Sampaio, D. Alice Toledo Tibiriçá, Dona Acioli Lins, foi covardemente afrontada no atentado monstruoso ocorrido ontem no Rio de Janeiro.

Esse atentado é o início dos atos criminosos com que os trustes estrangeiros empregam para usurpar a riqueza de outros povos.

A luta pela defesa do nosso Petróleo começa a tingir-se de sangue dos brasileiros.

A Federação das Mulheres do Estado de S. Paulo, que tem como um de seus objetivos a defesa do nosso Petróleo, vem, em nome de todas ~~que~~ as mulheres que lutam contra o Estatuto entreguista e a escravização de nosso povo, lançar o seu mais veemente protesto contra esse inominável atentado e apresentar as senhoras Raymundo Sampaio, D. Alice Toledo Tibiriçá, Dona Acioli Lins, o seu irrestrito apoio e inteira solidariedade na campanha altamente patriótica, de DEFESA DO NOSSO PETRÓLEO.

PELA VITÓRIA DA LUTA DE RENDENÇÃO NACIONAL
TUDO PELO NOSSO PETRÓLEO
CONTRA A MISSÃO ABBENK
VIVA O BRASIL!

Panfleto "Mulheres de São Paulo", produzido pela Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, s.d., anexado ao Prontuário 108.021, vol. 9, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

A partir da reunião do dia dezesseis de agosto de 1948, a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo assumiu uma postura menos improvisada ao escolher a sua diretoria, determinar a criação de seus estatutos e a elaboração de uma estratégia de coleta de assinaturas para o envio de um apelo feminino à ONU pela paz mundial. Para a coleta das

assinaturas, as representantes da FMESP deveriam procurar estações de rádio e redações de jornais, para a divulgação do apelo a ser enviado à ONU⁸⁶.

O estatuto da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo foi elaborado tomando como base o de outra associação feminina, a Sociedade Cívica Feminina de Santos. Após algumas adaptações e modificações, o estatuto foi aprovado por aclamação das presentes em assembleia realizada no final do mês de outubro daquele mesmo ano.

O estatuto da FMESP⁸⁷ estabelecia, em seu artigo 1º, que a Federação “congratulará as entidades femininas do Estado de São Paulo, com a finalidade precípua de defender a Paz no Mundo e de lutar pela conquista dos Direitos da Mulher”, respeitando a autonomia e a finalidade dessas entidades, desde que estivessem dispostas a lutar pelos mesmos objetivos expostos pela FMESP. No artigo 4º, a FMESP previa sua participação, direta e ativamente, em movimentos que defendessem as “riquezas naturais e das indústrias básicas do Brasil”. Os demais artigos regiam a organização administrativa da federação, como se daria a formação de seus órgãos dirigentes e de sua assembleia geral, a função dos membros da diretoria e do conselho administrativo, a contribuição destinada por cada instituição filiada à FMESP e a formação de seu patrimônio social.

Apesar de ter sido organizado com base no estatuto da Sociedade Cívica Feminina de Santos, o estatuto da FMESP parece ser incompleto se comparado àquele⁸⁸. O segundo artigo do primeiro capítulo do estatuto da SCFS apresentava as propostas de ação desta associação para as mulheres:

ART. 2º - A Sociedade Cívica Feminina de Santos, com base no seu programa se ação, se propõe a:

a) Proporcionar à mulher os meios práticos de adquirir uma cultura geral que a habilite a orientar-se conscientemente na vida e a cumprir eficientemente os deveres de cidadã e mãe de família, educadora e responsável de futuros cidadãos.

b) Criar escolas de alfabetização para mulheres, onde se ministrem além de conhecimentos gerais, noções de instrução moral e cívica, higiene, economia e previdência.

c) De acordo com os poderes públicos, classes médias etc., amparar a maternidade dando assistência à mãe e ao filho, fiscalizando o cumprimento das leis de proteção ora vigentes e pugnando pela ampliação e aperfeiçoamento dessa legislação.

d) Dar combate incessante e intensivo à verminose infantil, ao tracoma, ao impaludismo, ao alcoolismo, etc., fornecendo às mães de família educação sanitária e assistência necessária para extinção dos males que afligem as populações rurais e as classes trabalhadoras do Estado.

⁸⁶ Livro Ata da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo, p. 7. Prontuário 108021, vol. 8, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

⁸⁷ Estatuto da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. Prontuário 108021, vol. 8, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

⁸⁸ Para conferir os Estatutos da F.M.E.S.P. em seu texto integral, vide Anexo A.

- e) Promover campanhas a favor da alfabetização e do saneamento dos bairros e centros populosos do Município de Santos e Municípios vizinhos.
- f) Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres interessando-as nas questões de ordem social e nas de ordem pública, promovendo na sua sede ou fora dela, conferências públicas, visando a propaganda e realização dos seus objetivos.
- g) Defender os direitos políticos assegurados à mulher pelas leis do país e prepará-las para o exercício consciente e inteligente desses direitos.
- h) Promover o alistamento eleitoral feminino, conservando a alistanda absoluta liberdade de voto.
- i) Estabelecer laços de amizade com as associações congêneres nacionais e estrangeiras, visando a propaganda do ideal pacifista e a manutenção perpétua da paz.⁸⁹

A ligação entre as diferentes associações femininas do Estado de São Paulo pode ser entendida a partir da leitura das atas da FMESP. Na reunião realizada em 09 de setembro de 1948 que contou com a presença da diretoria da Sociedade Cívica Feminina de Santos, ficou acertada a organização de uma conferência ministrada pela presidente da SCFS, Marina Magalhães Santos Silva sob o tema “A Mulher e a Paz Universal”, realizada em 18 do mesmo mês. Em seu pronunciamento, Marina Magalhães Santos Silva afirmava que apesar de terminada a guerra, a possibilidade de acontecer um novo conflito de grandes proporções era iminente. Por isso, “a maior responsabilidade na preparação de uma nova era de quietude e de justiça” estava destinada às mulheres, mesmo que por natureza preferissem carregar um “fardo mais leve”. Entretanto, a paz somente seria garantida através da luta organizada das mulheres do todo o mundo, conhecedoras de toda sorte de adversidades e sacrifícios vivenciados em tempos de guerra. Se as mulheres ansiavam por paz, justiça e liberdade – continuava Marina Magalhães Santos Silva – deveriam compor as fileiras de todas as campanhas populares, caminho para a conquista desses direitos, “sem deixar de ser mulher e de ser mãe, de ser grácil e ser meiga”, pois a mulher era “o artífice da felicidade, da alegria e da beleza da família”.⁹⁰

No dia 4 de novembro de 1948, a diretoria da FMESP, representantes de diversas associações femininas, entre elas a Sociedade Cívica Feminina de Santos, Federação Municipal de Santos, Bandeira Paulista de Alfabetização, Sociedade Beneficente de Vila Mariana, União Cultural Feminina de Guarulhos, Centro Beneficente Feminino de Perdizes e convidadas se reuniram para escolher três delegadas que representariam as mulheres do estado de São Paulo no Segundo Congresso Internacional de Mulheres, que aconteceria em

⁸⁹ Estatuto da Sociedade Cívica Feminina de Santos. Prontuário 4604, *Sociedade Cívica Feminina de Santos*. Acervo DOPS Santos, APESP/SP.

⁹⁰ “A Mulher e a Paz Universal”, palestra proferida por Marina Magalhães dos Santos Silva, em 18 de setembro de 1948. Prontuário 108021, vol. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Budapest ainda naquele mês. Maria Thereza Vieira de Souza, Ana de Andrade Santana e Marina Magalhães Santos Silva foram aclamadas como as representantes das mulheres paulistas no Congresso Internacional de Mulheres.

Em reunião do dia 10 do mesmo mês, a secretária da FMESP, Dirce Pereira da Silva, relatou como aconteceram os preparativos para a viagem a Budapest. Uma comissão de mulheres visitou a Câmara Municipal de São Paulo e solicitou ao vereador Anis Aidar uma dotação no valor de 100 mil cruzeiros, com a promessa de apresentar um projeto, nesse sentido, em caráter de urgência. Do prefeito de São Paulo, Milton Improta, a comissão obteve a isenção do pagamento da taxa de aluguel do Pacaembu, estádio utilizado para receber um baile com 5 mil ingressos vendidos ao preço de 20 cruzeiros. Ainda como parte da campanha de arrecadação de finanças para a viagem à Hungria, a FMESP organizou o sorteio de uma máquina de costura e a impressão de 50 mil selos que deveriam ser vendidos por Cr\$ 1⁹¹. Como visto no capítulo anterior, Marina Magalhães Santos Silva não viajou para Hungria, fato que gerou protesto por parte das mulheres santistas e seu desligamento da Sociedade Cívica Feminina de Santos. Segundo a prestação de contas das despesas burocráticas da viagem realizada no dia 04 de janeiro de 1949, as duas delegadas paulistas despenderam Cr\$1.936,40 com passaporte, vistos e outros papéis. Entretanto, as duas representantes da FMESP não chegaram a embarcar.

Uma reportagem publicada pelo jornal *Momento Feminino*, em 07 de janeiro de 1949, noticia como foi a participação das representantes brasileiras no Congresso Internacional de Mulheres. A delegação brasileira foi composta por quatro representantes: Nice Figueiredo, Nair Batista e Arcelina Mochel Goto, ambas do Rio de Janeiro, e D. Dijanira, de São Paulo. A delegação chegou com atraso em Budapest, após terem seu visto negado pelo Bureau Militar Americano, já que, inicialmente, a delegação brasileira partiria de trem de Paris até a Hungria, passando por áreas controladas pelos Estados Unidos. Como o visto de passagem foi negado, as brasileiras e outras mulheres representantes de países como a França, tiveram que esperar que as condições meteorológicas melhorassem para que pudessem voar até Praga e seguir caminho até o destino final. Contudo, diante desse impasse, a viagem acabou atrasando 10 dias. No momento da chegada da delegação brasileira e de outras delegações, o Congresso havia sido encerrado no dia anterior. Para que não houvesse prejuízo para as delegações, um novo programa para o Congresso foi preparado, e as representantes que chegaram atrasadas

⁹¹ Livro Ata da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo, pp. 11-13. Prontuário 108021, vol. 8, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

puderam se inteirar das discussões, participar de reuniões especiais e assinar o Manifesto em Defesa da Paz⁹².

A partir da reunião de 1º de dezembro de 1948, a diretoria da FMESP decidiu concentrar esforços na organização de uma convenção feminina. A primeira atividade referente à convenção foi a elaboração de uma manifesto dirigido às mulheres do Estado de São Paulo, a ser enviado a todos os jornais para publicação:

Manifesto às Mulheres De São Paulo

A FEDERAÇÃO DAS MULHERES DO ESTADO DE SÃO PAULO, órgão de âmbito estadual, que congrega entidades femininas com a finalidade precípua de lutar pelos Direitos da Mulher e defender a Paz no Mundo e as riquezas do subsolo brasileiro,

CONSIDERANDO que a guerra de maneira alguma pode interessar a mulher que tanto já sofreu no 2º conflito mundial o que lhes dá o direito e mesmo as obriga a compartilhar da construção de um mundo de após guerra, onde em ambiente de Paz possa construir e estabilizar o seu lar e educar seus filhos dentro dos sãos princípios da Liberdade, Paz e Progresso;

CONSIDERANDO que as riquezas do subsolo brasileiro, dentre essas a mais importante para a soberania nacional – o petróleo – encontra-se ameaçada de cair em mãos dos trustes estrangeiros que cobiçam sua exploração em prejuízo dos próprios brasileiros;

CONSIDERANDO que o elevado custo de vida em consequência dos salários baixos percebidos pelos chefes de família e da alta dos preços de gêneros de 1ª necessidade, o que vem tornando para as donas de casa um verdadeiro martírio à solução de seus problemas domésticos, o que mais se agravará agora com o aumento de imposto de vendas e consignações;

CONSIDERANDO a situação de fome, miséria e abandono quanto a assistência social em que se encontram em todas as partes do Estado, no campo ou na cidade, a mulher que trabalha;

CONSIDERANDO que estes últimos fatos trazem em consequência a estatística assustadora da mortalidade infantil e de vítimas da tuberculose;

CONSIDERANDO finalmente, o espírito de luta do qual já se vem caracterizando as mulheres de nosso Estado na solução desses problemas e a necessidade que temos de dar um novo impulso a essas lutas para não sermos esmagados, principalmente pela situação econômica que se agrava de dia para dia; e

A exemplo do que já se vem realizando em outros Estados da União, convoca uma Convenção Feminina que deverá se realizar, possivelmente, em Fevereiro de 1949, na Capital, afim de que unidas, organizadas, todas as mulheres do Estado, operárias, estudantes, donas de casa, intelectuais, camponesas, funcionárias públicas, etc, possam discutir e encontrar meios de solução às questões que tanto lhes interessam e preocupam.

Que não fique, pois, um bairro, uma empresa, uma fazenda, um município onde não penetrem os trabalhos preparatórios da Convenção, os quais deverão ser, não uma reunião pura e simples de mulheres, mas a consequência lógica de todo trabalho, verdadeiramente popular, onde nossas mulheres manifestem praticamente de desejo de se organizar e lutar pelos seus inúmeros direitos.

MULHERES DE SÃO PAULO!

PELA DEFESA DA PAZ!

PELA DEFESA DE NOSSO PETRÓLEO!

PELA CONQUISTA DE NOSSOS DIREITOS!

CONTRA O ALTO CUSTO DE VIDA!

⁹² “Regressam ao Brasil as Mensageiras da Paz”. In: *Jornal Momento Feminino*. Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1949. CDM/FMG.

PELA CONSOLIDAÇÃO DE UMA FORTE FEDERAÇÃO DE MULHERES DO ESTADO DE SÃO PAULO!
MARCHEMOS COM ENTUSIASMO PARA OS TRABALHOS PREPARATÓRIOS DA 1ª CONVENÇÃO FEMININA DO ESTADO DE SÃO PAULO!⁹³

Após a realização da Primeira Convenção Feminina Estadual, a diretoria da FMESP passou a tomar providências para a criação de departamentos, com a finalidade de incrementar os trabalhos da Federação. No dia 17 de abril de 1949, foram criados os seguintes departamentos da FMESP: Imprensa, Propaganda, Cultura, Jurídico, Finanças. Através de seus departamentos, a FMESP lançaria campanhas de arrecadação de finanças, promoveria palestras, debates e conferências, além de organizar a publicação de um boletim informativo das atividades da Federação⁹⁴. Nessa mesma reunião, houve a prestação de contas da distribuição do primeiro boletim informativo da FMESP, popularmente chamado de “jornalzinho”. Foram impressos dois mil exemplares e, até aquele momento, já haviam sido vendidos 1.280. Faltava, porém, o acerto dos exemplares vendidos pelas associações do interior do estado. Apesar de citado em ata, não foi possível localizar nenhum exemplar desse “jornalzinho” entre os materiais apreendidos pelo DEOPS/SP e anexados ao prontuário e ao dossiê da FMESP.

A ata de 21 de abril de 1949 nos permite entender como funcionava a estratégia de propaganda e divulgação da Federação. Nessa reunião – em que estiveram presentes, além da diretoria da FMESP, as representantes dos Núcleos do Cambuci, Vila Mariana, Penha, Ipiranga e Belém – foi proposto pela segunda secretária da Federação que cada Núcleo redigisse memoriais de protesto contra o aumento da taxa de água e colhessem assinaturas em abaixo-assinados para encaminhá-los à Câmara Municipal em oito dias. Os Núcleos estavam também elaborando um questionário, a ser respondido por 200 mulheres em cada bairro, para dar a conhecer os problemas que afligiam cada região de São Paulo. Posteriormente esses questionários também seriam entregues aos vereadores da cidade para a promoção da enquete

Ainda em 21 de abril, foi dado início aos preparativos para a comemoração do Dia das Mães, que aconteceria no dia 8 do mês seguinte. Decidiu-se vincular esta data festiva à campanha pela Paz, com a organização de palestras e conferências, cabendo aos Núcleos

⁹³ Livro Ata da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo, pp. 13-14. Prontuário 108021, vol. 8, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP, e Manifesto às Mulheres de São Paulo. Prontuário 108021, vol. 8, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

⁹⁴ As atas das reuniões dos dias 18 de fevereiro, 17 e 21 de abril de 1949 não estão anexadas ao Livro Ata, formando um conjunto de folhas avulsas que foram anexadas ao prontuário da FMESP pelos agentes do DEOPS/SP após o Livro Ata. Prontuário 108021, vol. 8, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

deveriam espalhar, nos pontos mais movimentados de cada bairro, um cartaz de propaganda sobre o tema. Este impresso era ilustrado com a representação de duas crianças, uma forte e robusta, outra fraca e doente, alertando o povo brasileiro para o resultado das guerras para as famílias e a importância da participação da mulher na luta pela conquista da Paz. Desta forma, a mulher foi conquistando novos espaços e ampliando seus horizontes para além do espaço privado onde, segundo o discurso oficial, ela deveria permanecer.

2.2 – Primeira Convenção Feminina Estadual

O final da Segunda Guerra Mundial permitiu que as mulheres vivenciassem um período de maior liberdade política. Para Fanny Tabak, era necessário um ambiente de liberdade para que as organizações de mulheres pudessem desenvolver suas atividades.⁹⁵ Entre 1946 e 1947, num dos curtos períodos de legalidade do PCB, iniciou-se a formação de grupos de discussão ligados ao Partido, com ênfase em alguns problemas sociais como a carestia e o custo de vida. A criação da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo deve, na minha opinião, ser entendida no contexto da Guerra Fria, do recrudescimento da repressão ao comunismo, da persistência dos aparatos repressivos do poder e da inserção das mulheres no espaço público.

A FMESP organizou, no início de 1949⁹⁶, a primeira Convenção Feminina Estadual, sediada em São Paulo, e que teria como finalidade:

“unir todas as mulheres: de todas as profissões, do campo, donas de casa, etc, sem distinção de cor política ou religiosa, em torno dos problemas que a afligem e incentivar a luta pela conquista de seus Direitos e pela Paz no mundo.”⁹⁷

Após a Convenção, os temas discutidos e votados como relevantes para a luta das mulheres seriam apresentados ao poder público. Foram constituídas comissões de propaganda, organização e finanças, responsáveis por visitar as associações e núcleos femininos do interior e do litoral do estado, além da elaboração do temário, instruções para as delegadas e produção do material de divulgação da Convenção. As associações e organizações femininas de todo o estado foram convidadas a organizar conferências distritais, de modo a apresentarem seus problemas para a montagem dos temários e realizar a eleição de delegadas, que deveriam representar essas associações na convenção estadual. Entre as cidades que enviaram temários para serem discutidos durante a convenção estavam Vera Cruz, Santos, Campinas, Monte Aprazível, Sorocaba, Guarulhos e Taubaté, além das

⁹⁵ TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983. p. 126.

⁹⁶ De acordo com um relatório policial datado de 26 de janeiro de 1957, a primeira Convenção Feminina Estadual teve início no dia 25 de março de 1949. Relatório: *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. Sua origem – Sua estrutura – Suas atividades*. Prontuário 108021, vol. 11. APESP/SP.

⁹⁷ Instruções para realização das conferências distritais e assembleias municipais, para a 1ª convenção feminina estadual. Prontuário 108021, vol. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

associações dos bairros de Pinheiros, Quarta Parada, Penha, Itaquera, Belém, Cambuci, Vila Mariana, Ipiranga e Vila Maria⁹⁸.

Os jornais da grande imprensa deram espaço às notícias sobre a Convenção Feminina. Ainda em dezembro de 1948, *O Estado de S. Paulo* anunciava em seu Caderno Geral que a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo lançava um manifesto de convocação para a Convenção Feminina, que seria realizada nos primeiros meses do ano seguinte, e que tinha por objetivo dar início a uma campanha pela paz, defesa contra o alto custo de vida e a favor do petróleo brasileiro⁹⁹. A *Folha da Manhã* também deu destaque à Convenção, na sua edição de 27 de março de 1949, anunciando para o dia seguinte sua instalação no Salão das Classes Laboriosas, quando ocorreriam debates de assuntos econômicos e administrativos¹⁰⁰. Algumas delegadas da Convenção compareceram à redação do jornal para divulgar o início da Convenção e estender o convite às mulheres paulistanas a participarem desse evento.

A organização da Convenção Feminina Estadual não passou incólume pelos investigadores do DEOPS/SP. Em relatório datado de 10 de janeiro de 1949, os policiais alertavam que a arrecadação de recursos destinados à realização de um congresso feminino que já estava acontecendo com grande intensidade sendo as quantias arrecadadas entregues a Maria Porto Aragão, residente à rua Santa Bárbara, 19¹⁰¹.

Entre os dias 25 e 28 de março ocorreu a apresentação das teses entre as mulheres presentes na Convenção e, no dia 29, foi organizada uma reunião extraordinária que culminou com a criação de comissões, a escolha das patronas e da presidente de honra da Convenção Feminina. Ocorreram, também, discussões e posterior aprovação das teses e resoluções apresentadas, focadas em três temas principais: a carestia, a luta pela paz e os direitos da mulher que trabalha.

⁹⁸ Os temários apresentados por essas associações podem ser encontrados no 4º volume do Prontuário 108021, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

⁹⁹ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 19 de dezembro de 1948. Acervo Digital. <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19481219-22575-nac-0018-999-18-not/busca/Federa%C3%A7%C3%A3o+Mulheres>. Acesso em: 04 abr 2014.

¹⁰⁰ Jornal *Folha da Manhã*, 27 de março de 1949. Acervo Digital. <http://acervo.folha.com.br/fdm/1949/03/27/1//218477>. Acesso em 04 abr 2014.

¹⁰¹ Investigações acerca das componentes da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. Dossiê 30-Z-119. APESP/SP.



Cartaz de divulgação da Primeira Convenção Feminina da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. Prontuário 108021, vol. 10, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*, APESP/SP.

A representante de Vila Maria, Dalva Silva, apresentou a tese denominada “Tese em Defesa da Paz”, onde creditava aos magnatas e aos grandes trustes internacionais o interesse no acontecimento de um novo conflito mundial, com o objetivo de dominar o petróleo e as riquezas naturais do país, sem vacilar em destruir os lares e matar os entes queridos das mulheres. Cabia às mulheres, então, impedir a aprovação e aplicação de leis que cerceassem o direito de lutar contra a guerra com o objetivo de preservar a vida de seus filhos, esposos, pais e irmãos.

Já a tese “A mulher e a paz”, sem identificação de sua autora¹⁰², argumentava que os monopolizadores do domínio mundial estavam preparando psicologicamente a população para uma nova guerra, invocando questões raciais, crenças religiosas e interesses políticos, exercendo pressões para a elaboração de leis segundo seus interesses. Essa tese trazia também informações sobre um relatório elaborado pela Dr.^a Teresa Brosse, ex-chefe da clínica da Faculdade de Medicina de Paris e que havia sido publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 27 de março de 1949. O citado relatório enfatizava os efeitos da Segunda Guerra Mundial sobre a infância europeia. De acordo com esse documento, das 30 milhões de pessoas deslocadas devido aos conflitos, sete milhões e quinhentas mil eram crianças. Entre as 18 milhões de pessoas expulsas de suas pátrias, as crianças perfaziam um total de quatro milhões e quinhentas mil. Em todo o continente europeu, 13 milhões de crianças eram órfãs. Nos países afetados pela guerra, teria sido constatado o aumento da mortalidade infantil causada, principalmente, pela tuberculose. Para a autora da tese, caberia às mulheres, como mães, esposas e filhas, a responsabilidade de evitar a deflagração de outra guerra, salvaguardando a liberdade de seus familiares e de sua pátria através de luta e união contra as potências favoráveis ao conflito.

Segundo uma determinação da União Soviética aos partidos comunistas do mundo todo, a luta pela “defesa da paz” era um dos temas recorrentes nas teses apresentadas para as discussões da Primeira Convenção Feminina. Em 1947, os soviéticos lançaram uma orientação para a formação de uma frente antiamericana que garantisse o avanço de suas pesquisas nucleares e barrasse a liderança norte-americana na corrida armamentista. Uma dessas orientações versava sobre a organização de “Movimentos pela Paz”, que deveriam

¹⁰² Tese *A Mulher e a paz*. Prontuário 108021, vol. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. Fl. 135-136. APESP/SP.

coletar assinaturas em diversos países e enviá-las à ONU, como uma demonstração de que a opinião pública mundial estava a favor da paz¹⁰³.

Uma das teses mais completas apresentadas na Convenção não mostra nenhuma identificação da associação que a produziu. Essa tese, além da carestia, discutia os problemas enfrentados pelas mulheres operárias, como a falta de moradia e de transporte, a inexistência de vestiários e refeitórios nas fábricas, a instalação de lactários, creches e escolas para os menores de quatorze anos, baixos salários e alimentação precária¹⁰⁴. A autora da tese, afirmava que o salário da operária era insuficiente para pagar o aluguel de uma casa nas proximidades do local de seu trabalho, sendo assim forçada a “*residir em habitações coletivas num quarto – o casal, filhas e filhos – sem o menor princípio de higiene*”, nos bairros mais distantes e utilizar o transporte público que, além de superlotado, causavam atrasos que eram descontados do ordenado das operárias. Além do problema da moradia, os baixos salários também contribuía para a escassez de gêneros alimentícios de primeira necessidade, como carne, queijos, leite e manteiga, empobrecendo a alimentação da família, causando prejuízo para o crescimento das crianças, que cresceriam “*fracas depauperadas, tornando-se homens e mulheres sem coragem para o trabalho, peso morto para a sociedade.*”

Enfatizava também que nas fábricas, a inexistência de armários individuais obrigava as operárias a utilizarem armários ou cabides coletivos, causa de inúmeros constrangimentos e favorecendo o contágio de doenças. Alertava para o fato de que as refeições eram realizadas em locais insalubres: “*sobre uma pilha de tijolos ou sobre um caixão com a vasilha sobre os joelhos.*” Se as operárias sofressem algum acidente que as incapacitasse para o trabalho, deveriam recorrer ao IAPI – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários – que recebia a contribuição de 5% do salário de cada operário. Porém, de acordo com a autora, quando uma trabalhadora adoecia e tinha que recorrer ao auxílio do IAPI, era obrigada a enfrentar longas filas, permanecer horas em pé, muitas vezes em baixo de chuva, para receber “*uma ninharia*” como auxílio ou aposentadoria.

Os problemas enfrentados pelas trabalhadoras domésticas aparecem na tese *Sobre as Domésticas*, de Sofia Campos Teixeira. Logo no início do texto, a autora discorre sobre a Convenção Feminina, sua legalidade e importância como instrumento de reivindicação para as causas femininas. Para Sofia Campos Teixeira:

¹⁰³ RIBEIRO, Jayme. Os “combatentes da paz” – a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, Dec. 2008, p. 262.

¹⁰⁴ Tese *Considerando que a mulher que trabalha, além de desempenhar todos os encargos de dona de casa tem que arcar com as responsabilidades do seu emprego fora de casa*. Prontuário 108021, vol. 4, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. Fl.128-134. APESP/SP.

“Esta Convenção Feminina é um movimento puramente feminino, e uma forma de união garantida por leis cimentada por regimes estabelecidos pela nossa recente Constituição, que se firma nos entendimentos sociais como elemento valioso de força, para as mulheres reivindicar todas as necessidades que lhe são devidas e que tem direito de lutar. Evidentemente esta Convenção é um movimento que merece todo apoio e incentivo, especialmente porque é a respeito das mulheres trabalhadoras de S. Paulo.”¹⁰⁵

A autora continuou dissertando sobre a situação das trabalhadoras do Estado de São Paulo, especialmente as trabalhadoras domésticas, e a imperativa necessidade de organização dessa classe trabalhadora, que naquele momento, não contava com nenhum organismo de classe ou sindicato. As empregadas domésticas atrairiam para si uma enorme responsabilidade ao assumirem o controle de uma casa e a educação de crianças para o conforto da verdadeira mãe e dona daquele lar. Por esse motivo, as integrantes da Convenção Feminina deveriam dedicar especial atenção à causa das trabalhadoras domésticas e pleitear a imediata sindicalização da categoria, férias e descanso semanal remunerados, jornada de trabalho fixa, aviso prévio, criação de um serviço médico e de amparo aos filhos das trabalhadoras domésticas, cursos de orientação e formação profissional, estabilidade e aposentadoria. Sofia Campos Teixeira conclui com um apelo às participantes da Convenção:

“A Convenção aprovando esta tese, terá contribuído para elevar grande número de mulheres que, desajustadas e incultas, vivem mendigando a caridade pública ou caminhando para o vício. Isto porque sem amparo legal, sem nenhuma consideração pela sua função de mulher, as empregadas domésticas não têm direito à vida. Porque sras. convencionais, não dá direito às empregadas domésticas se elas são tão humanas como nós outras, professoras, médicas, dentistas, advogadas, comerciárias? Porque sras. Convencionais, não se luta por essas nossas irmãs desamparadas das leis se elas possuem os mesmo direitos políticos jurídicos que nós possuímos? Não! Esta Convenção tem de tomar posição firme perante as empregadas domésticas e defende-las. Ninguém pode negar que, ao contrário de serem instituídos cursos de orientação e aperfeiçoamento gratuitos para as domésticas, permitem-se a exploração desenfreada das agencias que, na ganancia de ganhar criam um ambiente desesperador para as domésticas sem nenhuma solução moral ou profissional.”¹⁰⁶

Outra tese que demonstrava preocupação com a causa trabalhadora foi apresentada por Luiza Monteiro, pela representante de Pinheiros. Sob o título *Igual Salário para Igual Trabalho*¹⁰⁷. Neste texto, a autora fez uma explanação sobre a situação da mulher trabalhadora

¹⁰⁵ Tese *Sobre as domésticas*, de autoria de Sofia Campos Teixeira. Prontuário 108021, vol. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*, Fl.125. APESP/SP. (transcrito conforme original).

¹⁰⁶ Tese *Sobre as domésticas*, de autoria de Sofia Campos Teixeira. Prontuário 108021, vol. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. Fl. 121. APESP/SP. (transcrito conforme original)

¹⁰⁷ Tese *Igual Salário para Igual Trabalho*, de autoria de Luiza Monteiro. Prontuário 108021, vol. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. Fl.116-118. APESP/SP.

no final da década de 1940. Segundo dados apresentados pela autora, as mulheres trabalhadoras receberiam salários 50% ou 60% menores do que os homens que ocupavam a mesma função, e no caso de alguns estabelecimentos industriais, as mulheres ocupariam até metade dos postos de trabalho, gerando grandes lucros para os patrões. Denuncia também os constantes abusos contra as mulheres trabalhadoras que também aconteciam no comércio e no serviço público.

A representante da cidade de Sorocaba, Salvadora Lopes, trouxe à Convenção a tese *A exploração da mulher dentro da empresa e a falta de proteção a infância*¹⁰⁸. Operária da Têxtil Votorantim, Salvadora denunciava a falta de banheiros e vestiários, o número elevado de operárias tuberculosas, a obrigatoriedade em avisar as faltas dois dias antes ao encarregado pelo setor, para que não houvesse o desconto dos domingos e feriados remunerados e do prêmio por frequência. Nas seções da fábrica, mulheres desempenhavam as mesmas funções que os homens, porém recebiam salários menores. Também relatava a situação de filhos das operárias que frequentavam a creche mantida pela Votorantim. Obrigadas a acompanhar as mães, que iniciavam seu turno de trabalho ainda durante a madrugada, as crianças de até sete anos aguardavam a chegada das zeladoras nas creches sentadas em mesas, sem acesso a colchões, até às sete horas da manhã, quando eram iniciadas as atividades. Os bebês com até seis meses podiam ser amamentados duas vezes por dia, e entre seis meses e um ano, as mães só poderiam amamentar seus filhos uma vez ao dia. Já as crianças maiores iam sozinhas para a escola, expondo-se a perigos. Salvadora Lopes clamava que somente pela união das mulheres a situação de descaso que viviam poderia ser modificada.

A tese apresentada por uma das representantes da cidade de Taubaté, que não assinou seu texto, versava sobre a melhoria das condições de vida e trabalho para as operárias do campo e das fábricas. Defendia o direito à moradia e alimentação, propondo a criação de refeitórios nas fábricas, assistência médica e amparo à gestante, a criação de escolas para os filhos das operárias, além da solução da carestia de vida¹⁰⁹. Vera Trevisan, também representante de Taubaté, trazia a tese *Reivindicações de um bairro operário*¹¹⁰. Moradora do bairro da Estiva, um bairro operário, Vera analisava em seu texto o cotidiano de moradores que não dispunham de transporte nem telefone público, água encanada e rede de coleta de esgoto. Outra queixa apresentada por essa mesma militante era a da obrigatoriedade do uso

¹⁰⁸ Tese *A exploração da mulher dentro da empresa e a falta de proteção a infância*, de autoria de Salvadora Lopes. Prontuário 108021, vol. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*, Fl.115. APESP/SP.

¹⁰⁹ Prontuário 108021, vol. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*, Fl.114. APESP/SP.

¹¹⁰ Tese *Reivindicações de um bairro operário*, de Vera Trevisan. Prontuário 108021, vol. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*, Fl.107 APESP/SP.

de uniforme escolar pelas crianças que frequentavam o Grupo Escolar do bairro. Segundo a autora, a diretora da escola não compreendia a situação de carência financeira das famílias sem condições para comprar uniformes e, tampouco, livros didáticos. Para Vera Trevisan as mulheres, que vivenciavam de maneira tão próxima os problemas e as aflições do cotidiano, deveriam lutar para pressionar os governantes por mudanças, exigindo a construção de um Brasil mais rico e mais forte, livre do analfabetismo, da tuberculose e da prostituição.

Francisca Martinez, delegada representante do Bom Retiro, foi outra militante preocupada com as questões envolvendo as trabalhadoras. Autora do texto *Tese sobre a Mulher Operária*¹¹¹, afirmava que a condição de vida da mulher operária era precária devido aos baixos salários, às dificuldades enfrentadas pela mulher casada em conseguir emprego, à insalubridade dos locais de trabalho e o maquinário velho que comprometia o rendimento da produção. Protestava também contra a proibição de greves e manifestações públicas, assim como contra a falta de assistência à infância. Para a solução desses problemas, Francisca Martinez propunha: aumento geral dos salários para a mulher trabalhadora, igual salário para homens e mulheres que desempenhassem as mesmas funções, reforma e modernização do maquinário industrial, a instalação de refeitórios, vestiários com armários individuais e banheiros e a instalação de filtros d'água em todas as seções das fábricas, o fim de uma circular patronal que instituíra a proibição da contratação de mulheres casadas, fornecimento gratuito de uniformes para o trabalho, licença maternidade, o fim da espionagem e policiamento dentro das fábricas, construção de creches nos locais de trabalho, para que as mães pudessem amamentar seus filhos a cada três horas e a construção de jardins de infância nos bairros.

A carestia foi o tema da tese apresentada por Maria Lopes, delegada do bairro da Quarta Parada. Para a autora, a carestia era ocasionada pelo aumento do Imposto de Vendas e Consignações, que teria provocado aumento de 50% no custo de vida em geral, e também pelo crescente êxodo rural, em busca de melhores condições de vida e trabalho, provocando diminuição da produção agrícola. A situação provocada pela carestia, segundo Maria Lopes, era grave: a carne era racionada e havia a ameaça do racionamento se estender ao pão e produtos produzidos a partir do trigo. Alertava também a tarifa de água, energia e o valor dos aluguéis alcançavam preços exorbitantes, enquanto os salários não sofriam ajustes há tempos. Como forma de solucionar a carestia, Maria Lopes propunha a organização das mulheres em associações de bairro, para pressionar o poder público pela baixa no custo de vida, citando os

¹¹¹ *Tese sobre a Mulher Operária*, de Francisca Martinez. Prontuário 108021, vol. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. Fl. 94. APESP/SP.

moradores da cidade de Londrina, que para evitar o aumento na taxa de energia ou o seu racionamento após as 21 horas, passaram a se reunir em frente à companhia fornecedora, ameaçando destruir o local. Diante da mobilização popular, a companhia desistiu de promover o aumento e o racionamento. Propunha também a nacionalização dos frigoríficos, medida que evitaria a exportação de carne e manteria os estoques altos, contribuindo para a queda no preço ao consumidor, o incremento à produção de trigo, a nacionalização de moinhos e a elaboração de um programa governamental para a construção de casas populares a baixo custo¹¹².

A carestia, como podemos aferir, tornou-se um tema recorrente nos debates, encontros e palestras promovidas pela FMESP. Em carta enviada para a presidência da Federação das Mulheres do Brasil (FMB) em 30 de junho de 1949, a vice-presidente da FMESP, Ana de Andrade, noticiava a realização de um debate público sobre o aumento do preço do açúcar, contando com a presença do deputado Major Porfírio da Paz. Após a realização desse debate, foram colados cartazes contra o aumento do preço do açúcar e anunciada a campanha de coletas de assinaturas, encabeçada pelo deputado Paz¹¹³.

*Infância e Juventude*¹¹⁴ foi o texto apresentado por Lurdes Carvalho, representante do núcleo da Penha, citando que a cada mil crianças, oitenta morriam antes de completar um ano de idade, em decorrência da subnutrição que as atingiam desde o ventre materno. Para as crianças que conseguiam sobreviver, faltavam creches, parques infantis e escolas, pois naquele ano 45 mil crianças teriam ficado sem estudar por falta de vagas em escolas da cidade de São Paulo. Para as crianças alfabetizadas, Lurdes acreditava que a leitura de gibis era prejudicial, porque deturparia seu desenvolvimento mental e contribuiria para a formação de delinquentes. Já a juventude estaria exposta ao trabalho insalubre nas fábricas, sem acesso a escolas profissionalizantes e sem opções de lazer. Para solução desses problemas, Lurdes Carvalho apresentava as seguintes propostas: pré-natal gratuito, ampliação da oferta de creches, jardins de infância e parques infantis com alimentação de qualidade, assistência médica e fornecimento gratuito de uniformes, construção de escolas para o aumento de crianças alfabetizadas, proibição da publicação de gibis, incentivo à publicação de livros “de

¹¹² *Tese sobre a carestia*, de autoria de Maria Lopes. Prontuário 108021, vol. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. Fl. 93. APESP/SP.

¹¹³ Carta de Ana de Andrade, vice-presidente da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, para a presidente da Federação de Mulheres do Brasil. São Paulo, 30 de junho de 1949. Prontuário 108021, vol. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

¹¹⁴ *Tese Infância e Juventude*, de Lurdes carvalho. Prontuário 108021, vol. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. Fl. 95. APESP/SP.

história e contos instrutivos”, proibição do trabalho ao menor em locais insalubres, universalização do ensino profissionalizante.

O consumo abusivo de álcool e os transtornos causados por ele foram abordados por Conceição Meirighi, de Pinheiros, que se colocava como porta-voz dos danos e aflições causados pelo alcoolismo, por ser filha de um alcoólatra. O consumo abusivo da bebida seria “*a causa de muitas lágrimas derramadas por mães e crianças indefesas, de desuniões de casais, de lares desfeitos, de filhos abandonados, de criaturas dementes, da paralisia infantil, da tuberculose e inúmeras outras desgraças*”¹¹⁵. As mulheres - em sua responsabilidade e missão no cuidado do lar e da família - seriam os seres mais atingidos pelos efeitos morais e econômicos do álcool, o “veneno inimigo” da paz social, além de seus efeitos biológicos, pois, segundo a autora, o álcool:

“...afeta todos os órgãos, principalmente o sistema nervoso (sic) e os órgãos de reprodução. Daí o fato de vermos a degeneração biológica dos indivíduos que é transmitida de geração em geração, como se sobre elas passasse a maldição bíblica”.

Enfatizava que o governo, ao mesmo tempo em que encarcerava os bêbados, permitia o livre comércio e importação de bebidas como whisky e conhaque, que na opinião de Meirighi, teriam os mesmos efeitos que a cocaína e a maconha. Para solucionar esse grave problema, Conceição defendia a proibição da venda excessiva de álcool e que os negociantes que vendessem bebida alcoólica a menores fossem castigados.

Após as apresentações e discussões sobre os temas analisados nas teses, foi realizada a sessão de encerramento da Primeira Convenção Feminina no dia 29 de março¹¹⁶. Estavam presentes as delegadas das associações femininas do interior e litoral do estado, além das representantes dos Núcleos de Bairros da FMESP. Nessa reunião, foram criadas as comissões responsáveis pela Convenção, discutidas e votadas as teses apresentadas sendo Maria Paes de Barros escolhida como a presidente de honra do evento. Senhora da elite paulistana, filha e esposa de grandes fazendeiros, Maria Paes de Barros já em idade avançada, tornara-se uma ativista pela Paz que acreditava que a União Soviética do pós-guerra poderia servir de exemplo para os demais países¹¹⁷. No momento da realização da Convenção Feminina, Maria Paes de Barros estava próxima de completar 99 anos.

¹¹⁵ Tese *O álcool*, apresentada por Conceição Meirighi. Prontuário 108021, vol. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. Fl. 119. APESP/SP.

¹¹⁶ A ata de encerramento da Primeira Convenção Feminina Estadual está disponível no Anexo B.

¹¹⁷ LEITE, Miriam Lifchtiz Moreira. “Prefácio”. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX*. Memórias, Depoimentos, Evocações. São Paulo: Ateliê, 1999, pp. 81-86.

III – Carmim: mulheres fora da ordem

III – Carmim: mulheres fora da ordem

3.1 – O Comunismo e as Associações Femininas

O governo nascido após a revolução de 1930 tinha como um de seus principais objetivos o controle do contingente de trabalhadores urbanos. Um programa político autoritário foi implementado pelo Estado que criou uma legislação específica que garantiu a supervisão desses trabalhadores pelos sindicatos oficiais, após a ocorrência de várias greves durante as décadas de 1910 e 1920. Porém, a influência exercida pelo Partido Comunista fundado no Brasil em 1922, fez que orbitasse ao seu redor parte da oposição existente ao regime, entre eles operários, intelectuais, sindicalistas, e outros tantos indivíduos que se sentiam desconfortáveis com o regime. Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), inclusive durante o período do Estado Novo, o Comunismo polarizou e radicalizou as discussões político-ideológicas, em oposição ao Integralismo, um dos representantes do pensamento da extrema-direita com inspiração nos paradigmas fascistas.

Qualquer opositor do regime era considerado pelo Estado como um delinquente, devendo, por sua postura e ideias, receber o tratamento condizente. O Comunismo tornou-se o grande inimigo do Estado brasileiro ainda durante a década de 1930, e permaneceu como tal por todo o período de normalidade democrática, entre 1945 e 1964, apesar de um curto período em que o Partido Comunista Brasileiro permaneceu na legalidade, entre o final de 1945 até a cassação de seu registro pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 07 de maio de 1947¹¹⁸. Lembro que as forças que dominaram os governos desse período, principalmente o governo Dutra (1946-1950), foram as mesmas que serviram de sustentáculo para o governo Varguista. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta,

“Porém foi a Intentona Comunista, em novembro de 1935, a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil. O impacto foi enorme sobre a opinião conservadora, afinal, não era uma rebelião comum; tratou-se de uma tentativa armada dos comunistas de tomarem o poder, a qual, uma vez bem sucedida, poderia ter provocado grandes transformações na organização social brasileira.”¹¹⁹

A perseguição ao Comunismo intensificou-se após o rompimento das relações entre Brasil e União Soviética em outubro de 1947 e, mais ainda durante o período de legalidade

¹¹⁸ POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *A Democracia Intolerante*. Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002, p. 32.

¹¹⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*. O Anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva:Fapesp, 2002, p. XXI.

do PCB, quando persistiu a perseguição aos comunistas. Um exemplo foi a Chacina do Largo da Carioca, ocorrida em maio de 1946, durante uma manifestação pública organizada pelos comunistas. A repressão à manifestação se fez através de policiais armados e da cavalaria, resultando em mais de cem feridos e na morte de três manifestantes.¹²⁰ A oposição ao regime foi logo identificada pelos agentes policiais e definida como uma artimanha do Partido Comunista para desestabilizar o governo e instalar um governo aliado a Moscou. Rodrigo Patto Sá Motta considera que

“com efeito, a ameaça comunista serviu como pretexto para justificar golpes autoritários, reprimir movimentos populares, garantir interesses imperialistas ameaçados pelas campanhas nacionalistas, ou seja, manter inalterado o status quo.”¹²¹

A argumentação da Polícia Política pode ser, também, facilmente identificada nos prontuários e dossiês elaborados sobre as associações femininas que foram investigadas pela Polícia Política. Algumas possuíam, de fato, ligação com o Partido Comunista e deveriam, através da divulgação da doutrina comunista, promover a politização das mulheres. Dessa maneira, as associações acabaram incorrendo, sendo a lógica policial e do Estado, em dois atos criminosos: o endosso ao Comunismo e a inserção de mulheres no mundo político.

O Partido Comunista possuía, desde a realização do Terceiro Congresso da III Internacional Comunista realizado em 1921, uma posição sobre a organização de órgãos especiais femininos. Para o Partido:

“Resulta a tarefa imediata dos Partidos Comunistas: estender a influência do partido e do comunismo às vastas camadas da população feminina de seu país, através de um órgão especial do Partido e de métodos particulares, permitindo abordar mais facilmente as mulheres para livrá-las da influência das concepções burguesas e da ação dos partidos coalizacionistas, para fazer delas verdadeiros combatentes pela libertação total da mulher.”¹²²

Na concepção comunista, as organizações femininas deveriam promover a mobilização das mulheres para a causa socialista, já que a origem da opressão feminina seria a sociedade capitalista burguesa. Com a substituição do capitalismo pelo socialismo, todas as contradições seriam superadas e os problemas das mulheres, enfim, eliminados. Seguindo as

¹²⁰ POMAR, op. cit, p. 32.

¹²¹ MOTTA, op. cit, p. XXIV.

¹²² A Internacional Comunista (vol.III), Teses e Resoluções do III Congresso, p.200, apud ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *O PCB e a Questão Feminina (1970-1979)*. Florianópolis. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder, 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST45/Maira_Luisa_Goncalves_de_Abreu_45.pdf> Acesso em: 14 jun 2014.

orientações da III Internacional, na década de 1940 deu-se início a criação de uniões e federações femininas em todo o Brasil, lideradas pela Federação das Mulheres do Brasil, fundada em 1949 no Rio de Janeiro¹²³.

Apesar do papel desempenhado pelas organizações femininas na arregimentação de mulheres para a revolução socialista, os papéis destinados às mulheres dentro da estrutura e organização do PCB eram restritos a funções tradicionalmente femininas, como a limpeza, organização de papeis, recepção etc. Zuleika Alambert, em um depoimento concedido a Maria Luísa Gonçalves de Abreu, esclarece como funcionava a divisão das funções dentro da estrutura do PCB. Segundo Alambert:

“O machismo imperava, e isto aparecia, nitidamente, na divisão dos trabalhos. As mulheres atuavam como datilógrafas, taquígrafas nas reuniões do Partido. Serviam cafês, cozinhavam, limpavam os chamados ‘aparelhos’. Nas comissões políticas de trabalho eram geralmente eleitas para as comissões gerais, ou seja, aquelas onde cabia de tudo. Para representar o Partido nos Congressos Internacionais jamais eram eleitas e assim por diante.”¹²⁴

A partir da fala de Alambert, podemos perceber que, dentro dos diversos comitês e comissões do Partido Comunista, as mulheres eram excluídas das posições de grande visibilidade ou de comando. Devido à estrutura imposta pelo alto comando do PCB, as associações femininas ligadas ao partido atuantes entre as décadas de 1940 e 1960 não possuíam pautas especificamente femininas, funcionando mais como um mecanismo de atração para o comunismo do que organismos autônomos de promoção da luta das mulheres. O depoimento de Zuleika Alambert nos permite entender como eram estabelecidas as relações de gênero entre os comunistas na perspectiva de Joan Scott, pois o papel desempenhado pelas mulheres no âmbito das organizações femininas e dentro da organização do PCB era determinado pelos homens, delimitando claramente a oposição homens/mulheres. Para Scott, a oposição homens/mulheres e as relações de gênero estão intrincadas às relações de poder e, qualquer alteração, representa uma ameaça ao sistema de poder estabelecido.

A manutenção das mulheres nos níveis mais baixos da hierarquia do PCB pode ser entendida como uma maneira de preservar (ou conquistar) o poder entre aqueles considerados mais aptos ao jogo político, ou seja, os homens. Sobre a questão do poder, Roberto Machado, autor da introdução da edição brasileira da obra de Michel Foucault, *Microfísica do Poder*¹²⁵,

¹²³ ABREU, op. cit., pp. 1-2.

¹²⁴ Ibidem, p. 2.

¹²⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013.

faz uma clara explanação sobre a ideia de poder na obra do filósofo francês. Segundo Machado, na concepção de Foucault o poder não existe: o que existe são práticas ou relações de poder, ou seja, o poder é algo que se exerce, que funciona e se dissemina por toda a estrutura social¹²⁶. Ainda sobre a questão do poder, Foucault esclarece que

“onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui.”¹²⁷

Mesmo com a organização dos movimentos femininos pelo Partido Comunista Brasileiro, as mulheres eram excluídas das posições de destaque nas comissões do Partido ou das representações brasileiras enviadas para Congressos Internacionais Comunistas. Analisando esse fato a partir da concepção de Foucault, fica claro que o poder era exercido pelos homens, que “permitiam” que as mulheres alcançassem determinadas posições dentro da estrutura do PCB.

A imediata ligação entre a militante política e o comunismo, feita pelo Estado e pelos investigadores policiais, pode ser considerada, segundo Erving Goffman, uma estigmatização. De acordo com o autor, isso se dá quando um indivíduo possui um atributo que o torna diferente da categoria em que a parcela da sociedade que o confronta ou analisa se encontra, tornando-se assim, menos desejável por este segmento. Em casos extremos, esse indivíduo pode ser considerado uma pessoa perigosa, fraca ou má. Segundo Goffman, “*tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem*”¹²⁸. Maria Luiza Tucci Carneiro, em seu artigo “Trilogia dos Estigmas”, trabalha com o conceito de estigma tendo como referência o conceito proposto por Goffman: do estigma como sinal negativo carregado por uma determinada pessoa, geralmente reforçado por indivíduos considerados “normais”. Segundo Tucci Carneiro,

“(…) estas mulheres (comunistas), hereges assim como os homens, passaram a ter o tratamento de dissidentes políticos, ou seja, de criminosos, transgressores da ordem, identificados por suas ideias e comportamentos desviantes. E aquele que fosse “judeu e estrangeiro”, além de comunista, era triplamente discriminado, Tais estigmas prestaram-se à construção semântica e criminalizante do discurso que os transformaram em” inimigos da ordem social e política”. Os slogans persistiram por

¹²⁶ MACHADO, Roberto. “Introdução: Por uma genealogia do poder”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013, pp. 17-18.

¹²⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013, p. 138.

¹²⁸ GOFFMAN, Erving. *Estigma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 12.

mais de meio século, compondo o arquétipo do comunista como símbolo de malignidade.”¹²⁹

Uma mulher que dedicasse sua vida à militância, fosse num movimento feminino, num partido político ou num sindicato, era interpretada como uma mulher “indesejável”, por questionar e romper com o padrão da “esposa zelosa-mãe exemplar” defendido pelo Estado e por suas instituições. Os olhares lançados pelos investigadores sobre os movimentos femininos e as mulheres militantes já estavam treinados para identificá-los como parte do movimento comunista, mesmo que esses movimentos se declarassem apolíticos ou proibissem, no seu estatuto, a discussão política entre os membros.¹³⁰

Essa estigmatização da militante comunista pode ser percebida claramente em alguns relatórios feitos durante investigações sobre a atuação dessas mulheres. Ana de Andrade¹³¹ tinha sido escolhida como a representante da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo em um congresso feminino a ser realizado na Hungria no ano de 1952, além de ter participado de reuniões, comícios com finalidade propagandista, e de campanhas contrárias ao envio de soldados brasileiros para a Guerra da Coréia. O deputado Cid Franco encaminhou, entre os meses de setembro e outubro de 1952, um pedido de informações sobre o paradeiro de Ana de Andrade, indagando se ela estaria encarcerada em alguma delegacia da cidade de São Paulo. A polícia argumentou em seu relatório que as atividades praticadas por Ana de Andrade eram subversivas e, de acordo com as autoridades policiais,

“[...]se a Polícia tivesse agido contra um elemento que desenvolve semelhante tarefa que contraria os interesses nacionais, democráticos, não teria feito mais do que cumprir o seu dever funcional. Pena é que nada conste nesta Delegacia, relativamente à prisão de ANA DE ANDRADE, sobre o qual pediu informações o já referido e nobre deputado.”¹³²

Uma prática muito comum da Polícia em relação à vigilância de entidades “subversivas” era a utilização de investigadores a paisana ou de agentes infiltrados. Por se tratar de investigações acerca de associações femininas, provavelmente a polícia acionava agentes femininos que, sutilmente, poderiam se misturar entre as militantes durante as reuniões ou comícios, sem despertar a desconfiança que um homem estranho aos presentes

¹²⁹ CARNEIRO, op. cit., p. 43.

¹³⁰ O Estatuto da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo trazia, em seu Artigo 5º, os seguintes dizeres: “É expressamente proibida qualquer discussão religiosa ou político-partidária.” Prontuário 108021, vol. 8, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

¹³¹ Prontuário 103605 e Dossiê 30-Z-106, *Ana de Andrade*. APESP/SP.

¹³² Informações sobre Ana de Andrade. Prontuário 108021, vol. 11, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

pudesse despertar. A polícia também contava com o depoimento de mulheres deladoras, que participavam das reuniões e acabavam “entregando” aos policiais nomes de ativistas, estratégias e as atividades das associações femininas. As mulheres deladoras eram chamadas pelos investigadores policiais de “participante rabanete”, pois como entregavam à polícia as informações sobre os movimentos femininos de tendência comunista, seriam “vermelhas só por fora”¹³³.

Podemos perceber, a partir a análise dos dossiês e prontuários de associações femininas e das líderes desse movimento, uma tentativa de desqualificação dos movimentos femininos por parte dos aparelhos repressores do Estado, pois a presença dessas mulheres da esfera pública representava um rompimento com o padrão feminino estabelecido e defendido pelo próprio Estado. Por isso, esses movimentos eram sempre ligados ao movimento comunista, o que também pode ser entendido como uma forma de “criminalizá-los” perante a sociedade. Em um esclarecedor estudo sobre os movimentos de mulheres atuantes no Rio de Janeiro entre 1945 e 1964, Elza Dely Veloso Macedo refletiu sobre a perseguição efetuada pelo Estado aos movimentos de mulheres sinalizando, sob o viés da Guerra Fria, para as possibilidades de rejeição e disposição de reversão:

“Linearmente identificado como comunista o movimento de mulheres desse período atrai para si a repressão dirigida a todos os setores da sociedade que contestassem a ordem que se pretendia hegemônica. Passeatas, comícios, reuniões, panfletagem sinalizavam essa rejeição e a disposição de reversão, ao que correspondiam repressão, espancamento, prisão, tortura e morte. Tudo isso em nome da garantia da ordem e da segurança, tudo sob os augúrios de Paz para o mundo. Por que reprimir, bater, prender, torturar e até matar em nome da Paz? Quem não a quereria? A Guerra Fria em seu maniqueísmo, o embate entre dois projetos de país, estão a exigir permanentemente a opção por um lado e a eliminação do outro.”¹³⁴

Assim, como Elza Macedo, acreditamos que o mesmo expediente utilizado pelo Estado para perseguir o movimento operário e os sindicatos e outros movimentos contestadores da ordem hegemônica, mesmo aqueles que não tivessem ligação com o comunismo, foi utilizado para os movimentos de mulheres. A Sociedade Feminina Beneficente Alemã Frauenhilfe¹³⁵ e a Sociedade Feminina Beneficente e Religiosa Israelita¹³⁶, mesmo sem nenhum indício de ligação com o comunismo, tiveram suas atividades

¹³³ Informações sobre Segundo Congresso da Federação Democrática Internacional das Mulheres. S.d., sem órgão produtor. Dossiê 50-J-104, pasta 1, Fl. 71 a 73. APESP/SP.

¹³⁴ MACEDO, Elza Dely Veloso. *ORDEM NA CASA E VAMOS À LUTA! Movimentos de Mulheres: Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia da Cunha – uma militante*. Niterói, UFF, 2001. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

¹³⁵ Prontuário 46709, *Sociedade Feminina Beneficente Alemã Frauenhilfe*. APESP/SP.

¹³⁶ Prontuário 48122, *Sociedade Feminina Beneficente e Religiosa Israelita*. APESP/SP.

acompanhadas de perto por agentes da Polícia Política, que compareceram a reuniões, encontros e assembleias gerais promovidas pelas duas sociedades femininas. Sobre a Sociedade Feminina Beneficente e Religiosa Israelita, não podemos descartar o antissemitismo como uma das explicações para que essa associação feminina se tornasse alvo de investigações policiais¹³⁷.

A Polícia Política procurava estabelecer as relações entre as associações e movimentos femininos a partir das suas integrantes. Em vários relatórios anexados aos prontuários e dossiês pesquisados, os policiais justificavam a investigação acerca os movimentos femininos com a exposição de nomes de mulheres que, segundo esses mesmos agentes, eram “há tempos anotados nos arquivos policiais.” Um dos primeiros movimentos de mulheres fechados sob a alegação de envolvimento com o comunismo foi a União Feminina do Brasil. Sob a acusação de ser uma associação ligada à Aliança Nacional Libertadora, teve sua sede e núcleos fechados em julho de 1935, ainda como consequência da tentativa de golpe articulada pela ANL, conhecida como Intentona Comunista. De acordo com os apontamentos policiais, a União Feminina do Brasil exercia atividades subversivas, inclusive tendo uma de suas dirigentes fichada como comunista, cujo nome não é citado em nenhum momento nos documentos anexados a esse prontuário¹³⁸.

As investigações feitas sobre o Clube Feminino do Ipiranga são uma amostra de como se dava a vigilância sobre as mulheres subversivas e sua participação nesses movimentos femininos. Segundo os relatórios elaborados pelos agentes policiais, o Clube Feminino do Ipiranga foi fundado em março de 1948, e contava, no mês de maio do mesmo ano, com cerca de 30 associadas, sendo organizada basicamente para discutir os problemas relacionados ao bairro do Ipiranga e arredores. Mesmo assim, deveria ter suas atividades acompanhadas pelos policiais, pois essas reivindicações de bairro seriam “mera camuflagem (sic) comunista.”¹³⁹

O Movimento Político Feminino¹⁴⁰ foi uma associação criada no início da década de 1950 e tinha como objetivo principal a criação de um batalhão de polícia composto somente por mulheres, que deveria cuidar da patrulha não-armada dos bairros da cidade de São Paulo. Para que esse batalhão feminino fosse criado, as representantes do Movimento Político

¹³⁷ Entre os principais estudos sobre o antissemitismo no Brasil, destacamos os trabalhos de Maria Luiza Tucci Carneiro, *O Antissemitismo na Era Vargas. Fantomas de uma Geração(1930-1945)*. 3ª edição, São Paulo: Editora Perspectiva, 2001, e *O Veneno da Serpente. Reflexões sobre o Antissemitismo no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

¹³⁸ Prontuário 320, *União Feminina do Brasil*. APESP/SP.

¹³⁹ Investigações em torno do Clube Feminino do Ipiranga, de 25 de maio de 1948. Prontuário 97286, *Clube Feminino do Ipiranga*. APESP/SP.

¹⁴⁰ Dossiê 50-J-099 e Prontuário 93326 – *Movimento Político Feminino*. APESP/SP.

Feminino enviaram a alguns deputados essa proposta, que chegou a ser bastante elogiada. Como era de praxe após o surgimento de associações de caráter político, a Polícia iniciou investigações preventivas acerca do Movimento Político Feminino, e por mais de uma vez, os investigadores não conseguiram fazer nenhuma ligação entre essa associação e o Comunismo. Porém, quando as reivindicações sobre a criação de um corpo policial feminino começaram a ganhar destaque na imprensa, os policiais, em um relatório, indicaram que algumas mulheres que faziam parte dessa associação eram conhecidas por sua ligação com o Comunismo. Constatamos que os nomes dessas mulheres não são citados, numa clara tentativa de vincular o Movimento Político Feminino ao Partido Comunista. Omitindo tal identificação, a polícia não dava chance para uma possível confrontação de identidade.

A Associação Democrática Feminina também foi considerada pelos policiais do DEOPS/SP como uma “perigosa célula comunista”, expressão característica do seu discurso e da sua lógica. Na sua opinião, essa associação – que estava estabelecida em Campinas - pretendia instalar uma escola de corte e costura “para melhor encobrir os seus verdadeiros fins”. A polícia ainda traçou um panorama da atuação de pessoas no Estado de São Paulo que estariam preparando “um movimento de violência e terrorismo, logo que for promulgada a lei de cassação de mandatos”. Esses elementos estariam rearticulando as células e os comitês do PCB no interior do estado, contando, inclusive com a presença de Luiz Carlos Prestes em Campinas, no mês de dezembro de 1947¹⁴¹. Enfatizavam que a Associação Democrática Feminina teria papel importante na rearticulação do Partido Comunista no interior de São Paulo, valendo-se da propaganda para a disseminação do comunismo entre as mulheres da cidade de Campinas.

Não podemos negar que existia a ligação entre o Partido Comunista e várias associações femininas. Acreditamos que a ligação entre os movimentos de mulheres e o Partido Comunista possa ter acontecido porque o comunismo havia se tornado, desde meados da década de 1930, a principal ideologia contestadora da ordem imposta pelo Estado, agregando em suas fileiras indivíduos ligados aos meios operários, estudantis, intelectuais, jovens, mulheres pertencentes à classe média. Este grupo, bastante expressivo, vislumbrava no comunismo a possibilidade de oposição sistemática ao governo e ao controle exercido pelas classes conservadoras da sociedade. Mesmo porque o comunismo era considerado com a principal ideologia ou opção política seria capaz de organizar, sendo assim um perigo visível a ser anulado pelos aparatos repressivos do Estado.

¹⁴¹ Relatório sobre a Associação Democrática Feminina, de 30 de dezembro de 1947. Prontuário 91874, *Associação Democrática Feminina*. APESP/SP

3.2 – Mulheres subversivas sob o olhar da Polícia Política

Através dos prontuários e dossiês abertos pela Polícia Política para investigar as mulheres que faziam parte dos movimentos políticos femininos, conseguimos entender melhor a forma e a razão que induziam os agentes policiais a devassarem a vida dessas ativistas. Tais investigações fundamentavam as acusações criminais que incorriam sobre elas. Nesse primeiro momento, optamos por analisar os prontuários e dossiês de mulheres que tiveram algum destaque como ativista ou desempenharam papel de liderança dentro das associações femininas.

De acordo com os investigadores policiais, Alice Tibiriçá fundou em São Paulo em 1948, a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, a FMESP. A mesma teve também importante atuação nos movimentos femininos no Rio de Janeiro, estando diretamente envolvida com a criação do Instituto Feminino de Serviço Construtivo. Em 1949, Alice Tibiriçá foi presa em São Paulo, na sede da FMESP, acusada de ser uma das lideranças do Partido Comunista, pretendendo infiltrar mulheres comunistas nas feiras livres de São Paulo para promover uma agitação a favor da paz e contra a carestia ¹⁴².

Arcelina Rodrigues Mochel Goto também foi investigada por sua participação nos movimentos femininos, já que era a secretária-presidente da Federação das Mulheres do Brasil, em 1951.¹⁴³ Por ter um papel de destaque entre as mulheres militantes, participou de inúmeros encontros, palestras, mesas redondas e debates que tinham como tema a situação das mulheres no Brasil e no mundo. Arcelina Mochel também foi uma das mulheres responsáveis pelo lançamento do jornal *Momento Feminino*, e durante todo o tempo de existência desse periódico atuou como editora chefe, elaborando seus editoriais e artigos de opinião.

A questão da paz foi um ponto importante na luta das mulheres militantes dos anos 1940 e 1950. Após o final da Segunda Guerra Mundial, a polarização da política mundial em torno da Guerra Fria fazia com que a ameaça de um novo conflito mundial envolvendo aliados dos Estados Unidos contra a União Soviética se tornasse iminente. Elisa Branco Batista ganhou projeção nacional após desfraldar uma faixa com os dizeres *Os soldados nossos filhos não irão para a Coréia* durante o desfile militar do Dia da Independência do Brasil, em 1950. Presa em flagrante após tentativa de fuga, foi condenada a quatro anos e três meses de prisão. Após uma intensa campanha patrocinada pelo jornal *Hoje*, foi libertada em

¹⁴² Prontuário 97078, Alice Tibiriçá. APESP/SP.

¹⁴³ Questionário sobre a situação do Comunismo em cada unidade da federação. Prontuário 113740, Arcelina Rodrigues Mochel Gotto. APESP/SP.

outubro de 1951. Depois que ganhou a liberdade, Elisa Branco Batista tornou-se símbolo da luta pela paz, sendo laureada com o Prêmio Internacional Stalin da Paz em 1953, ano em que assumiu a presidência da FMESP¹⁴⁴. Elisa Branco Batista já desenvolvia, segundo as investigações policiais, atividades subversivas desde 1948, mas somente após sua prisão e, posteriormente, a sua ida a Moscou para receber o Prêmio Stalin da Paz, Elisa passou a ser considerada uma das lideranças do PCB, e por isso merecia um “acompanhamento” mais rígido por parte dos investigadores policiais. Mais uma vez, constatamos que a projeção das mulheres ativistas no espaço público desequilibrava ou colocava em perigo a ordem instituída emergindo como um exemplo possível para outras mulheres. Incomodavam sim: por suas ideias e ações, assim como por suas propostas que colocavam em xeque o discurso do poder.



Fotógrafo não identificado. *Elisa Branco Batista na entrega do Prêmio Internacional Stalin da Paz*. Moscou, 15 de janeiro de 1953. Prontuário 90796, *Elisa Branco Batista*. APESP/SP.

Outra militante que despertou a atenção dos policiais por sua ligação com o PCB foi Zuleika Alambert. Candidata ao cargo de deputada estadual pelo PCB nas eleições de 1947,

¹⁴⁴ Informações sobre Elisa Branco Batista. Prontuário 90796, *Elisa Branco Batista*. APESP/SP.

assumiu como suplente do deputado Clóvis de Oliveira, tendo seu mandato cassado em 1948, após o PCB ter sido posto na ilegalidade. Em 1953, enquanto residia na União Soviética, Alambert escreveu o livro *Uma Jovem Brasileira na União Soviética*, onde traça uma perspectiva positiva da sociedade soviética, comparando a sociedade brasileira e ao “imperialismo ianque”¹⁴⁵, obra publicada no Brasil no mesmo ano. Em fevereiro de 1954, os agentes do DEOPS/SP apreenderam 1.200 exemplares desse livro, considerado material de propaganda comunista¹⁴⁶.

Antes mesmo antes de ter sido eleita deputada estadual, Zuleika Alambert já tinha sua vida devassada pelos agentes do DEOPS/SP. Em 1946, antes da campanha política para as eleições do ano seguinte, seus passos já vinham sendo observados pelos policiais, que relatavam a sua presença em diversos comícios e reuniões organizados por movimentos femininos¹⁴⁷, além de comícios organizados pelo PCB, onde Alambert era uma das oradoras. Em 1947, ano em que foram realizadas eleições municipais, além do pleito para escolha dos membros da Câmara Federal, Zuleika Alambert participou de diversos comícios, em São Paulo e em Belo Horizonte, fazendo campanha para os vereadores do PCB. De acordo com os relatórios e registros policiais contidos no dossiê e no seu prontuário pessoal, Zuleika teve forte atuação na Baixada Santista e nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo. Foi, segundo relatório policial, a única mulher a integrar o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro¹⁴⁸.

Além de sua atuação nos movimentos femininos, inclusive escrevendo algumas das teses apresentadas na Primeira Convenção Feminina do Estado de São Paulo, realizada em 1949, Alambert também participou movimentos sociais a favor do petróleo e nos movimentos conhecidos como “Pró-Paz”, que defendiam o fim das chamadas “guerras imperialistas”, a proibição do uso de armas atômicas e exigindo o não-envolvimento do exército brasileiro nos conflitos armados que aconteciam no início da década de 1950, como a Guerra da Coreia. No período em que o Brasil esteve sob o regime de ditadura militar, Zuleika Alambert teve seus direitos políticos cassados por um período de dez anos¹⁴⁹ e permaneceu foragida da polícia,

¹⁴⁵ Informações sobre Zuleika Alambert. Doc. 19/Fl.40 e doc. 16/Fl.29 a 34. Dossiê 30-B-162, *Zuleika Alambert*. APESP/SP.

¹⁴⁶ Jornal Notícias de Hoje, 02 de fevereiro de 1954 (fragmento). Dossiê 30-B-162, *Zuleika Alambert*. APESP/SP.

¹⁴⁷ Relatório sobre Zuleika Alambert. Fl.3. Dossiê 30-B-162, *Zuleika Alambert*. APESP/SP.

¹⁴⁸ Informações sobre Zuleika Alambert. Doc. 23/ Fl. 65 a 73. Dossiê 30-B-162, *Zuleika Alambert*. APESP/SP.

¹⁴⁹ Direitos cassados através do AI-1, de 01/09/1964, do AI-2, de 27/10/65 e do AI-5, publicado em 19/12/1968.

residindo em Paris desde o início da década de 1970, de acordo com informações dadas por relatórios elaborados pelos próprios agentes do DEOPS/SP¹⁵⁰.

A posse de material subversivo também era considerada um crime pelos policiais. Ana de Andrade¹⁵¹, Yolanda Picingher¹⁵² e Francisca Martinez Silva¹⁵³ foram detidas, em setembro de 1949, acusadas de distribuírem panfletos em frente à Tecelagem Assunção, com o intuito de divulgarem, entre os trabalhadores daquela fábrica, o *I Congresso dos Trabalhadores Têxteis de São Paulo*, considerado pelos agentes policiais como material de “propaganda comunista”. A polícia entendia por material subversivo a propaganda comunista veiculada nos jornais publicados por entidades ou associações que tivessem ligação com o Partido Comunista, nos panfletos, assim como nos abaixo-assinados, boletins, livros, cartazes, etc. Perigosas eram também aquelas que divulgavam suas ideias subversivas durante os comícios, caso também das três militantes citadas acima.

Tanto Yolanda Picingher quanto Francisca Martinez Silva eram figuras conhecidas pelos policiais do DEOPS/SP que trabalhavam na repressão ao comunismo. Martinez Silva era considerada agitadora comunista, constando em seu dossiê várias detenções por envolvimento em comícios e greves. Sua primeira detenção aconteceu em agosto de 1948, após realizar um comício na frente da sede do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem e por distribuir “material subversivo”.¹⁵⁴ Após sua detenção foi novamente presa em outubro de 1949, enquanto assistia a uma reunião na sede da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, definida pela polícia como uma organização comunista. Martinez Silva foi detida novamente em janeiro de 1950, ao participar de um comício organizado pela FMESP¹⁵⁵. Marcou sua presença como ativista dos movimentos femininos no início da década de 1950, especialmente da FMESP, onde chegou a ocupar o cargo de diretora de departamento em 1952.

A detenção de Yolanda Picingher em setembro de 1949, ao lado de Francisca Martinez Silva também não foi sua primeira passagem pelas delegacias do DEOPS/SP. Em dezembro de 1945, havia sido presa sob acusação de agitação comunista e, em setembro de 1950 foi

¹⁵⁰ Informações sobre Zuleika Alambert. Doc. 16/Fl. 29 a 34. Dossiê 30-B-162, *Zuleika Alambert*. APESP/SP.

¹⁵¹ Auto de qualificação de Ana de Andrade. Prontuário 118414, *Ana de Andrade*. APESP/SP.

¹⁵² Prontuário 62160 e Dossiê 30-B-164, *Yolanda Picingher*. APESP/SP.

¹⁵³ Informações sobre Francisca Martinez Silva, Doc. 5/Fl. 07. Dossiê 30-B-214, *Francisca Martinez Silva*. APESP/SP.

¹⁵⁴ Informações sobre Francisca Martinez Silva. Fl. 08 e 09. Dossiê 30-B-214, *Francisca Martinez Silva*. APESP/SP.

¹⁵⁵ Termo de Declarações de Francisca Martinez Silva. Fl. 05. Dossiê 30-B-214, *Francisca Martinez Silva*. APESP/SP.

detida, novamente por posse de material de propaganda subversiva¹⁵⁶. Ainda em 1949, no mês de agosto, foi uma das principais oradoras em uma conferência organizada pela FMESP sobre a vida de Anita Garibaldi. Também foi escolhida pela FMESP para ser a representante dessa associação no Congresso Mundial Pró-Paz, realizado no México, em setembro do mesmo ano, porém teve seu visto de saída do país cancelado, por ordem do Gal. José Portella, secretário de segurança pública do estado de São Paulo. Foram negados vistos à todos os indivíduos que se dirigiam ao Congresso Pró-Paz no México, ou para qualquer localidade onde acontecesse “congressos ou reuniões comunistas.”¹⁵⁷

Ana de Andrade Santana, de acordo com uma das anotações feitas em seu prontuário policial, era um “elemento muito conhecido e há muito fichado neste Departamento pelas suas atividades subversivas, a favor da ditadura russa.”¹⁵⁸ Durante o início da década de 1950, foi detida diversas vezes, por portar exemplares de jornais e revistas considerados subversivos, vender “bônus de greve” ou angariar assinaturas para abaixo-assinados a favor das campanhas Pró-Paz. Sua primeira detenção ocorreu em 21 de setembro de 1952, acusada de distribuir exemplares do jornal *O Momento Feminino* e recolher assinaturas para a Campanha da Paz. Quase um mês após sua prisão, no dia 13 de outubro, o deputado Cid Franco emitiu um ofício à Delegacia de Ordem Política e Social, pedindo informações sobre a prisão de Ana de Andrade naquela delegacia, pois havia sido impetrado um *habeas corpus* em seu nome. Porém, não havia até aquele momento sido libertada nem localizada em presídios ou delegacias da cidade de São Paulo¹⁵⁹. De acordo com o delegado especializado de ordem social, João Guedes Tavares, Ana de Andrade não se encontrava recolhida naquela delegacia. Entretanto um relatório foi elaborado pelos agentes desta mesma delegacia, como resposta ao pedido de informações do deputado Cid Franco. Segundo esse relatório, Ana de Andrade não se encontrava presa, porém de tratava-se de uma comunista conhecida. Fazia parte da FMESP e tinha sido escolhida como sua representante para um congresso que seria realizado na Hungria, além de ter participado de comícios e reuniões da “Organização Brasileira pela Cultura da Paz”, que foram proibidas pela polícia, que considerava que essas reuniões aconteciam para fins de propaganda do II Congresso da Paz¹⁶⁰. Seu alvará de soltura não foi anexado aos documentos de seu prontuário. Após essa detenção, Ana de Andrade chegou a

¹⁵⁶ Auto de Prisão em Flagrante Delito. Prontuário 62160, *Yolanda Picingher*. APESP/SP.

¹⁵⁷ Informe Secreto, de 25 de agosto de 1949. Prontuário 62160, *Yolanda Picingher*. APESP/SP.

¹⁵⁸ Informações sobre Ana de Andrade. Prontuário 118414, *Ana de Andrade*. APESP/SP.

¹⁵⁹ Ofício nº 16.261, de 13 de outubro de 1952. Prontuário 118414, *Ana de Andrade*. APESP/SP.

¹⁶⁰ Informações sobre Ana de Andrade. Prontuário 108.021, vol. 11, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

ser detida novamente, em abril de 1953, reincidindo no crime de distribuição de material subversivo e na venda dos “bônus de greve”.

Rosa Brickmann Roitman despertava a atenção dos agentes policiais desde 1932, quando teria assumido, durante um interrogatório, ser simpatizante dos ideais comunistas, que conheceu a partir da leitura de livros que tratavam sobre o assunto.¹⁶¹ Os policiais de Santos acreditavam que Rosa Brickmann era uma das mulheres que mais contribuíam para a expansão do comunismo na cidade, por se tratar de uma mulher culta, profunda conhecedora da teoria marxista, e por ser uma pessoa com boa condição financeira, capaz de financiar as ações subversivas na cidade.¹⁶² Em 1947, Rosa Brickmann foi convidada para apresentar uma palestra em uma mesa redonda organizada pelo Movimento Político Feminino como representante da Sociedade Cívica Feminina de Santos, entidade da qual ocupou posição de destaque. Com o tema “A Responsabilidade da Mulher na Sociedade”, sua palestra dissertava sobre o papel desempenhado pelas mulheres para evitar e combater problemas enfrentados pela sociedade na época, como a ameaça iminente de um novo conflito de proporções mundiais. De acordo com esta sua tese

“após uma guerra que roubou a flor da mocidade de todas as pátrias, que nós mulheres nos unimos em assembleias, mesas redondas, convenções e congressos, com o objetivo de atuar como mediadoras nesta luta criada pelos homens, e que eles não sabem resolver.”¹⁶³

¹⁶¹ Termo de Declarações de Rosa Brickmann. São Paulo, 30 de junho de 1932. Prontuário 1975, *Rosa Brickmann Roitmann*. APESP/SP.

¹⁶² Cópia do Relatório 71/49, de Orlando Noce sobre Rosa Brickmann Roitmann. Santos, 22 de outubro de 1950. Doc. 3, Prontuário 5955, *Rosa Brickmann Roitmann*. Acervo DOPS Santos, APESP/SP.

¹⁶³ Tese apresentada em 29 de outubro de 1947 pela Sociedade Cívica Feminina de Santos. Prontuário 1975, *Rosa Brickmann Roitmann*. APESP/SP.



Carteira de identificação de Rosa Brickmann, emitida pelo Colégio José Bonifácio. Santos, s/d. Prontuário 1975, Rosa Brickmann Roitmann. APESP/SP.

Na Sociedade Cívica Feminina de Santos, Rosa Brickmann desempenhou importante papel, como conselheira, na organização dos Núcleos de Bairros, setor responsável pelos cursos profissionalizantes e de alfabetização promovidos pela SCFS. Também era a 2ª secretária do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo da cidade de Santos. No final de 1948, uma reunião promovida pela diretoria da SCFS decidiu pelo fechamento dos Núcleos de Bairros, que teriam se tornado local de “propaganda do credo comunista”, e pela expulsão de mais de 200 mulheres, pelo fato de terem se associado de maneira irregular, sem passar pelos trâmites previstos nos estatutos da SCFS¹⁶⁴. Rosa Brickmann Roitmann, uma das mulheres excluídas do quadro de associadas, junto a outras conselheiras expulsas da SCFS, publicou alguns “comunicados de protesto”¹⁶⁵ no jornal *A Tribuna*, com o intuito de reclamar contra os atos da diretoria e convocar as associadas excluídas a organizarem-se para participar da assembleia geral convocada pela SCFS para o dia 16 de janeiro, que não chegou a acontecer.

Em meados do mesmo ano, Rosa Brickmann Roitmann foi escolhida pela FMESP para ser a representante brasileira no Congresso Continental pela Paz e Democracia, realizado

¹⁶⁴Sociedade Cívica Feminina de Santos. *Comunicado aos Sócios em Geral*. In: *Jornal A Tribuna*, Santos, 23 de dezembro de 1948, doc. 18, e Comunicado de Maria Gay de Mendonça ao Dr. Elpídio Reale, doc. 19, Prontuário 4604, *Sociedade Cívica Feminina de Santos*, Acervo DOPS Santos, APESP/SP.

¹⁶⁵ *Comunicado de Protesto*. In: *Jornal A Tribuna*, Santos, 09 de janeiro de 1949, doc. 27, Prontuário 4604, *Sociedade Cívica Feminina de Santos*, Acervo DOPS Santos, APESP/SP.

no México entre 5 e 10 de setembro. Em um relato enviado à FMESP, Rosa contava as dificuldades para conseguir chegar ao Congresso, pois *“as autoridades americanas punham toda sorte de obstáculos para impedir nossa passagem.”*¹⁶⁶ A polícia de Santos afirmava que a escolha de Rosa Roitmann para representar a mulher paulista nesse Congresso se deu por sua condição financeira, pois *Rosa, além dessa delegação (santista), muito contribuiu financeiramente, para as demais representações do Brasil, naquele conclave tipicamente comunista.*¹⁶⁷

Enfim, à sombra das acusações de que atuavam em nome do ideário comunismo, estas mulheres conseguiram projetar-se no panorama nacional e internacional. Romperam os cordões impostos pela ala conservadora e autoritária brasileira que, pelo visto neste estudo, não se restringia aos ordenadores. Conseguiram com suas ações “subversivas”, alterar o cotidiano das mulheres brasileiras que, neste século XXI, colhem os frutos desta empreitada audaciosa que alargou as fronteiras do espaço público para outras tantas “Carmens”, “Rosas”, “Elzas” e “Marias”. Arrojadadas, tingiram de “carmim” o discurso dos ordenadores que, sob a lógica do etiquetamento, era articulado para mantê-las como eternas donas do lar.

¹⁶⁶ Relato de viagem feito por Rosa Brickmann Roitmann. Fol. 38, Prontuário 1975, *Rosa Brickmann Roitmann*. APESP/SP.

¹⁶⁷ Cópia do Relatório 71/49, de Orlando Noce sobre Rosa Brickmann Roitmann. Santos, 22 de outubro de 1950. Doc. 3, Prontuário 5955, *Rosa Brickmann Roitmann*. Acervo DOPS Santos, APESP/SP.

IV – DIVULGANDO SEUS IDEAIS

IV – DIVULGANDO SEUS IDEAIS

4.1- Panfletos sediciosos

Uma das práticas recorrentes entre os agentes do DEOPS/SP era a busca e apreensão do material impresso (livros, jornais, panfletos, folhetos, revistas) considerado sedicioso, configurando assim a prática de subversão. A apreensão dos materiais impressos em posse de uma mulher representava, segundo a lógica policial, a materialização da “lógica da desconfiança”, ou seja, a prova física e cabal da incidência em crime político. Sobre a apreensão de material impresso pelo DEOPS/SP, Maria Luiza Tucci Carneiro esclarece que:

“Durante a vigência do DEOPS, a proibição e a apreensão de obras ditas subversivas foram uma constante. Milhares de documentos oficiais e particulares testemunham, de um lado, a repressão constante às ideias sediciosas e, de outro, a existência de grupos de resistência que, pactuando entre si, conseguiram divulgar suas ideias, expressão máxima das utopias e desencantos de uma República em crise. Tanto a análise dos documentos policiais como das obras confiscadas (incluindo-se livros, jornais, revistas, panfletos, brochuras e boletins) remete-nos a múltiplos elementos simbólicos que, como componentes de retóricas diferenciadas, fizeram parte do imaginário político brasileiro do século XX. Ambos os lados – tanto o ordenador/repressor como o revolucionário/sedicioso – geraram rituais, alimentando mitos.”¹⁶⁸

O material recolhido pela Polícia e que foi anexado aos prontuários e dossiês como prova física do crime político, nos permite conhecer melhor os recursos utilizados por essas associações, seus membros, sua organização e as causas que levavam essas mulheres à invasão do mundo público. A projeção de um grupo de mulheres como ativistas políticas colaborou para o enfraquecimento do discurso oficial do Estado sobre o papel feminino, com ênfase na figura da boa esposa e boa mãe. Limitava-se assim, sua vivência ao espaço de atuação ao lar. Os panfletos, boletins, jornais, livretos, discursos e fotografias anexados aos dossiês e prontuários de associações femininas e de mulheres militantes nos chamam a atenção pela riqueza de detalhes, pela qualidade e pelo ineditismo do material arquivado junto ao Fundo DEOPS sob a guarda do Arquivo Público do estado de São Paulo. Sobre os impressos anexados aos prontuários de militantes ou associações, Tucci Carneiro considera que:

“Grande parte dos documentos impressos ou manuscritos confiscados do ‘suspeito de subversão’ eram anexados aos prontuários e dossiês com o objetivo de comprovar

¹⁶⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP, Fapesp, 2002, p. 49.

o delito de ideias. Identificado segundo o nome do cidadão ou da instituição investigada, cada processo pode ser interpretado como um ‘espaço recriado da memória’ individual e coletiva, espaço construído ao sabor dos preconceitos e no calor dos mitos políticos. A estrutura de cada pasta demonstra a preocupação que as autoridades tinham em documentar o crime político e social em toda a sua variedade interpretativa.”¹⁶⁹

Os investigadores policiais consideravam os impressos produzidos pelos movimentos sociais ou políticos, entre eles o movimento feminino, como um “índice” que, anexado aos autos policiais, serviriam de prova do crime que a Polícia Política procurava comprovar. O discurso oficial recaía, em grande parte, nos atos de subversão e/ou contra o comunismo.¹⁷⁰ Os panfletos eram anexados aos prontuários policiais como forma de comprovar o crime cometido pelo acusado, com base nas ideias defendidas e ações praticadas por esse agitador. A grande diversidade dos temas presentes nos panfletos anexados em alguns prontuários, nos chama a atenção para a maneira como a polícia construía o conceito de crime político. Os impressos recolhidos aos treze volumes que compõem o prontuário da FEMESP abordam temas como a carestia, o aumento do custo de vida¹⁷¹, a eleição municipal de 1947¹⁷², manifestos contrários à participação brasileira na Guerra da Coreia¹⁷³ ou chamando atenção para a presença inglesa na ilha de Chipre¹⁷⁴, além de cartazes sobre os eventos organizados pela Federação¹⁷⁵, selos¹⁷⁶, abaixo-assinados¹⁷⁷, convites para jantares e bailes¹⁷⁸. O confisco desse material pelos policiais prestava-se para comprovar o crime ao qual estavam sendo acusadas as mulheres militantes além de contribuir para a formação de um rico acervo sobre a organização dos movimentos femininos criados nas primeiras décadas do século XX.

¹⁶⁹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “O Lugar do Impresso Revolucionário: dos Porões aos Arquivos Policiais”. In: DUTRA, Elaine de Freitas. Mollier, Jean-Yves (orgs.). *Política, Nação e Edição. O Lugar dos Impressos na Construção da Vida Política*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 155-156.

¹⁷⁰ Ibidem, pp. 153-154.

¹⁷¹ Panfleto: “Dia 30 – as 15 horas, Mulheres Operárias e Donas de Casa! Povo em Geral! Convite.” Prontuário 108.021, vol.9, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

¹⁷² Panfleto “Mulher!” Prontuário 108021, vol. 4. Fl. 82, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

¹⁷³ Panfleto: “Às mães, noivas, filhas e irmãs.” Prontuário 108021, vol. 11, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

¹⁷⁴ Dossiê 30-C-001, pasta 72, Doc. 10758/Fl. 411 a 413. APESP/SP.

¹⁷⁵ Cartaz “CONFERÊNCIA CONTINENTAL PELA PAZ”. Prontuário 108021, vol. 11, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

¹⁷⁶ Selo do 1º Congresso da Federação das Mulheres do Brasil. Prontuário 108021, vol. 11, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

¹⁷⁷ Abaixo-assinado endereçado à deputada Zuleika Alambert, solicitando a instalação de luz elétrica na colônia do S.A.F. Frigorífico Anglo. Prontuário 108021, vol. 2, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

¹⁷⁸ Convite “Federação da Juventude Paulista.” Prontuário 108021, vol. 12, *Federação das Mulheres de São Paulo*. APESP/SP.

A Polícia Política se mantinha constantemente alerta com a circulação de material impresso, devido à rapidez e facilidade na transmissão das informações. Um panfleto, por exemplo, podia ser lido rapidamente por uma pessoa, repassado à outra e eliminado, caso algum agente policial se aproximasse. Por isso os materiais impressos, especialmente pequenos boletins e panfletos eram vistos pelos agentes do Estado como uma grande ameaça, pois eram utilizados como forma de divulgação rápida e fácil de grupos opositores do regime vigente. Durante os interrogatórios, os policiais dedicavam especial atenção na tentativa de descobrir a origem de panfletos apreendidos.¹⁷⁹

A preocupação dos agentes policiais quanto a propagação dos impressos, especialmente dos panfletos, pode ser entendida como a tentativa de manter sob controle o discurso subversivo. A apreensão dos impressos produzidos e/ou distribuídos pelos movimentos femininos se configura como uma tentativa de controle da circulação de ideias “perigosas”. Para Foucault, esse procedimento pode ser entendido como uma “estratégia de exclusão”, pois

“em todas a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade”¹⁸⁰

Controlar o discurso subversivo através da repressão à circulação dos impressos também configura uma das estratégias de manutenção de poder adotada pelo Estado.

Foucault também analisa os pares de noções poder/saber e sujeito/verdade. Para o filósofo, a partir de determinadas práticas de relações de poder e de jogos de verdade, e o sujeito que não se encaixe nessas relações de poder ou nesses jogos de verdade passa a ser considerado um delinquente¹⁸¹. As mulheres panfletárias ou que tivessem acesso aos impressos subversivos não se encaixam no modelo que Foucault chama de “jogos de verdade”, ou seja, de práticas legitimadas pelo Estado como sendo práticas socialmente aceitáveis.

As mulheres panfletárias chamavam a atenção da Polícia Política, mas eram difíceis de serem identificadas, possivelmente pela facilidade e discrição com que elas conseguiam manter no transporte e na distribuição dos panfletos ou jornais, habilmente escondidos dentro de uma bolsa ou sacola de compras. Algumas militantes chegaram a ser detidas pelos

179 SANTOS, Viviane Teresinha dos. *Os Subversivos das Arcadas*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 1999, p. 29.

180 FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, pp. 8-9.

181 Idem. “A ética do cuidado de si como prática da liberdade”. In: *Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 274-275.

policiais, portando panfletos e outros impressos, como Ana de Andrade¹⁸², Francisca Martinez¹⁸³, Yolanda Pincingher¹⁸⁴ e Adoración Santiago, Ligia Martins Ferreira e Eunice Alves Teixeira¹⁸⁵, sob a alegação de portarem e distribuírem material subversivo. O simples contato com os impressos subversivos já era entendido, pela Polícia Política, como um crime em potencial, pois por mais inofensivos que os impressos pudessem ser a primeira vista, sempre existia o risco da propagação de ideias subversivas, indesejadas entre os cidadãos “de bem”.

Uma prática bastante comum entre os investigadores policiais era a de anexar aos prontuários dos movimentos femininos ou de mulheres militantes, recortes de matérias de jornais de grande circulação na cidade de São Paulo, que tivesse como tema aquele movimento ou associação feminina em questão. Exemplo dessa prática é o prontuário da União Feminina do Brasil, totalmente composto com recortes de jornais que tinham como tema o fechamento da União Feminina do Brasil, em 1935¹⁸⁶, acusada de ser uma associação ligada à Aliança Nacional Libertadora, a ANL. Mesmo sendo um prontuário de um período que não faz parte do recorte temporal escolhido para esse trabalho, ele se mostra bastante representativo, pois é composto somente por recortes de jornais, e essa prática permaneceu praticamente durante todo o período de existência do DEOPS/SP.

A Polícia Política não se preocupava somente com a distribuição de material subversivo: preocupava-se também com a sua produção. Em outubro de 1956, em um relatório, os investigadores afirmavam que a FMESP, dirigida naquele momento por Luiza Peçanha, estaria angariando fundos para o lançamento de uma revista feminina¹⁸⁷. Porém, em nenhum relatório posterior a este, aparece outra informação sobre essa revista feminina, e nem foi anexada aos dossiês ou prontuários da FMESP qualquer revista produzida por aquela associação. Ainda durante o ano de 1956, mas no mês de novembro, os investigadores afirmavam que a FMESP estaria patrocinando a impressão de panfletos em nome da União das Mulheres Cipriotas, para que as mulheres brasileiras pudessem conhecer a situação de

¹⁸² Ficha de Qualificação, produzida em 2 de setembro de 1952, e Auto de Exibição e Apreensão, de 16 de abril de 1953. Prontuário 118414, *Ana de Andrade*. APESP/SP

¹⁸³ Termo de declarações de Francisca Martinez, datado de 03/09/1948, e Guia para Detenção, de 22 de abril de 1952. Prontuário 95351, *Francisca Martinez*. APESP/SP

¹⁸⁴ Auto de prisão em flagrante delito de Yolanda Pincingher, de 08 de setembro de 1950. Prontuário 62160, *Yolanda Pincingher*. APESP/SP.

¹⁸⁵ Comunicado nº 749, de 08 de novembro de 1955. Prontuário 108021, vol 12, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

¹⁸⁶ Prontuário 320, *União Feminina do Brasil*. APESP/SP.

¹⁸⁷ Dossiê 30-C-001, pasta 72, Doc. 10679/Fol. 221 a 224. APESP/SP.

exploração e miséria vivida pelas mulheres dessa localidade, e passassem a organizar manifestações contra a presença britânica na ilha de Chipre¹⁸⁸.

Outro impresso anexado ao prontuário da Federação das Mulheres se trata de um livreto intitulado *Caminhos da Liberdade*¹⁸⁹. Foi uma publicação em comemoração à Jornada Internacional de Mulheres da II Convenção Feminina Estadual, realizada no início de 1950. Dedicado às mulheres paulistas, que “sentiam seus lares ameaçados perante a ameaça atômica e que compreendiam que a situação de carestia e crise econômica em que viviam era devida aos gastos desproporcionais com os orçamentos de guerra” esse livreto descrevia e denunciava a situação das operárias, que enfrentavam jornadas de trabalho exaustivas, a desigualdade dos salários em relação aos homens, a falta de creches. As camponesas também viviam em situação periclitante, trabalhando ao lado dos maridos sem direito a remuneração ou assistência médica. As donas de casa, sem tempo para ler, aprender, escrava de seus afazeres domésticos, enfrentava a carestia e a falta de gêneros de primeira necessidade. Mas, apesar de toda a exploração e sofrimento, as mulheres do estado de São Paulo resistiam bravamente, organizando suas lutas pelo fim da miséria e da fome, como as grevistas de Sorocaba, as camponesas de Birigui, que marcharam pela cidade exigindo “paz e pão”, as manifestantes de Santos, que se organizaram pelo fim da carestia e enfrentaram a truculência da polícia. O livreto também denunciava os casos de violência contra militantes, como a prisão da jovem identificada como Maria Aparecida, líder camponesa da cidade de Tupã, e o assassinato da jovem Zélia Magalhães numa manifestação no Rio de Janeiro. Essa publicação é ricamente ilustrada com desenhos que retratam mulheres em diferentes situações: pobreza, fome, união, luta e vitória.

Na capa desse livreto, podemos observar a ilustração de um grupo de mulheres, descalças, muitas com os braços levantados, como se estivessem acenando para outras mulheres, chamando-as para a luta. Os rostos das mulheres são fortes, serenos, e alguns apresentam um leve sorriso, felizes por terem encontrado o Caminho da Liberdade que diz o título.

¹⁸⁸ Dossiê 30-C-001, pasta 72, Doc. 10758/Fl. 411 a 413. APESP/SP.

¹⁸⁹ Fol.1990. Dossiê 50-J-104, pasta 1. APESP/SP.



Autor não identificado. *Caminhos da Liberdade*. Sem data. Reprodução. Fol.1990. Dossiê 50-J-104, pasta 1, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

AO CORAÇÃO DAS MÃES BRASILEIRAS

FEDERAÇÃO DAS MULHERES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Falamos a todas as mães, as que possuem filho ainda no berço em torno do qual velam noites e noites, ora vigiando-lhe o sono inquieto, ora esperando o minuto em que o doentinho melhora e que lhe dê um sorriso de esperança.

Falamos a todas as mães, as que possuem filhos já moços, uns chegando do emprego, outros noivos, falando dos preparativos do casamento, outros na escola, estes saindo para ver o futebol ou para um baile, aqueles falando da namorada passeios, filmes, livros e viagens. Como estão crescidos! Para elas, não há no mundo rapazes mais bonitos. E eles se atiram ao colo da "velha", dando-lhe beijos pedindo a bênção. Assim acontece sempre onde palpita um coração de mãe e vibra um coração de filho.

Prestai atenção, boas mães brasileiras. Se, em lugar de vossos filhos, de seu beijos e risos, houvesse chegado às vossas mãos este aviso cruel: seu filho deverá embarcar para a Coréia?

E mais tarde, outro aviso fatal: seu filho foi morto em combate?

Entre a saudade e as lágrimas, o luto e o lugar vazio, seria possível ora o mundo inteiro ouvir o grito de dor: **A GUERRA MATOU MEU FILHO! A GUERRA TIROU MEU FILHO PARA SEMPRE!**

Aquelas cabeças que tanto acariciaste, aquelas mãos que tanto abençoastes não seriam mais do que pedaços de carne, resto de que eram para vosso coração os seres de vosso amor. E sem saber onde ficariam suas sepulturas, desaparecidos para sempre longe, longe, lá na Ásia, enganados e traídos por quem os obrigou a seguir para a Coreia.

Mães brasileiras, isso poderá acontecer se vossos filhos forem obrigados a embarcar com destino à Coréia. Vossos filhos querem viver. Guardai-os estreitai-os ao peito os seres de vosso amor. Não consentais que vos arranquem os filhos queridos para morrer longe da Pátria, e porque?

Pela juventude do Brasil, da qual sois as grandes mães carinhosas e dedicadas não deixai de forma alguma, que vossos filhos sejam arrebatados de vossas mãos e de vossos carinhos!

Vinde todas unidas pedindo paz para vossos filhos! Vinde todas exigindo a vida para os vossos entes mais queridos contra a morte que lhes querem dar. Vinde todas, com vosso amor materno, dizendo bem alto:

Nossos filhos não irão para a guerra! Nossos filhos não irão morrer nessa guerra feita contra o povo da Coréia! Queremos os nossos filhos aqui ao nosso lado, com os nossos beijos e a nossa bênção!

Esse panfleto – intitulado *Ao Coração das Mães Brasileiras* – foi produzido pela Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, provavelmente em meados de 1950, chamando a atenção de mulheres, mães, esposas, irmãs ou noivas, para a iminente participação do Exército Brasileiro na Guerra da Coréia, que havia se iniciado em junho de 1950, entre a Coréia do Norte e a do Sul e seus aliados, incluindo os Estados Unidos. Como o Brasil havia rompido relações diplomáticas com a União Soviética em 1947, ao mesmo tempo que se aliava aos Estados Unidos, havia um temor crescente de que os americanos exigissem o envio de tropas para auxiliar as tropas aliadas contra a Coréia do Norte. Percebemos que o panfleto é bastante dramático, apelando para o sentimentalismo em praticamente todo o texto, pedindo para que essas mulheres imaginassem seus filhos partindo para a Coréia e morrendo em combate. Esse panfleto está inserido no contexto da Campanha Pró-Paz, que conforme já como ressaltamos no segundo capítulo, fazia parte de uma orientação soviética aos Partidos Comunistas de todo o mundo, visando à montagem de um contexto político favorável a suas intenções armamentistas. As manifestações contra o envio de tropas brasileiras à Guerra da Coréia culminaram na prisão da militante comunista Elisa Branco Batista, em setembro de 1950, após a exibição da faixa com os dizeres “*Os soldados nossos filhos não irão para a Coréia*” durante o desfile do dia da independência, em São Paulo¹⁹⁰.

¹⁹⁰ Conforme visto no capítulo 3.

CONVITE ÀS MULHERES DE SÃO PAULO E AO POVO EM GERAL

GRANDE SOLENIDADE DE POSSE DA DIRETORIA DA
“UNIÃO DAS MULHERES DEMOCRATICAS DE
SÃO PAULO”
QUE CONSTARÁ DE UMA CONFERENCIA DA SECRETÁRIA
GERAL DA

“FEDERAÇÃO MUNDIAL DE MULHERES”
DEPUTADA E HEROINA DA RESISTÊNCIA FRANCESA
Mme. MARIE CLAUDE VAILLANT COUTOURIER

NO DIA 21 DO CORRENTE, ÀS 20 HS., NO SALÃO DO
“Conservatorio Dramatico e Musical de São Paulo”

À AVENIDA S. JOÃO, 269

Não deixem de vir a esse ato representativo, que contará com a
presença de uma grande mulher da França, fato unico na
vida feminina de São Paulo.

Dia 21 – 20 horas – Salão do Conservatorio Dramatico e
Musical de São Paulo – Av. São João, 269

A DIRETORIA

Presidente — D. THARCILA MENDES SIMA
Vice-Presidente — SNRTA. MARIA SANTIAGO
1.^a Secretária — SNRTA. HELLE ALVES
2.^a Secretária — SNRTA. IOLANDA FARIA CARDOSO
1.^a Tezoureira — D. GUIOMAR PINTO
2.^a Tezoureira — SNRTA. VIDA ALVES
Diretora de Propagação — SNRA. JOSEPHINA BORRAGINI
Diretora de Relações — DRA. MARIA APARECIDA PACHECO
Diretora Cultural — DNA. JOVINA PESSOA
Diretora Social — SNRA. ZERLINDA SEGLIANO ALVES
Diretora das Comissões de Bairro — SNRA. ALZIRA SANTOS
SUPLENTE: — D. ANGELICA MARQUES — SNRTA. DIRCE PADILHA.
SRTA. LUCINDA DE OLIVEIRA.
CONSELHO FISCAL — SRTA. IZORAIDE DE SOUZA — SRTA.
TEREZA MALLIONE — DRA. CELESTE BARBOSA.
SUPLENTE: — SNRA. VERA AZEVEDO MAYER — SRTA. JOANA
ABATE — SRTA. FRIDA DATYSGELD.

As associações femininas também utilizavam os panfletos como forma de divulgar seus eventos ou reuniões entre a população da cidade. Nesse caso especial, a União das Mulheres Democráticas de São Paulo recebia em sua sede a secretária geral da Federação Mundial de Mulheres, a francesa Marie Claude Vaillant Couturier, que havia lutado junto à Resistência Francesa na Segunda Guerra Mundial. Considerada uma heroína, por resistir contra a ocupação nazista na França e, após a guerra, ter se dedicado às causas femininas, a presença de Vaillant Couturier na cidade de São Paulo era considerada um grande evento, amplamente divulgado nas ruas da cidade, para despertar a atenção e o interesse do público. Além disso, era pouco comum que os nomes de todos os membros da diretoria de uma associação fosse colocada em um panfleto, como nesse caso, provavelmente uma tentativa da diretoria da União das Mulheres Democráticas de São Paulo de se “fazer lembrar” como responsável por tão importante acontecimento para aquela associação.

O engajamento feminino nas campanhas pró-nacionalização do petróleo é demonstrado novamente no panfleto abaixo, de caráter bastante didático, que procurava esclarecer para as mulheres os motivos pelos quais a exploração do petróleo em terras brasileiras deveria ser realizada pelo Estado, e porque a participação das mulheres nessa causa, mais do que uma luta patriótica, era uma luta pela defesa da liberdade de seu lar, de seus filhos, pais e esposos. O panfleto explicita a intensa relação existente entre os movimentos femininos e as campanhas organizadas pela defesa da nacionalização da exploração do petróleo.

Minha amiga, você sabe que existe petróleo no Brasil?
E que o petróleo representa a riqueza ou a miséria de uma Nação?

Porque a riqueza? Quando esse petróleo é explorado e refinado por conta do Governo, para proveito e benefício da Nação, traz a fartura, o bem estar, a cultura, a paz do seu povo.

Porque a miséria? Quando éle passa ser explorado em benefício somente de um grupo de privilegiados, enquanto este grupo de homens vai se abarrotando com os lucros fabulosos e para saciar essa ganância nunca satisfeita, arma guerras, arrasta o povo à miséria degradante, levando-o à escravidão.

Você sabe que este petróleo que existe no Brasil, que é de todos nós brasileiros; está sendo cobiçado pelo capital estrangeiro?

Você sabe que existem homens dignos e honrados, verdadeiros patriotas que estão lutando para que não se pratique esse crime de lesa pátria?

Você sabe que as mulheres, com a grande força que elas representam, podem dar o seu apoio valioso à esta grande causa patriótica?

Pois as mulheres de tôdas as classes sociais, de tôdas as religiões, de tôdas profissões, jornalistas, comerciárias, professoras, advogadas, médicas, artistas, funcionárias públicas, dentistas, enfermeiras, operárias, donas de casa, unidas, defendendo o nosso petróleo das garras do capital americano, estarão defendendo o seu lar da miséria, a liberdade e a escola de seus filhos, estarão construindo um futuro de de paz, livre do desassocego, da dor e do medo que hoje mora no coração de tôdas as mães, esposas, filhas, noivas e irmãs.

Conte à sua parente, amigas, vizinhas, o perigo que peza sobre o povo brasileiro si for aprovado o Estatuto que entrega o nosso petróleo ao capital americano.

Ofereça hoje mesmo o seu trabalho de ajuda à defesa do nosso petróleo, à Comissão Universitária Paulista Pró Defesa do Petróleo Nacional por menor que éle seja, é de um valor inestimável, pois estará ajudando a dar paz, liberdade e grandeza ao Brasil e ao seu povo.

CONTRA A ENTREGA DE NOSSO PETRÓLEO AOS
MONOPOLIOS ERTRANGEIROS!

DEFENDER O PETRÓLEO É SALVAR O BRASIL!

Comissão Universitária Paulista
Pró Defesa do Petróleo Nacional.
Rua do Riachuelo, 233 - Telefone 3-6407

Contribuição da Federação de Mulheres de São Paulo.

4.2 – O Momento Feminino

Outra estratégia de divulgação da causa feminina era a impressão de revistas e jornais, também considerados materiais de propaganda subversiva pelos agentes policiais. Em sua tese, Erick Godliauskas Zen faz uma reflexão sobre a organização, distribuição e financiamento de periódicos produzidos por operários em que podemos fazer uma analogia com o jornal a ser analisado nesse capítulo, *O Momento Feminino*¹⁹¹.

“Os impressos operários difundiam um discurso contra hegemônico diante da imprensa da elite dominante e se acreditavam como parte da educação das massas em luta. As ideias de esquerda pressupõem um conhecimento de como a sociedade funciona, um saber, dos mecanismos de opressão e como se libertar deles. Viam-se, portanto como uma missão de esclarecimento de ensino das perspectivas corretas a serem seguidas. Contudo, para que essa operação fosse realizada deveria de alguma forma estar diretamente conectado com as questões cotidianas e para que sua difusão fosse possível exigia uma relação de cumplicidade entre leitores e os produtores. Eram os leitores que muitas vezes enviavam as informações a serem publicadas, participavam das comissões organizativas, da coleta de fundos, da distribuição, das leituras em grupo, de repassar o jornal já lido a outros trabalhadores. Era uma cumplicidade solidária e delicada, pois sabiam que a repressão política os rodeava.”¹⁹²

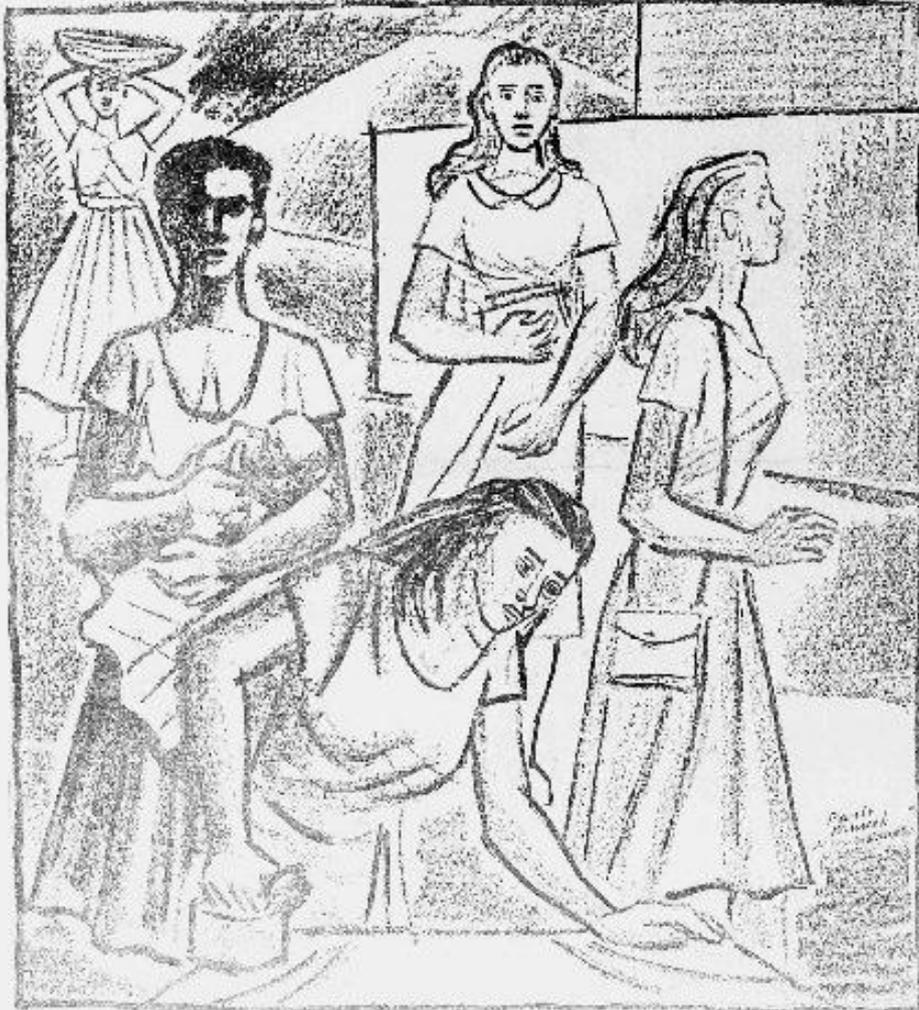
O primeiro exemplar do periódico foi lançado em 25 de julho de 1947 e trouxe estampado logo na capa o nome de suas fundadoras: Alina Paim, Arcelina Mochel, Diana de Brito, Ediria Carneiro, Eneida, Gilda Braga Linhares, Hilda Campofiorito, Lia Corrêa Dutra,

¹⁹¹ A coleção completa, com 118 exemplares, pode ser acessada virtualmente através de dois endereços eletrônicos, o da Biblioteca Nacional, < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=118800&pesq=> > e o do Centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois <http://grabois.org.br/portal/cdm/revistas.capa.php?id_sessao=91>. A Biblioteca Nacional não concede autorização de uso por não ser titular dos direitos autorais das obras em seu acervo. Por esse motivo, utilizamos os exemplares de *O Momento Feminino* disponibilizados pelo Centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois (nota da autora).

¹⁹² ZEN, Erick Reis Godliauskas. *Identidade em Conflito. Os imigrantes lituanos na Argentina, Brasil e Uruguai (1920-1955)*. São Paulo, USP, 2012, Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

O MOMENTO Feminino

UM JORNAL PARA O SEU SEXO



Alina Peim * Arcalina Sichel * Diana de Brito * Ediriz Carneiro * Enclida
* Gilda Braga Lintares * Hilda Campofiorito * Lia Corrêa Dutra * Ligia
Maria Lesea Bastos * Maria Luiza * Marieta Jacques * Maura de Sora
Pereira * Sagramor de Souvero * Silvia * Yvonne Jean

№ 1 * ANO 1

SEXTA FEIRA 25 DE JULHO DE 1947

CIS 1,00

Lígia Maria Lessa Bastos, Maria Luiza, Marieta Jacques, Maura de Sena Pereira, Sagamor de Scuvero, Silvia e Yvonne Jean, militantes comunistas na sua maioria¹⁹³. O editorial de apresentação foi assinado por Arcelina Mochel, que ocupou o cargo de diretora d' *O Momento Feminino* da primeira a última edição, em fevereiro de 1956. Nesse texto inaugural, Mochel argumentava que as mulheres, colaboradoras indispensáveis em todos os assuntos da vida nacional, necessitavam de uma arma na imprensa capaz de organizar as mulheres dos mais diferentes lugares do país em uma única frente, e que o lançamento de *O Momento Feminino* vinha para suprir essa necessidade. Continua Mochel:

“Preocupamo-nos com a situação brasileira, através das colunas de “MOMENTO FEMININO”, sentir-nos-emos à vontade para conversar semanalmente com as queridas patrícias, acerca dos nossos problemas, dos nossos sofrimentos, das nossas esperanças, das nossas vitórias, na garantia de uma felicidade para as crianças e de amparo à velhice.

É o imperativo das dificuldades de vida que atravessamos, que nos faz sentir maiores responsabilidades. Por isso foi que cruzamos os braços, deixamos as antigas comodidades dos lares, e nos colocamos na vanguarda dos movimentos progressistas. Não é verdade que todas nós mulheres sentimos isso?”¹⁹⁴

Apesar de ser uma publicação baseada no Rio de Janeiro, *O Momento Feminino* pretendia ser um jornal a serviço de todas as mulheres brasileiras, e desde a primeira edição já abria a possibilidade de assinaturas para todo o país. Além das assinaturas, o jornal contava com representantes em diferentes cidades, que ficavam responsáveis pela distribuição dos exemplares e posterior pagamento dos números vendidos, prestando contas à direção do jornal. O financiamento para a publicação do jornal se mostrou problemático desde o início, pois o lançamento de um volume dependia sempre do valor arrecadado pela venda do volume anterior. Durante todo seu período de existência, foram realizadas diversas campanhas para a arrecadação de fundos, como a campanha “Presente de Aniversário”, lançada na edição 100, de 1953, que comemorava o 6º aniversário do periódico. Essa campanha consistia no envio, por parte das leitoras, de presentes para o jornal, que depois seriam vendidos em um bazar. Esses presentes podiam ser “um livro, bijuteria, um lenço, um trabalhinho feito pelas próprias mãos, como: uma toalha, um paninho bordado, um quadrinho pintado, um sapatinho ou qualquer peça de tricô ou crochê, uma renda de almofada etc.”¹⁹⁵, a criação de grupos de

¹⁹³ MACEDO, op. cit., p. 169.

¹⁹⁴ MF, ed. 01, 25 de julho de 1947, p. 02. CDM/FMG.

¹⁹⁵ MF, ed. 100, maio/jun/jul 1953, p. 15. CDM/FMG.

amigos do *Momento Feminino*¹⁹⁶, e a criação do Clube Maria Francisca, uma forma de incentivar a adesão de assinantes ao jornal.

Na edição 111, editada em 1955, era lançado o Pequeno Curso de Jornalismo Feminino, organizado pela professora Geronima Monteiro, que tinha como objetivo transformar leitoras em colaboradoras do jornal e de outras publicações femininas. De acordo com a publicação, tornar-se uma jornalista não seria complicado:

“Escrever para jornais e revistas não é um bicho de sete cabeças. Organizar um jornal feminino também não é assim tão complicado. Você é observadora, tem alguma coisa para dizer, compreende o valor de uma publicação impressa? É o quanto basta!”¹⁹⁷

As leitoras interessadas deveriam seguir as lições publicadas no jornal, solucionar os exercícios propostos e enviá-los para correção. Os melhores exercícios seriam publicados nas edições futuras de *Momento Feminino*. Na edição seguinte, a primeira lição foi publicada.

PEQUENO CURSO DE JORNALISMO FEMININO

Professora Geronima Monteiro

1ª Aula

AS MATÉRIAS QUE DEVEM SER PUBLICADAS NUM JORNAL FEMININO

Um jornal feminino deve publicar todos os tipos de matérias que interessam à mulher, como mãe, cidadã ou trabalhadora

As seções fixas de educação, pedagogia, puericultura, ao lado de seções especializadas para as crianças, contendo desde os jogos até a literatura infantil, devem merecer especial atenção.

Decoração do lar, culinária, beleza, modas, conselhos médicos, etc., são assuntos que atingem todas as leitoras.

Literatura, humorismo, cinema, teatro, artes plásticas constituem também um grande atrativo num jornal feminino.

Fatos da atualidade, com boas ilustrações fotográficas, informações diversas, curiosidades, testes, palavras cruzadas, notícias esportivas, completarão a nossa lista de assuntos gerais.

A mulher, entretanto, sofre a carestia, luta por melhores condições de trabalho e preocupa-se com as ameaças atômicas. Um jornal feminino precisa também dedicar-se a estas questões, informando as suas leitoras das realizações dos movimentos femininos democráticos, apresentando reportagens esclarecedoras sobre os problemas da cidade, do país e do mundo.

Além destes assuntos, cada jornal feminino deve procurar outros específicos à cidade onde vai circular adquirindo assim um caráter próprio, profundamente ligado à vida cotidiana das suas leitoras.

Exercício 2

¹⁹⁶ A grafia do nome do jornal foi alterada durante os anos. Até a edição 13, de 17 de outubro de 1947, o nome era grafado *O Momento Feminino*. A partir da edição seguinte, *Momento Feminino* passou a figurar como o nome do periódico. Como foi a grafia utilizada durante a maior parte da existência do jornal, passaremos a utilizar *Momento Feminino* a partir desse ponto. (nota da autora)

¹⁹⁷ “Você pode ser jornalista”. MF, ed. 111, 1955, p. 15. CDM/FMG.

Verificar nas listas que já fizeram dos assuntos que um jornal feminino deve conter (exercício 1) se estão todas as recomendações acima especificadas, complementando-as.¹⁹⁸

As instruções sobre a composição e a organização de um jornal feminino nos permite compreender a estrutura do próprio *Momento Feminino*. Claramente dedicado a noticiar e fortalecer a luta das mulheres por emancipação política, econômica e social e os avanços e conquistas de associações e movimentos femininos no Brasil e no exterior, com as sessões *O Mundo de Hoje*, depois denominada *A Mulher nos 5 Continentes*, onde era relatada a situação das mulheres e a organização de movimentos femininos ao redor do mundo e Atividades Femininas, sessão que apresentava as atividades desenvolvidas pelas diversas associações e federações de mulheres do país. O jornal também publicava romances em fascículos, receitas, sinopses de filmes e peças teatrais, moldes para corte e costura, beleza, variedades, puericultura, sempre ilustrados com fotografias e desenhos. Apresentava-se como “um jornal para o seu lar”. Mesclar os textos sérios e contundentes sobre a situação das mulheres no Brasil e no mundo com outros, presentes em impressos femininos “tradicionais” pode se configurar numa estratégia para atrair leitoras. Segundo Maria Amélia de Almeida Teles, o jornal *Momento Feminino* possuía uma boa aceitação entre as mulheres, chegando a ter representantes em 16 estados¹⁹⁹.

Durante os nove anos de existência de *Momento Feminino*, algumas colaboradoras acabaram tendo destaque, tanto pela constância quanto pela qualidade dos seus textos que, muitas vezes, abordavam temas polêmicos e tabus para a sociedade da época. Dentre as principais colaboradoras temos: Ana Montenegro, Nice Figueiredo e Arcelina Mochel Goto.

Jornalista por formação, Ana Montenegro, que teve sua filiação ao PCB assinada por Carlos Marighella²⁰⁰ em 1945, deixava transparecer em seus textos valores e crenças, militando por meio daquelas linhas em favor do comunismo e da emancipação das mulheres. Em seu texto escrito sobre a comemoração do dia do trabalhador, Ana Montenegro escreveu:

“Muitos lutaram nesse meio século. Lutaram e venceram. Em muitos países conquistaram casas, livros, alegria, fartura e poder. Os caminhos do mundo se abriram para construção, o futuro e a paz. Quebraram grilhões. Arrebataram as cadeias. Derrubaram os muros. E os que ainda não conquistaram as máquinas e as riquezas estão firmes na grande peleja. Nessa peleja estão as mulheres. Dominam numericamente nas indústrias do fumo e de tecido. Organizam-se em seus sindicatos

¹⁹⁸ MONTEIRO, Gerônima, “Pequeno Curso de Jornalismo Feminino”. In: *Momento Feminino*, ed. 112, 1955, p. 30. CDM/FMG.

¹⁹⁹ TELES, op. cit., p. 49.

²⁰⁰ SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000, p. 60.

pelas reivindicações gerais e, pelas especiais, nos Departamentos Femininos. Nas greves memoráveis dos têxteis em São Paulo, no Rio e em Recife, estiveram nos piquetes, nos bandos precatórios, firmes e corajosas, merecendo a consideração que desfrutam hoje em seus sindicatos. [...]

[...] Que o sol amadureça os frutos para encher a mesa de todos os lares, através da unidade, força indestrutível das mulheres trabalhadoras!”²⁰¹

Ana Montenegro mostrava suas convicções através de seus escritos, defendendo a imprensa feminina como fator de educação e a organização/união das mulheres em busca de um mundo mais justo. Denunciava a situação de miséria vivenciada por moradores de cortiços e favelas ou escrevia textos dedicados às mães. Seus poemas também refletiam suas posições firmes²⁰².

A advogada Nice Figueiredo escreveu artigos que podem ser considerados como mais polêmicos, por analisar o tratamento dado pelas leis brasileiras à mulher, seus direitos e deveres, além de criticarem a posição passiva de algumas esposas. Procurava mostrar como a legislação brasileira era machista, por considerar o homem o responsável pela condução do casamento e por todos os assuntos referentes à família. Em seu artigo *O Marido, a Mulher e o Trabalho*, Nice discorria sobre a obrigatoriedade da mulher casada em obter o consentimento de seu marido para trabalhar, em nome do “bom desenvolvimento da organização familiar”:

“A verdadeira razão desse dispositivo é o indisfarçável receio da concorrência, é o medo da vitória das mulheres, da sua liberdade, é, sobretudo, o medo de perder a superioridade de posição que a exclusividade do trabalho fora do lar sempre assegurou ao homem. Tanto que, só se pode dar ao luxo de embargar as atividades de sua mulher aquele marido que está em situação financeira capaz de atender, bem ou mal, as necessidades da família. Porque o infeliz operário, o pobre de dinheiro e rico de prole, mesmo que queira, não tem forças para impedir que a sua mulher seja lavadeira ou cozinheira, que sua mulher, além de cuidar do seu miserável lar, vá servir na casa das outras mulheres cuja permanência é exigida pelos maridos.

A razão verdadeira desse dispositivo é, também, mais uma das deferências que se faz ao inexpressivo poder marital, que, às vezes, na expressão de sua mediocridade, agarra-se a esse direito e corta a carreira da mulher inteligente e culta, da mulher que conquista platéia, da mulher que consegue mais resultados com o seu trabalho porque é mais capaz e mais apta que o seu “chefe”. É o choque entre o que deve ser, e o que verdadeiramente é, o mais capaz. Nada tem a ver com o bom desenvolvimento das relações familiares, porque estas são muito mais frouxas e muito menos expressivas do que os laços existentes entre um homem e uma mulher que, juntos, lado a lado, lutam por uma vida melhor e mais digna. Porque esses laços são laços de fraternidade e não de dependência econômica que, via de regra, determina a dependência intelectual e, até, moral.”²⁰³

²⁰¹MONTENEGRO, Ana. “Primeiro de Maio – Festa e Símbolo. De 1886 em Chicago a 1950 no Rio Grande do Sul.” In: *Momento Feminino*, ed. 118, 1956, pp. 29-30. CDM/FMG.

²⁰² Vide anexo C, que apresenta um dos poemas de Ana Montenegro publicados em *Momento Feminino*.

²⁰³ FIGUEIREDO, Nice. “O Marido, a Mulher e o Trabalho”. In: *Momento Feminino*, ed. 19, 28 de novembro de 1947, p. 07.

Em outro texto, Nice Figueiredo opinava sobre as dificuldades que impediriam as mulheres de conseguir e manter um emprego, os cuidados com os filhos pequenos e as tarefas domésticas. Para resolver a primeira dificuldade, bastaria a construção de creches nos locais de trabalho. Já para a segunda dificuldade, Nice acreditava que a indústria deveria investir na fabricação de materiais e eletrodomésticos que permitissem a realização dos afazeres domésticos com facilidade e rapidez, evitando a subordinação da mulher a esse tipo de trabalho, pois *“no dia em que os trabalhos domésticos forem executados mecanicamente, os homens não mais se pejarão de realizá-los também.”*²⁰⁴

Apesar de seus textos serem bastante incisivos sobre a posição desfavorável da mulher perante o marido, Nice Figueiredo não se posicionava contra o casamento. Em um artigo publicado na edição de 27 de fevereiro de 1948, ela explicitava sua posição.

“Quem disse que somos contra o casamento? Muito ao contrário. Discordamos até da modinha que diz que a vida de solteiro é melhor que a de casado...

Somos contra o casamento nos moldes da nossa lei civil. Isso sim. Contra o casamento que diminui e inferioriza a mulher, transformando-a de pessoa plenamente capaz em relativa incapaz, contra o casamento que a serviço de tradições e convencionalismos, inventa a supremacia do homem-marido, decreta a subordinação da mulher-esposa; contra o casamento que pretende assegurar a igualdade de tratamento aos cônjuges e dita medidas que impede à mulher de velar pela segurança, decoro e progresso de sua família; contra o casamento que exige o beneplácito do marido para que a mulher possa trabalhar, como se o trabalho não fosse um direito e um dever de cada cidadão; contra o casamento que incentiva o parasitismo de milhares de mulheres, enquanto exige trabalho forçado de milhões de outras; contra o casamento que rouba à mãe viúva o pátrio poder dos seus filhos porque contrai novas núpcias; contra o casamento que se desmancha, que se anula porque a mulher não é mais virgem; contra o casamento que justifica hipocritamente todas as limitações à capacidade da mulher em nome da unidade de direção da família, criando o consentimento da mulher para que o marido possa exercer certas atividades ligadas ao patrimônio do casal depois de declarar que a mulher é menos apta que o homem para as atividades patrimoniais, e por essa razão justifica a necessidade do consentimento do marido para que a mulher possa exercer atividades do mesmo caráter mas de importância muito menor; contra o casamento que impede à mulher casada de ser livremente tutora ou curadora como pode ser o marido, etc... etc... [...]

[...] Nada teremos contra o casamento que fizer dos cônjuges as cabeças da família ou que respeitar a chefia daquele que se apresentar como mais capaz. Nada teremos contra o casamento que não inferiorizar a mulher com restrições inúteis à sua capacidade, nem sobrecarregar os homens de responsabilidades que eles não podem mais cumprir, apenas para salvaguardar-lhes direitos e prerrogativas que a cultura, a compreensão e as condições sociais vem, pouco a pouco, desmoralizando. [...]

[...] Antes era o sexo agora, o estado civil de casada. Nós mulheres, não poderemos tomar de assalto esse reduto e nos libertar, mas podemos denunciá-lo, mostrar como é sustentado e como poderá ser conquistado. É o que fazemos em nossas colunas. Nosso único objetivo é o de esclarecer as mulheres sobre os problemas do seu interesse para podermos convidá-la a defesa e conquista dos seus direitos. Para isto

²⁰⁴ FIGUEIREDO, Nice. “A Mulher Casada e o Trabalho”. In: Momento Feminino, ed. 20, 05 de dezembro de 1947, p. 02.

não pretendemos desmoralizar o casamento como instituição nem indagar sequer da sua conveniência ou inconveniência. Aceitamo-lo como uma realidade presente.”²⁰⁵

Ao analisar o artigo de Nice Figueiredo, constatamos que ela não se posicionava contra o casamento enquanto instituição, mas sim contra posição inferior que a mulher ocupava no casamento. Todas as decisões relativas às finanças e patrimônio do casal eram tomadas somente pelo marido, já que a legislação vigente à época garantia ao homem a chefia do lar. Cabia ao marido também a autorização para que sua esposa trabalhasse fora de casa, e se fosse da vontade da mulher ter um emprego ou se a família estivesse endividada, sem o consentimento do marido, ela era impedida de trabalhar. Com um discurso vanguardista, a autora criticava as mulheres “parasitas”, aquelas que, pelo conforto financeiro proporcionado pelo esposo, exploravam o trabalho de faxineiras, cozinheiras, babás e outras mulheres que realizavam o serviço doméstico para garantir sua sobrevivência. Nice Figueiredo defendia a igualdade entre os cônjuges, tanto no âmbito legal quanto no financeiro, e que as mulheres pudessem ser consideradas intelectual e moralmente capazes de tomar decisões em nome do bem estar de sua família.

Arcelina Mochel Goto pode ser considerada mais do que uma colaboradora. Uma das responsáveis pelo lançamento de *Momento Feminino*, foi sua diretora desde o primeiro ao último número, apresentando-se em eventos nacionais e internacionais. Ou seja: além de representante, era também redatora. Enfim, Arcelina e o *Momento Feminino* eram praticamente um único ser, uma simbiose entre mulher e ativismo político. Por meio de seus editoriais e da coluna *Nossos Problemas*, que muitas vezes cruzavam seus conteúdos, Arcelina comentava os problemas trazidos pela carestia e racionamento de alimentos, e defendia a união de mulheres através das federações e associações femininas. Considerava essa maneira como a forma mais eficaz de lutar por um mundo mais justo, investindo pelo fim das guerras e das armas atômicas, pela manutenção da paz. Arcelina colocava-se como crítica, traduzindo para suas leitoras os acontecimentos do cotidiano sob a ótica de uma militante. Sobre a carestia, Arcelina Mochel escreveu o que considerava como “feijão com arroz”:

“Feijão com arroz. Era assim que se dizia quando se queria falar da comida diária do pobre. Esses pratos eram baratos e alimentavam de certa forma, para o trabalho pesado. Havia certo desprezo das famílias ricas por esse conjunto de comida, se não acompanhado de outros pratos mais saborosos. Agora, o pobre vai ficando com fome. Nem o feijão com arroz pode comer. Quanto mais outras iguarias...[...]

²⁰⁵ FIGUEIREDO, Nice. “Contra o Casamento.” In: *Momento Feminino*, ed. 31, 27 de fevereiro de 1948, p. 07.

[...] Apelar para que gêneros? Tudo está uma calamidade. O feijão que era feijão, sempre subestimado pelos granfinos como comida de pobre, mal feito com água e sal, muitas vezes sem um pedaço de toucinho, passou convencionalmente à prato de gala e vai para as conchas de porcelana das famílias abastadas.[...]

[...] Que faz o governo para salvar o povo da fome? Nada, absolutamente nada. Os preços sobem vergonhosamente e nenhuma providência surge.

As donas de casa se revoltam cada vez mais. Entretanto, urge que sua revolta venha a público. Há muito comodismo ainda. Há que esteja passando a custa dos negociastas. Para essas, que encontram certas facilidades em comprar as coisas mesmo caras, as coisas podem correr como vão. Para nós outras, que ganhamos a vida com nosso esforço, trabalhando para ajudar nossos maridos não é possível achar justo o que se passa. Temos que protestar e exigir a baixa imediata dos preços. Devemos ter a coragem de levantar o problema de frente, audaciosamente, porque a verdade é que não podemos nos deixar arrastar à morte pela fome.

Que pelo menos conservemos o direito de comer feijão com arroz, que era a nossa comida modesta, mas certa.

Levantemos uma campanha contra a fome, amigas, e vamos exigir, todas juntas, das autoridades, o direito de comer.

Só assim poderemos vencer esta crise de carestia que arrasta nosso país a uma decadência enorme e o nosso povo ao extermínio físico.

Todas as donas de casa devem se unir nesta hora e ter como princípio vital a luta sem tréguas contra a carestia.”²⁰⁶

Através de suas páginas, as leitoras tinham acesso a instruções de alimentação e higiene com os recém-nascidos e crianças por meio das colunas *Puericultura* e *Estas cousas diriam os bebês se pudessem os bebês falar...* Tinha plena consciência da importância de se fornecer às mulheres um conjunto de esclarecimentos sobre doenças, formas de contágio e tratamento. Acreditamos que *Momento Feminino* contribuiu para a formação política de milhares de mulheres, por meio de artigos que abordavam sobre a importância e a necessidade de criação de entidades que organizassem o movimento feminino. No entanto, é difícil medir estes resultados pelo fato de não termos acesso às leitoras e suas práticas de leituras, servindo apenas como parâmetro os registros produzidos pelas autoridades policiais.

²⁰⁶ GOTO, Arcelina Mochel. “Sempre a carestia contra nós.” In: *Momento Feminino*, ed. 30, 20 de fevereiro 1948, p. 02.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações finais

Através desta nossa investida heurística junto aos arquivos da Polícia Política do Estado de São Paulo, procuramos reconstituir a trajetória dos movimentos de mulheres e das suas militantes. A partir de uma rica documentação, anexada aos prontuários e dossiês do Fundo DEOPS/SP procuramos realizar um primeiro inventário sobre a atuação das mulheres, muitas das quais anônimas, acompanhada da nossa reflexão sobre a sua inserção no espaço público. Enquanto agentes sociais, essas mulheres ganharam força e conquistaram espaços que, certamente, fragilizaram a ordem instituída pelos ordenadores no poder.

Ao investigar, apreender e devassar as associações femininas e suas militantes, os policiais acabaram por constituir um rico acervo sobre essas organizações, reunindo seus estatutos, correspondências, fotografias e impressos expressivos das suas ações e pensamentos. Com a intenção de perseguir e calar essas mulheres, o Estado acabou por colaborar para manter boa parte de sua trajetória disponível através dos anos, enquanto história da repressão e, ao mesmo tempo, enquanto memória das mulheres no Brasil.

O período da história brasileira analisado nesse trabalho se fez delineado pelas intensas tribulações políticas e sociais, que se refletiriam diretamente nas décadas seguintes, em plena ditadura militar. Nessas quase duas décadas, a política brasileira vivenciou momentos de crises profundas, como a ameaça à posse de Juscelino Kubitschek, o suicídio de Getúlio Vargas, a renúncia de Jânio Quadros e a deposição de João Goulart. Além disso, foi um período ficou marcado pela extrema polarização política: de um lado, as forças conservadoras encasteladas em torno da UDN, a União Democrática Nacional, grande opositora dos governos populistas de Vargas, Juscelino e Goulart. De outro, os movimentos populares, operários e estudantis que se identificavam com os ideais do Partido Comunista, que pregavam a tomada do poder pelo povo como forma de acabar com a exploração, ao imperialismo, a exploração das riquezas minerais e naturais do país por empresas estrangeiras e a desigualdade social. Neste contexto, as mulheres não devem ser esquecidas e nem interpretadas como coadjuvantes da cena política e social.

As mulheres ativistas não recuaram diante das práticas violentas e censoras recorrentes dos agentes do DEOPS/SP que, valendo-se da lógica da desconfiança, procuraram reunir provas para condená-las por seus crimes políticos. Enfatizando a ligação – nem sempre verdadeira – das mulheres que militavam nos movimentos e associações femininas com o comunismo, a Polícia Política procurava minimizar suas forças por meio de prisões, confisco

de impressos, invasão de domicílio e outras práticas típicas dos regimes autoritários/fascistas. Vasculhavam-se os arquivos pessoais e das associações femininas em busca de alguma prova, alguma citação que comprovasse o elo daquela mulher “desvairada” com o Partido Comunista. Mesmo que não houvesse prova concreta do crime de “subversão”, os agentes policiais acabam por compor uma narrativa que as apontavam como subversivas em potencial, sendo “elementos conhecidamente comunistas”.

A ligação entre o movimento de mulheres e o comunismo é inegável, porém acreditamos que, nesse momento, o comunismo se configurava como um forte argumento para justificar a repressão institucionalizada aos movimentos de resistência ao regime. Mesmo porque, o comunismo era um das alternativas possíveis que poderia vingar, em oposição ao Estado republicano. Num mundo polarizado pela Guerra Fria, os movimentos sociais acabaram “escolhendo” o lado comunista, amalgamando a militância de esquerda. E, neste contexto, as mulheres e suas associações ocuparam (e ainda ocupam) um importante espaço.

As associações femininas eram consideradas passíveis de vigilância, pois segundo a lógica policial eram interpretadas como “tentáculos do Partido Comunista,” dissipando o “credo de Moscou” na sociedade brasileira. Promoviam também a politização das mulheres, rompendo com os padrões tradicionais da mulher-esposa e mulher-mãe disciplinada. Ao deixar o espaço privado do lar doce-lar para participar de manifestações e comícios que questionavam a situação política, economia e social do país, a mulher ativista transformava-se em “mulher-carmim”.

Sem dúvida, as associações femininas contribuíram, de maneira bastante consistente, para que milhares de mulheres pudessem participar ativamente da vida política brasileira, quebrando seu silêncio e sua “paralisia” social. Demonstraram sua capacidade de crítica e intervenção ao investirem contra o custo de vida, a pobreza, além de clamarem por seus direitos rompendo com os parâmetros machistas herdados dos tempos coloniais. Unidas, essas mulheres lutaram e ainda lutam por seus ideais e pela paz mundial, clamando por mudanças. Para serem ouvidas tiveram que gritar alto e caminhar pelas sombras até alcançarem a luz, com segurança. Unidas, tentaram garantir um presente e um futuro melhor para si e para seus filhos. Este é o seu legado para a democracia brasileira que ainda caminha em busca dos melhores caminhos

FONTES

Acervos

Arquivo Público do Estado de São Paulo/Fundo DEOPS/SP;
Arquivo Público do Estado de São Paulo/Fundo DOPS Santos;
Biblioteca Florestan Fernandes – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP;
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp;
Biblioteca Nacional;
Centro de Documentação de Memória/Instituto Maurício Grabois.
Jornal Folha da Manhã – Acervo Digital;
Jornal O Estado de S. Paulo – Acervo Digital.

Iconografia

Fotografias

Fotógrafo não identificado. *Elisa Branco Batista na entrega do Prêmio Internacional Stalin da Paz*. Moscou, 15/01/1953. Prontuário 90796, *Elisa Branco Batista*. APESP/SP.

Ilustrações

Autor não identificado. *Antes de esposa você deverá ser boa cozinheira!* São Paulo, 07 de abril de 1958. Desenho em lápis e nanquim. Original anexado ao banco de imagens do jornal Última Hora. APESP.

Autor não identificado. *Caminhos da Liberdade*. Sem data. Reprodução. Doc./Fol.1990. Dossiê 50-J-104, pasta 1, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Periódicos

Autor não identificado. *Proclamação da Federação das Mulheres do Brasil*. In: Jornal Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1952. Prontuário 108021, vol. 11, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP

Autor não identificado. “*Arregimentam-se as mulheres de Santos para combater a carestia dos gêneros de primeira necessidade.*” In: jornal O Diário, Santos, 12 de julho de 1945. Prontuário 4604, doc. 5, *Sociedade Cívica Feminina de Santos*. Acervo DOPS Santos, APESP/SP.

Autor não identificado. *Assinaturas por um Pacto de Paz*. In: Jornal Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1952. Prontuário 108021, vol. 11, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP

Autor não identificado. “*Pichada a casa de Marina Santos Silva*”. In: jornal Hoje, São Paulo, 26 de janeiro de 1951. Dossiê 30-Z-119, doc. 93. APESP/SP.

Comunicado de Protesto. In: Jornal A Tribuna, Santos, 09 de janeiro de 1949, doc. 27, Prontuário 4604, *Sociedade Cívica Feminina de Santos*, Acervo DOPS Santos, APESP/SP.

MÜLLER, Filinto. *A Blague do Feminismo*. In: Jornal A Noite, Rio de Janeiro, 02 de agosto de 1935. Doc.-/Fol.15. Prontuário 320, *União Feminina do Brasil*. APESP/SP.

Jornal Folha da Manhã, 27 de março de 1949. Acervo Digital. <http://acervo.folha.com.br/fdm/1949/03/27/1//218477>. Acesso em 04 abr 2014.

Jornal O Estado de S. Paulo, 19 de dezembro de 1948. Acervo Digital. <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19481219-22575-nac-0018-999-18-not/busca/Federa%C3%A7%C3%A3o+Mulheres>. Acesso em: 04 abr 2014

Jornal (*O*) *Momento Feminino*. Coleção Completa de 118 exemplares publicados entre julho de 1947 e 1956. (exemplares digitalizados). Centro de Documentação e Memória/Fundação Maurício Grabois.

Jornal *Notícias de Hoje*, 02 de fevereiro de 1954 (fragmento). Dossiê 30-B-162, Zuleika Alambert. APESP/SP.

Sociedade Cívica Feminina de Santos. *Comunicado aos Sócios em Geral*. In: Jornal A Tribuna, Santos, 23 de dezembro de 1948. doc. 18, Prontuário 4604, *Sociedade Cívica Feminina de Santos*, Acervo DOPS Santos, APESP/SP.

Policiais (Fundo DEOPS/SP/Arquivo Público do Estado de São Paulo)

Série Dossiês

12-H-027 A investigada é Maria da Conceição Machado, funcionária pública, que supostamente teria movido uma campanha contra a associação feminina Auxiliar de Guerra.

30-B-162 Suspeitos de atividades comunistas são investigados Zuleika Alambert, jornalista, ex-deputada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Primeira Convenção Feminina do Estado de São Paulo e o jornal Empresa Popular.

30-B-164 Suspeita de atividade comunista e movimento sindical. São investigados Yolanda Piangeri Silva e Moacir Ramos Silva, a Federação das Mulheres Democráticas do Estado de São Paulo e a União feminina de Sorocaba.

30-B-214 Movimento sindical. A investigada é Francisca Martinez da Silva, líder da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo.

30-B-232 008 Suspeita de atividade comunista e movimento sindical. São investigados o Partido Comunista brasileiro (PCB), o Pacto Sindical e a I Convenção contra a carestia.

30-B-234 A investigada é Elisa Branco Batista, filiada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e à Federação das Mulheres Democráticas do Estado de São Paulo.

30-C-001 020 Suspeita de atividade comunista. São investigadas as cidades de Santo André e São Carlos – SP, a Federação Democrática Internacional das Mulheres, a IV Internacional, as atividades do Serviço Soviético de Informações, a venda de livros comunistas e a prisão de jornalistas.

30-C-001 037 Suspeita de atividade comunista. São investigados supostos comunistas, principalmente Quintiliano Vaz, e a Aliança Autonomista pela Paz e contra a Carestia da Vida.

30-C-001 047 Suspeita de atividade comunista e movimento da sociedade civil. São investigados o Centro de Estudo em Defesa do petróleo e as manifestações em favor da anistia política.

30-C-001 072 Suspeita de atividade comunista e movimento da sociedade civil. São investigados o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e suas ligações com o movimento sindical, a Associação Brasileira dos Direitos do Homem e a Federação das Mulheres de São Paulo.

30-C-001 077 Suspeita de atividade comunista, movimento sindical e movimento da sociedade civil. São investigados o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Movimento Socialista Renovador e a Federação das Mulheres de São Paulo.

30-J-025 É investigada a União das Mulheres Democráticas de São Paulo.

30-J-042 Movimento da sociedade civil. São investigadas a Associação Cívica de Assistência aos Trabalhadores do Brasil e a Comissão das Mulheres contra a fome e a guerra.

30-J-044 São investigadas as manifestações em prol da paz realizadas no Estado de São Paulo.

30-Z-104 A investigada é Elisa Kaufmann Abramovich, membro da Associação Cívica Feminina e de outras entidades feministas e comunistas.

30-Z-106 A investigada é Ana de Andrade Santana, professora, membro da Federação das Mulheres de São Paulo e de outras entidades feministas e comunistas.

30-Z-119 A investigada Marina Magalhães Santos Silva, membro da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo.

30-Z-120 A investigada é Brites da Rocha Álvares, membro da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo.

50-J-000 002 Movimento da sociedade civil. São investigadas. Sociedades holandesas, alemãs, árabes e ucranianas, a Associação dos Repórteres Fotográficos do Estado de São Paulo, sociedades de bairros, o Congresso nacional de jornalistas e os clubes esportivos.

50-J-000 004 Movimento sindical, movimento da sociedade civil e movimento religioso. São investigadas associações de bairros, sindicatos, associações culturais, sociedades de estrangeiros, associações feministas e centros espíritas.

- 50-J-051** É investigada a Sociedade Feminina Religiosa e Beneficente Israelita de São Paulo.
- 50-J-056** Movimento da sociedade civil. São investigadas as Sociedades de Bairro do Distrito de Santo Amaro.
- 50-J-099** Movimento da sociedade civil. É investigado o Movimento Político Feminino de São Paulo.
- 50-J-104** Movimento da sociedade civil. São investigadas as Federações de Mulheres do Estado de São Paulo e do Brasil.
- 50-J-112** A investigada é Alice Tibiriçá, membro da Federação das Mulheres do Brasil.
- 50-J-114** Movimento da sociedade civil. É investigada a Sociedade Cívica Feminina de Santos.
- 50-Z-000** 032 Movimento da sociedade civil. São investigados o 2º Congresso Mundial das Mulheres e a Cruzada Social e Cultural do Preto Brasileiro.
- 50-Z-040** 006 Suspeita de atividade comunista e movimento estudantil. São investigados o I Congresso Nacional de Mulheres (no Rio de Janeiro), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o IV Congresso Paulista de Estudantes Secundários (no Rio de Janeiro).

Série Prontuários/Associações

- nº 95049 – Associação Cívica das Mulheres Democráticas
 nº 91874 – Associação Democrática Feminina
 nº 123532 – Associação Feminina de Assis
 nº 9915 – Associação Feminina de Senhoras Alemãs
 nº 12128 – Associação Instrutora da Juventude Feminina
 nº 123674 – Associação Paulista de Ajuda a Mulher
 nº 93326 – Clube Feminino do Ipiranga
 nº 71342 – Comitê das Mulheres Trabalhadoras
 nº 126374 – Conferência Latino-Americana de Mulheres
 nº 121470 – Congresso Mundial de Mulheres
 nº 124027 – Federação das Mulheres Democráticas de Santo André
 nº 113837 – Federação das Mulheres do Brasil
 nº 108021 – Federação de Mulheres do Estado de São Paulo
 nº 128048 – Federação Internacional das Mulheres Democráticas
 nº 95302 – Frente Feminina Paulista
 nº 35742 – Liga das Senhoras Católicas
 nº 93326 – Movimento Político Feminino
 nº 116920 – Oitava Assembléia da Comissão Internacional de Mulheres
 nº 75498 – Primeiro Congresso Paulista da Mulher que Trabalha
 nº 4604 – Sociedade Cívica Feminina de Santos
 nº 46709 – Sociedade Feminina Beneficente Alemã Frauenhlife
 nº 48122 – Sociedade Feminina Beneficente e Religiosa Israelita
 nº 115819 – União Feminina

nº 320 – União Feminina do Brasil
nº 78335 – União Feminina de Sorocaba
nº 95047 – União Cívica das Mulheres Democráticas
nº 72712 – União das Mulheres Democráticas de São Paulo
nº 126164 – União Democráticas das Mulheres de Santo André
nº 320 – União Feminina do Brasil

Série Prontuários/Mulheres

nº 114438 – Adelina Maristane
nº 1889 – Aida Glicker Naroviski
nº 105405 – Aldenora de Sá Porto
nº 97078 – Alice Tibiriçá.
nº 103605 – Ana de Andrade
nº 118414 – Ana de Andrade
nº 3641 – Anézia Corrêa dos Santos
nº 11658 – Anna Maria Jorge
nº 117474 – Anita Greis
nº 113740 – Arcelina Rodrigues Mochel Gotto
nº 106677 – Branca Fialho
nº 105348 – Brites Álvares
nº 13732 – Cecília Müller
nº 90796 – Elisa Branco Batista
nº 86162 – Elisa Kauffmann Abramovich
nº 106383 – Elza Botelho
nº 3400 – Eunice Catunda
nº 95351 – Francisca Martínez
nº 3599 – Gennê Rodrigues
nº 1494 – Haydeé Nicolussi
nº 117550 – Horieta Alzira Branco Batista
nº 195 – Ida Ruti
nº 89523 – Jovina Pessoa
nº 99973 – Laura de Andrade
nº 99998 – Lia Correa Dutra
nº 99512 – Ligia Martins Ferreira
nº 2422 – Luiza Peçanha de Camargo Branco
nº 95906 – Maria Aragão
nº 15542 – Maria da Conceição Rodrigues Ferreira
nº 95459 – Marina Santos Silva
nº 1975 – Rosa Brickmann
nº 21733 – Umeno Shimizo
nº 79381 – Vera Pinto Telles
nº 62160 – Yolanda Picinger

Série Prontuários/Acervo DOPS Santos

nº 4604 – Sociedade Cívica Feminina de Santos
nº 5461 – Zuleika Alambert
nº 5825 – Marina Magalhães dos Santos Silva
nº 5884 – Federação das Mulheres do Estado de São Paulo
nº 5955 – Rosa Brickmann Roitmann
nº 6183 – Elza Pires dos Santos

nº 6189 – Associação ou Sociedade Feminina Beneficente de Santos

Documentos Policiais (Fundos DEOPS/SP e DOPS Santos – APESP/SP.)

Autos

Auto de Exibição e Apreensão, de 16 de abril de 1953. Prontuário 118414, Ana de Andrade. APESP/SP

Auto de Desinterdição, de 19 de agosto de 1957. Prontuário 113837, *Federação das Mulheres do Brasil*.

Auto de prisão em flagrante delito de Yolanda Pincingher, de 08 de setembro de 1950. Prontuário 62160, Yolanda Pincingher. APESP/SP.

Auto de qualificação de Ana de Andrade. Prontuário 118414, *Ana de Andrade*. APESP/SP.

Comunicados

Comunicado do Exmo. Sr. Delegado especializado da Ordem Política e Social. São Paulo, 20 de outubro de 1948. Prontuário 97286, *Clube Feminino do Ipiranga*. APESP/SP

Comunicado nº 95, de 30 de julho de 1946. Dossiê 30-J-25.

Comunicado nº 99, de 23 de fevereiro de 1953. *Prontuário 108021, vol. 12, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Comunicado nº 104, de 09 de agosto de 1946. Dossiê 30-J-25.

Comunicado nº 210, de 21 de agosto de 1946. Dossiê 30-J-25.

Comunicado nº 252, de 18 de junho de 1946. Dossiê 30-J-25.

Comunicado nº 749, de 08 de novembro de 1955. Prontuário 108021, vol 12, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Cópias

Cópia do Relatório 71/49, de Orlando Noce sobre Rosa Brickmann Roitmann. Santos, 22 de outubro de 1950. Doc. 3, Prontuário 5955, *Rosa Brickmann Roitmann*. Acervo DOPS Santos, APESP/SP.

Fichas de Qualificação

Ficha de Qualificação de Ana de Andrade. Prontuário 118414, Ana de Andrade. APESP/SP

Guias

Guia para Detenção de Francisca Martinez de 22 de abril de 1952. Prontuário 95351, Francisca Martinez. APESP/SP.

Informações

Informações sobre Alice de Toledo Tibiriçá. São Paulo, 25 de fevereiro de 1950. Dossiê 50-J-112.

Informações sobre Ana de Andrade. Prontuário 108021, vol. 11, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP

Informações sobre Ana de Andrade. Prontuário 118414, Ana de Andrade. APESP/SP.

Informações sobre Elisa Branco Batista. Prontuário 90796, *Elisa Branco Batista*. APESP/SP.

Informações sobre Francisca Martinez Silva, Doc. 5/Fol. 07. Dossiê 30-B-214, *Francisca Martinez Silva*. APESP/SP.

Informações sobre Francisca Martinez Silva. Fol. 08 e 09. Dossiê 30-B-214, *Francisca Martinez Silva*. APESP/SP.

Informações sobre Zuleika Alambert. Doc. 16/Fol. 29 a 34. Dossiê 30-B-162, Zuleika Alambert. APESP/SP.

Informações sobre Zuleika Alambert. Doc. 19/Fol.40 e doc. 16/fol.29 a 34. Dossiê 30-B-162, Zuleika Alambert. APESP/SP.

Informações sobre Zuleika Alambert. Doc. 23/ Fol. 65 a 73. Dossiê 30-B-162, Zuleika Alambert. APESP/SP.

Informações sobre Segundo Congresso da Federação Democrática Internacional das Mulheres. S.d., sem órgão produtor. Dossiê 50-J-104, pasta 1, Fls 71-73. APESP/SP.

Informes

Informe Secreto, de 25 de agosto de 1949. Prontuário 62160, *Yolanda Picingher*. APESP/SP.

Investigações

Investigações acerca das componentes da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. Dossiê 30-Z-119. APESP/SP.

Investigações em torno do Clube Feminino do Ipiranga, de 25 de maio de 1948. *Prontuário 97286, Clube Feminino do Ipiranga*. APESP/SP.

Investigações procedidas sobre o Clube Feminino do Ipiranga, de 03 de dezembro de 1948. Prontuário 97286, *Clube Feminino do Ipiranga*. APESP/SP.

Investigações procedidas sobre a União das Mulheres Democráticas de São Paulo, de 05 de setembro de 1946.

Ofícios

Ofício nº 16.261, de 13 de outubro de 1952. Prontuário 118414, *Ana de Andrade*. APESP/SP.

Ofício nº 140, do delegado assistente do Departamento do Ordem Política e Social, Ítalo Ferrigno, ao juiz da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Estadual, Dr. Francis Selwyn Davis. São Paulo, 28 de fevereiro de 1957. Prontuário 108201, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*, vol. 11. APESP/SP.

Pareceres

Parecer de Hilda Macedo, Assistente da Cadeira de Introdução à Criminologia da Escola de Polícia. São Paulo, março de 1951. *Prontuário 93326, Movimento Político Feminino*. APESP/SP.

Questionários

Questionário sobre a situação do Comunismo em cada unidade da federação. Prontuário 113740, *Arcelina Rodrigues Mochel Gotto*. APESP/SP.

Relatórios

Relatório: Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. Fatos concretos e que não podem em absolutos ser contraditados, de 24 de janeiro de 1957. Prontuário 113837, *Federação das Mulheres do Brasil*. APESP/SP.

Relatório: Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. Sua origem – Sua estrutura – Suas atividades. Prontuário 108021, vol. 11. APESP/SP.

Relatório da chefia dos investigadores da D.O.P.S de Santos para o Dr. Delegado de Ordem Política e Social de Santos sobre a Sociedade Cívica Feminina de Santos e Marina Magalhães Santos Silva. Santos, 5 de junho de 1950. Prontuário 5825, *Marina Magalhães Santos Silva*, Acervo DOPS Santos, APESP/SP.

Relatório da Secção de Policiamento de Ordem Política – Posse da diretoria da União das Mulheres Democráticas de São Paulo. Prontuário 72712, *União das Mulheres Democráticas de São Paulo*. APESP/SP.

Relatório do investigador Geraldo Molina, para o Dr. Delegado Especializado de Ordem Social, sobre a reunião da Federação das Mulheres de São Paulo. São Paulo, 14 de novembro de 1952. Prontuário 108.021, vol. 10, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Relatório sobre a Associação Democrática Feminina, de 30 de dezembro de 1947. Prontuário 91874, *Associação Democrática Feminina*. APESP/SP.

Relatório sobre Conferência realizada pela Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. Dossiê 30-B-164. APESP/SP.

Relatório sobre reunião da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, de 14 de janeiro de 1949. Fls. 50-53, Dossiê 50-J-104, pasta 1. APESP/SP.

Relatório sobre Zuleika Alambert. Fol.3. Dossiê 30-B-162, Zuleika Alambert. APESP/SP.

Termos

Termo de Declarações de Francisca Martinez Silva. Fol. 05. Dossiê 30-B-214, *Francisca Martinez Silva*. APESP/SP.

Termo de declarações de Francisca Martinez. São Paulo, 03 de setembro de 1948. Prontuário 95351, Francisca Martinez. APESP/SP

Termo de Declarações de Rosa Brickmann. São Paulo, 30 de junho de 1932. Prontuário 1975, *Rosa Brickmann Roitmann*. APESP/SP.

Termo de fechamento da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. São Paulo, 23 de janeiro de 1957. Prontuário 108021, vol. 12, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP

Documentos produzidos por associações femininas e/ou mulheres militantes

Abaixo-assinados

Abaixo-assinado endereçado à deputada Zuleika Alambert, solicitando a instalação de luz elétrica na colônia do S.A.F. Frigorífico Anglo. Prontuário 108021, vol. 2, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Artigos

A primeira convenção feminina do Estado de São Paulo e a luta pela Paz. Dossiê 30-B-162, *Zuleika Alambert*. APESP/SP

Atas

Ata de reunião da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo do dia 18 de fevereiro de 1949. Prontuário 108021, vol. 8, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Ata de reunião da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo do dia 17 de abril de 1949. Prontuário 108021, vol. 8, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Ata de reunião da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo do dia 21 de abril de 1949. Prontuário 108021, vol. 8, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Livro Ata da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo. Prontuário 108021, vol. 8, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Cartas

Carta de Ana de Andrade, vice-presidente da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, para a presidente da Federação de Mulheres do Brasil. São Paulo, 30 de junho de 1949. Prontuário 108021, vol. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Carta da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo para Sra. Eugenie Cotton, Presidente da Federação Democrática Internacional de Mulheres. São Paulo, 29 de janeiro de 1952. Prontuário 108021, vol. 11, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Carta de Francisca Meireles para Eunice Catunda. Goiânia, 25 de janeiro de 1952. Prontuário 108021, vol. 11, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Cartazes

Cartaz “*CONFERÊNCIA CONTINENTAL PELA PAZ*”. Prontuário 108021, vol. 11, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP

Cartaz de divulgação da Primeira Convenção Feminina da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. Prontuário 108021, vol. 10, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*, APESP/SP.

Comunicados

Comunicado de Maria Gay de Mendonça ao Dr. Elpídio Reale. doc. 19, Prontuário 4604, *Sociedade Cívica Feminina de Santos*, Acervo DOPS Santos, APESP/SP.

Convites

Convite “Federação da Juventude Paulista.” Prontuário 108021, vol. 12, *Federação das Mulheres de São Paulo*. APESP/SP

Estatutos e Temários

Ante-projetos de estatutos da União das Mulheres Democráticas de São Paulo. Doc. Fl 62 a 72. Prontuário 108021, vol. 3, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Estatuto da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. Prontuário 108021, vol. 8, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Estatuto da Sociedade Cívica Feminina de Santos. Prontuário 4604, *Sociedade Cívica Feminina de Santos*. Acervo DOPS Santos, APESP/SP.

Temário do I Congresso da Federação das Mulheres do Brasil. Prontuário 108021, vol. 11, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Temário para as Conferências e Assembleias Femininas Municipais e Convenção Estadual. Dossiê 50-J-104, pasta 1. APESP/SP.

Instruções

Instruções para realização das conferências distritais e assembleias municipais, para a 1ª convenção feminina estadual. Prontuário 108021, vol. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Livros

ALAMBERT, Zuleika. *Uma jovem brasileira na União Soviética*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1953. Doc. 23. Dossiê 30-B-162. APESP/SP.

Manifestos

Manifesto às Mulheres de São Paulo. Prontuário 108021, vol. 8, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Panfletos

Panfleto: “A Guerra significa Lágrimas, Orfandade, Viuvez e Miséria para o povo.” Prontuário 108.021, vol. 8, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Panfleto: “Às mães, noivas, filhas e irmãs.” Prontuário 108021, vol. 11, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Panfleto: “Ao Coração das Mães Brasileiras.” Prontuário 108.021, vol. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Panfleto: “Ao Povo.” Doc.-/ Fol. 76. Prontuário 108.021, vol. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Panfleto: “Ao 1º Congresso da Federação das Mulheres do Brasil.” Prontuário 108021, vol. 11, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Panfleto: “Às Mulheres de São Paulo.” Prontuário 108.021, vol. 9, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Panfleto: “Biografia da candidata a vereadora Trindade Sanches Garcia.” Fol. 89. Prontuário 108.021, vol. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Panfleto: “Convite às donas de casa do Distrito Federal.” Prontuário 108.021, vol. 8, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Panfleto: “Convite às Mulheres de São Paulo e ao Povo em Geral.” Prontuário 108.021, vol. 4, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. APESP/SP.

Panfleto: “Convite às Mulheres Paulistas”. Fol. 05. Dossiê 30-J-25. APESP/SP.

Panfleto: “Dia 30 – as 15 horas, Mulheres Operárias e Donas de Casa! Povo em Geral! Convite.” Prontuário 108.021, vol.9, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. APESP/SP.

Panfleto: “Erro político e ato inconstitucional o fechamento do Partido Comunista.” Fol. 80. Prontuário 108.021, vol. 4, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. APESP/SP.

Panfleto: “Grandioso Baile em Homenagem a Elisa Kauffmann Abramovich.” Fol 79. Prontuário 108.021, vol. 4, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. APESP/SP.

Panfleto: “Manifesto.” Prontuário 108.021, vol. 10, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. APESP/SP.

Panfleto: “Minha amiga, você sabe que existe petróleo no Brasil?” Fol. 28. Prontuário 1975, Rosa Brickmann. APESP/SP.

Panfleto: “Moradores de Casa Verde!” Fol. 80. Prontuário 108.021, vol. 4, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. APESP/SP.

Panfleto: “Mulher.” Fol.82. Prontuário 108.021, vol. 4, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. APESP/SP.

Panfleto: “Mulheres de São Paulo”. Prontuário 108.021, vol. 9, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. APESP/SP.

Panfleto: “Núcleo de Sant’Ana da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. Guerra Nunca Mais.” Prontuário 108.021, vol. 9, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. APESP/SP.

Panfleto: “Operárias e Donas de Casa do Ipiranga.” Prontuário 108.021, vol. 9, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. APESP/SP.

Panfleto: “Paulista!” Fol.90. Prontuário 108.021, vol. 4, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. APESP/SP.

Relatos

Relato de viagem feito por Rosa Brickmann Roitmann. Fol. 38, Prontuário 1975, *Rosa Brickmann Roitmann*. APESP/SP.

BIBLIOGRAFIA

Obras

ALVAREZ, Sonia E. *Engendering democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. New Jersey: Princeton University Press, 1990

AQUINO, Maria Aparecida (org.). *No Coração das Trevas. O DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.

BERCITO, Sonia. *O Brasil na Década de 1940: Autoritarismo e Democracia*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BOOBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CANCELLI, Elizabeth, *O Mundo da Violência*. Brasília: Edunb, 1993.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP, Fapesp, 2002, p. 49.

_____. *O Antissemitismo na Era Vargas. Fantasmas de uma Geração(1930-1945)*. 3ª edição, São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

_____. *O Veneno da Serpente. Reflexões sobre o Antissemitismo no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

CARONE, Edgard, *A República Nova*. São Paulo: Difel, 1982.

_____. *A Segunda República*. São Paulo: Difel, 1973.

_____. *O P.C.B. (1943 – 1964). Volume II*. São Paulo: DIFEL, 1982.

CHAUÍ, Marilena. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DOMENACH, J.M. *A Propaganda Política*. Lisboa: Difel, 1963.

DOPS. *A Lógica da Desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça/Arquivo Público do Estado, 1996.

DUBY, Georges e PERROT, Michelle, *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990.

FOUCAULT, Michel, *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

HAHNER, June Edith. *A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas, 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____. *A Mulher no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HIRSCHMAN, A. *A Retórica da Intransigência: Perversidade, Futilidade, Ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric, *Pessoas Extraordinárias: Rebelião, Resistência e Jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HOROWITZ, Irving. *Revolution in Brazil: Politics and Society in a Developing Nation*. New York: Dutton, 1964.

KONDER, Leandro. *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LEITE, Miriam Moreira (Org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista. Imprensa e Práticas em Tempos de República, São Paulo, 1890-1922*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o "Perigo Vermelho": o Anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002.

ORTEGA y GASSET, Jose. *Rebelião das Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

PEDROSO, Regina Célia. *Estado Autoritário e Ideologia Policial*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2005.

- PERROT, Michelle, *Os Excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *A Democracia Intolerante. Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, Século XIX. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.
- _____ ; SOHIET, Raquel; MATOS M. Izilda S. de. *Gênero em Debate*. Trajetórias e Perspectivas na Historiografia Contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.
- SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- Artigos**
- ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira; MELO, Hildete Pereira de Melo. *Federação das Mulheres do Brasil*. In: SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- BASSANEZI, Carla. “Mulheres dos Anos Dourados”. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- DEL PRIORE, Mary. “História das Mulheres: As Vozes do Silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “O Lugar do Impresso Revolucionário: dos Porões aos Arquivos Policiais”. In: DUTRA, Elaine de Freitas. MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, Nação e Edição. O Lugar dos Impressos na Construção da Vida Política*. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. “Trilogia dos Estigmas”. IN: STRAUSS, Dieter (org.). *Não olhe nos olhos do inimigo: Olga Benário - Anne Frank*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995

FOUCAULT, Michel. “A ética do cuidado de si como prática da liberdade”. In: _____. *Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

LEITE, Miriam Lifchtiz Moreira. “Prefácio”. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX*. Memórias, Depoimentos, Evocações. São Paulo: Ateliê, 1999.

MACHADO, Roberto. “Introdução: Por uma genealogia do poder”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013.

PERROT, Michelle. “Práticas da Memória Feminina”. *Revista Brasileira de História*, v.9 nº18, ago-set/89.

PINTO, Céli Regina Jardim. “Movimentos Sociais: Espaços Privilegiados da Mulher Enquanto Sujeito Político.” In: COSTA, Albertina O., BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

RAGO, Margareth. “Trabalho Feminino e Sexualidade”, In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

RIBEIRO, Jayme. *Os “combatentes da paz” – a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950)*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, Dec. 2008.

SCOTT, Joan. “Gênero, uma categoria útil de análise histórica.” *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul/dez 1995.

SILVA, Tania Maria Gomes da. “Trajetória da Historiografia das Mulheres no Brasil”. In: *Politeia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, 2008,

_____. “Prefácio a Gender and politics of history”. IN: *Cadernos Pagú*. Nº 3. Campinas: Pagú – Núcleo de Estudos de Gênero / UNICAMP, 1994.

SOIHET, Rachel. “Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas.” In: *Estudos Feministas*, v.5, n.1, p.7-29, 1997.

_____. “História, Mulheres, Gênero: Contribuições Para Um Debate.” In: AGUIAR, Neuma (org.) *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.

_____. PEDRO, Joana M. “A Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero.” In: *Revista Brasileira de História*, vol. 27, nº 54, 2007.

Artigos em meio eletrônico

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *O PCB e a Questão Feminina (1970-1979)*. Fazendo Gênero 8. Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST45/Maira_Luisa_Goncalves_de_Abreu_45.pdf. Acesso em 14 jun 2014.

Teses e dissertações

MACEDO, Elza Dely Veloso. *ORDEM NA CASA E VAMOS À LUTA! Movimentos de Mulheres: Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia da Cunha – uma militante*. Niterói, UFF, 2001. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

ZEN, Erick Reis Godliauskas. *Identidade em Conflito. Os imigrantes lituanos na Argentina, Brasil e Uruguai (1920-1955)*. São Paulo, USP, 2012, Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Inventários Deops

ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes e OLIVEIRA, Valéria Garcia de. *Cultura amordaçada: intelectuais e músicos sob a vigilância do DEOPS*. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

PARRA, Lucia Silva. *Combates pela Liberdade. Movimento Anarquista sob a Vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)*. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003.

SANTOS, Viviane Teresinha dos. *Os Subversivos das Arcadas*. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 1999.

WIAZOVSKI, Taciana . *Bolchevismo e judaísmo: a comunidade judaica sob o olhar do DEOPS*. São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial, 2001.

Sites

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/index.php> - Acesso em 22 ago 2014.

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=151125&norma=172001> – Acesso em 05 set 2014.

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=77852&norma=104536> – Acesso em 05 set 2014.

ANEXOS

Anexo A

Estatuto da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo CAPÍTULO 1 – Das Finalidades e Sede

Art. 1º - A “FEDERAÇÃO DAS MULHERES DO ESTADO DE SÃO PAULO” (F.M.E.S.P), com sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, congregará as entidades femininas do Estado de São Paulo, com a finalidade precípua de defender a Paz no Mundo e de lutar pela conquista dos Direitos da Mulher.

§ Único – As entidades femininas do Estado de S. Paulo, filiadas ou que venham a se filiar à “Federação das Mulheres do Estado de São Paulo”, terão respeitadas cada uma suas finalidades peculiares, sua autonomia, com a obrigação, primordial, de se disporem a lutar, conjuntamente, pelos objetivos gerais enunciados neste artigo.

Art. 2º - Para reforçar a possibilidade de realizar seus fins, a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo poderá se unir a Instituições congêneres que existam, ou venham a existir, nos outros Estados do Brasil, numa ampla Confederação, mantendo, entretanto, cada uma a sua autonomia.

§ Único – Em maior âmbito poderá ligar-se, dentro da Confederação Nacional, à Federação Internacional de Mulheres.

Art. 3º - A Federação das Mulheres do Estado de São Paulo promoverá ou aderirá a campanhas estaduais ou nacionais dentro do espírito do artigo 1º deste Estatuto.

Art. 4º - A Federação das Mulheres do Estado de São Paulo participará direta e ativamente de todos os movimentos que visem a defesa das riquezas naturais e das indústrias básicas do Brasil.

Art. 5º - É expressamente proibida qualquer discussão religiosa ou político-partidária.

CAPÍTULO 2 – Da Direção

Art. 6º - São órgãos dirigentes da Federação:

- a) – a Assembleia Geral;
- b) – o Conselho Deliberativo;
- c) – as organizações Municipais;
- d) – a Diretoria;
- e) – os Departamentos que forem criados

CAPÍTULO 3 – Da Assembleia Geral

Art. 7º - A Assembleia Geral é o poder soberano da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, dentro das normas traçadas pelos presentes Estatutos e, de conformidade com as leis vigentes, as suas deliberações serão tomadas por maioria das representantes das Instituições filiadas à Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, regularmente credenciadas, e obrigam a todas (Instituições), inclusive as ausentes, ao seu cumprimento.

Art. 8º - As reuniões da Assembleia Geral serão ORDINÁRIAS e EXTRAORDINÁRIAS

§ 1º - São ordinárias as reuniões em que se tenha de eleger a Diretoria e o Conselho Deliberativo e nas quais se deva receber as respectivas prestações de contas das tarefas, e serão realizadas (2) duas vezes por ano – na primeira quinzena dos meses de Abril e de Outubro.

§ 2º - As reuniões extraordinárias serão realizadas:

a) – por convocação da Diretoria;

b) – por requerimento de um terço das entidades filiadas à Federação das Mulheres do Estado de São Paulo.

Art. 9º - Comparecerão às Assembleias Gerais, com direito a voto, delegadas de todas as entidades filiadas à “F.M.E.S.P.” na proporção de 5 para cada uma.

§ Único – À Assembleia de eleição poderão comparecer, individualmente, as mulheres pertencentes a todas as entidades femininas filiadas, sem ter, porém, direito de voto, apenas com direito de voz.

Art. 10 – As Assembleias Gerais serão convocadas pela imprensa, publicando-se edital nos jornais de maior circulação, com antecedência nunca inferior a 15 dias, sem prejuízo de outras publicações e de avisos por outros meios.

Art. 11 – Nas reuniões extraordinárias serão tratados exclusivamente assuntos que constem da ordem do dia da respectiva convocação.

Art. 12 – A Assembleia Geral funcionará em 1ª convocação com a presença de metade das Instituições filiadas à “F.M.E.S.P.”, por suas representadas e, em 2ª convocação, duas horas mais tarde, com qualquer número de representantes presentes.

§ Único – As representantes das entidades deverão exhibir, para participarem das Assembleias GERAL, ORDINÁRIA ou EXTRAORDINÁRIA, cópia autêntica da Ata de reunião em que foram credenciadas como representantes.

Art. 13 – A Assembleia Geral será dirigida por uma mesa composta de uma presidente e duas Secretárias, escolhidas pela própria Assembleia.

CAPÍTULO 4 – Da Diretoria

Art. 14 – A “F.M.E.S.P.” será administrada por uma Diretoria, com mandato de dois (2) anos, eleita em Assembleia Geral, e composta de: - uma Presidente, uma vice-presidente, uma Secretária Geral, 1ª Secretária, 2ª Secretária, 1ª Tesoureira, 2ª Tesoureira e Diretoras de Departamentos.

Art. 15 – Ficará a critério do Conselho Deliberativo o preenchimento de qualquer cargo na Diretoria, desde que a respectiva vaga se verifique durante o mandato.

Art. 16 – A eleição da Diretoria e Conselho Deliberativo verificar-se-á na primeira quinzena do mês de Abril e a posse dentro de oito (8) dias.

Art. 17 – São elegíveis para membros da Diretoria e do Conselho Deliberativo:

a) – os membros indicados pelas Instituições da Capital e do Interior, “F.M.E.S.P.”

Art. 18 – A Diretoria deverá se reunir, obrigatoriamente, duas (2) vezes por mês.

Art. 19 – Compete à Diretoria em conjunto:

a) – Executar as resoluções da Assembleia Geral;

b) – Zelar pelo fiel cumprimento dos presentes estatutos;

c) – congregar os esforços das Instituições filiadas com outras Instituições congêneres;

d) – administrar, através de seus membros indicados, os Departamentos criados e mantidos pela “F.M.E.S.P.”

Art. 20 – Compete à Presidente:

a) – Representar a Federação em Juízo e fora dele;

- b) – convocar e presidir as reuniões mensais;
- c) – apresentar no fim de cada ano, um relatório dos trabalhos da Federação, sendo que para esse trabalho poderá requerer a assistência dos demais membros da Diretoria;
- d) – assinar as atas das sessões, rubricar os livros e assinar, conjuntamente com a tesoureira, os documentos relativos aos negócios sociais, inclusive aqueles que importem em obrigação para a Federação;
- e) – dar posse aos demais membros da Diretoria e às Diretoras de Departamentos;
- f) – assinar diplomas e carteiras de identidade social;
- g) – conceder licença a qualquer funcionária ou membro da Diretoria, nos termos mais convenientes para a Federação;
- h) – assinar o expediente da “F.M.E.S.P.”, designar comissões para os serviços sociais e para representar a Federação em atos sociais.

§ Único: A designação de representante da “F.M.E.S.P.”, para fora do Estado ou do País, far-se-á mediante convocação de Assembleia Extraordinária e por aprovação da maioria das representantes de Instituições filiadas à “F.M.E.S.P.”.

Art. 21 – Compete à Vice-presidente substituir a Presidente em seus impedimentos e prestar-lhe constante assistência para o bom andamento dos serviços.

Art. 22 – Compete à Secretária Geral:

- a) – Substituir a Vice-presidente nos seus impedimentos;
- b) – superintender, orientar e fiscalizar os trabalhos da Secretaria, ordenar providências administrativas e coordenar os trabalhos da Diretoria e Departamentos.

Art. 23 – Compete à 1ª Secretária:

- a) – Substituir a Secretária geral nos seus impedimentos;
- b) – redigir e ler as atas das reuniões e respectivo expediente;
- c) – fazer a correspondência e zelar pela boa ordem dos documentos da Secretaria;
- d) – organizar e manter um fichário das instituições estaduais, nacionais e internacionais, tendo, rigorosamente, em dia, suas atividades;
- e) – ter sob sua guarda um livro de atas;
- f) – executar outras atribuições que lhe forem atribuídas pela Secretária Geral.

Art. 24 – Compete à 2ª Secretária:

- a) – Substituir a 1ª Secretária nos seus impedimentos;
- b) – organizar e manter um fichário das entidades filiadas à “F.M.E.S.P.”
- c) – auxiliar a 1ª Secretária e executar outros serviços que lhe forem determinados pela Secretária Geral.

Art. 25 – Compete à 1ª Tesoureira:

- a) – Ter sob sua guarda bens e valores doados à Federação;
- b) – receber valores doados à “F.M.E.S.P.”
- c) – receber dinheiro em estabelecimentos de crédito, assinar os respectivos recibos, fazendo a devida comunicação à Presidente, por escrito;
- d) – manter em perfeita ordem os livros de registro de contas e apresentar de acordo com eles, um balancete mensal;
- e) – efetuar, com a Presidente, depósito ou retirada de valores, podendo manter, em estabelecimento de crédito, uma caderneta que movimentará com sua única assinatura;
- f) – organizar, com a Presidente, a parte do relatório anual relativo ao movimento da Tesouraria.

Art. 26 – Compete à 2ª Tesoureira:

- a) – Substituir a 1ª Tesoureira nos seus impedimentos e prestar-lhe constante assistência;
- b) – receber a contribuição mensal das entidades e ter em ordem os recibos deste expediente, bem como prestar contas a 1ª Tesoureira das mensalidades recebidas;

c) – e execução de outros trabalhos que lhe forem confiados pela 1ª Tesoureira.

CAPÍTULO V

Das Organizações Municipais e do Conselho deliberativo

Art. 27 – As Organizações Municipais, reger-se-ão pelos presentes Estatutos, depois de filiadas à Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, podendo organizar o seu regimento interno;

Art. 28 – Compete ao Conselho Deliberativo operar junto à Diretoria, fiscalizando a execução ou não das tarefas, auxiliando a Diretoria na execução dessas atribuições, bem como examinando as contas da F.M.E.S.P. para o que deverá se reunir duas (2) vezes por ano e, extraordinariamente, segundo a necessidade.

§ Único – No fim de cada ano, cabe ao Conselho Deliberativo apresentar seu parecer sobre o Balanço Geral, submetendo-o à apreciação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI

Das Instituições Filiadas à “F.M.E.S.P”

Art. 29 – As Instituições filiadas à “F.M.E.S.P” contribuirão na base de 20% da sua arrecadação para manutenção da Federação.

CAPÍTULO VII

Do Patrimônio Social

Art. 30 – O patrimônio social será constituído por:

- a) – Pela contribuição mensal das organizações filiadas;
- b) – pela venda de tómbolas, festivais e outros meios de angariar finanças;
- c) – pelos donativos feitos à “F.M.E.S.P”.

Art. 31 – A administração do patrimônio compete à Diretoria.

Art. 32 – As entidades filiadas, não responderão, nem mesmo subsidiariamente, por obrigações contraídas pela F.M.E.S.P.

Art. 33 – Em caso de dissolução da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, o patrimônio social passará a quem determinar a Assembleia que a dissolver.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34 – Os presentes Estatutos poderão ser reformados, quando as circunstâncias o exigirem, por aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, para esse fim convocada, à qual deverão estar presentes, no mínimo, dois terços do total das entidades, quites com a Tesouraria.

Art. 35 – A dissolução da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo só poderá ser levada a efeito por uma Assembleia Geral Extraordinária, em que estejam presentes pelo menos dois terços do total das entidades, em gozo de seus direitos.

Art. 36 – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria havendo recurso para o Conselho Deliberativo e, em último, para a Assembleia Geral.

São Paulo, novembro de 1948.²⁰⁷

²⁰⁷ Estatuto da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. Prontuário 108021, vol. 8, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

Anexo B

Da reunião ordinária realizada no prédio do Instituto dos Arquitetos, a rua Bento Freitas, iniciada às 15,30 horas do dia 29 de março de 1949.

Ordem do dia

1º - Criação das comissões

2º - Patronas da Convenção

3º - Escolha da Presidente de Honra

4º - Discussão e aprovação das teses e resoluções sobre os seguintes assuntos:

Carestia – (Problemas das donas de casa)

Direitos da mulher que trabalha

a) Comissão de organização: Ana de Andrade, Leonor Benzal Petrarca, Herondina, Lurdes Carvalho.

b) Comissão de Finanças: Dalva Silva, Regina Lima, Maria Aparecida Rodrigues e Jacira Gama.

c) Comissão de propaganda: Luiza Monteiro, Lucinda Oliveira, Irene Funcia e Guiomar Alvares.

d) Comissão de Teses e Resoluções: Ofélia do Amaral Botelho, Brites Alvares e Rosa Roitmann.

2º Patronas da Convenção: Ana Nery e Clara Zétkin.

3º Presidente de Honra: Maria Paes de Barros.

4º Discussão e aprovação das teses e resoluções.

PRIMEIRA TESE: Sobre o Alcoolismo e sua origem econômica e social: apresentada por Conceição Meirighi de Pinheiros.

Falam sobre a tese Elisa Romero, Ana Andrade, Helena Guimarães, Dirce de Castro, Miriam Magalhães, Leonor Benzal, Maria José Alves, sendo em seguida aprovada a tese com a seguinte resolução:

Que o alcoolismo tem origem em fatores econômicos e sociais.

SEGUNDA TESE: Para igual trabalho salário igual apresentada por Luiza Monteiro de Pinheiros.

Falam sobre a mesma: Maria de Oliveira, Severina Brito, Dulce Ortiz e Heleba Guimarães, sendo a tese aprovada.

TERCEIRA TESE: Sobre a mulher operária apresentada por Francisca Martinez do Bom Retiro.

Falam sobre a mesma Herondina Ayres, Jacira Gama, Dulce Ortiz, Leonor Benzal, Carolina Bacelar da Costa, Elisa Romero, Maria Sales, Dolores Santini, Inês Magnoni,

Severina Brito, Caetana Martins, Maria Felipe, Salvadora Lopes, Vera Pinto Teles e Regina Lima, sendo aprovada a tese com as seguintes resoluções:

Que sejam melhoradas as condições de trabalho para as operárias de acordo com o que determina a Constituição; seja enviada um protesto à ONU quanto as afirmativas do representante brasileiro que nega haja no Brasil perseguição policial contra os trabalhadores, falta de liberdade sindical e falta de assistência social aos trabalhadores e suas famílias.

QUARTA TESE: Carestia – apresentada por Maria Lopes da Quarta Parada.

Falam sobre a mesma várias convencionais, sendo a tese aprovada com os seguintes acréscimos: falta de habitação, pelo apressamento da lei contra os despejos, contra o cambio negro.

QUINTA TESE: da Defesa da Paz apresentada por Dalva Silva da Vila Maria

Falam sobre a tese: Maria Lopes, Helena Guimarães, Miriam Magalhães, Severino de Brito, Ligia Martins Ferreira, Adoração Santiago, Maria Rodrigues (Vera Cruz), Maria Felipe, Dolores Sardinha, Maria José Silveira.

A tese é aprovada com o acréscimo de uma mensagem a ser enviada para Althea Alimonda por sua colaboração em favor da Paz.

SEXTA TESE: Infância e Juventude apresentada por Lurdes Carvalho da Penha.

Falam sobre a mesma, Maria Lopes, Miriam Magalhães, Maria Jo, Maria de Oliveira, Maria Aparecida Rodrigues, Ofélia do Amaral Botelho, Dalva Silva, Rosa Roitmann, Herondina Arruda, Maria Felipe, Ana de Andrade, Inez Magnone, Dulce Ortiz, Salvadora Lopes, Regina Lima, Arminia Escobar, Albertina Borgonovi, Rosa Garcia de Abreu, Jacyra Garcia,

A tese é aprovada.

SÉTIMA TESE: Sobre os Direitos Jurídicos Cíveis e Políticos da mulher, apresentada por Ofélia do Amaral Botelho de Monte Aprazível.

Falam sobre a mesma Norma Lopes, sendo em seguida a tese aprovada.

OITAVA TESE: Fundamentos da Paz Universal apresentada por Anita Carrijo, cuja discussão foi adiada para amanhã, dia 30, por ter sua autora que retirar-se por motivos particulares.

Foi suspensa a sessão por 15 minutos, dando então entrada no recinto de uma comissão de ex-combatentes e outra de estudantes.

Em nome dos ex-combatentes falou o Sr. Raimundo Pascoal Barbora saudando a 1ª Convenção Feminina do Estado de São Paulo e ao mesmo tempo conclamando a todas as mães, irmãs, esposas e noivas a lutar em defesa da Paz.

Em seguida fala um estudante secundário o primeiro orador dizendo da firme decisão dos estudantes paulistas de lutarem também em defesa da Paz.

Encerrando fala Ana de Andrade em nome da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo e de todas as convencionais, agradecendo a visita das referidas comissões.

A sessão foi encerrada às 22,30²⁰⁸.

²⁰⁸ Ata de encerramento da Primeira Convenção Feminina Estadual, Prontuário 108021, vol 10, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*.

Anexo C

Benvindo sejas tu!

Ana Montenegro

Eu venho da terra nua, sem flores nos cabelos.

Eu venho da terra nua, sem mantos de verdura:

- tem face de pedra, tem corpo queimado...

tem sede, tem fome, tem luz, tem calor.

É amante do sol, tem filhos trigueiros.

Os rios secaram. A terra sofreu. Os homens pararam.

O pau darco da estrada nunca mais floriu.

Eu trouxe os lábios murchos, eu trouxe as mãos vazias.

E andei perdida nos caminhos do mundo...

- Vi mulheres esfarrapadas fabricando o pano.

Vi homens descalços fazendo sapatos.

Vi a venda de corpos nos sujos mercados.

E a fome procriando ladrões e prostitutas.

E a natureza imensa, cheia de força,

Gritando aos iludidos: eu sou a mãe!

Acendi na fogueira crepitante da revolta do povo,

A luz que dá aos olhos a visão do futuro,

Qual vela votiva, ardendo e queimando, no altar da promessa.

E, tu, quem és? De onde vieste, amigo?

Percorrerei os caminhos da lembrança, em busca dos meus sonhos...

Não falarei de noites indormidas, de mágoas e amarguras.

Não contarei histórias de renúncia, de dor, de sacrifício.

Encherei meus lábios de calor, meu corpo de desejo, minh'alma de ternura.

Quem és tu? Benvindo sejas tu!

A vida trouxe a dor, a vida trouxe a luta, a vida trouxe o amor.

De onde vieste, amigo? Benvindo sejas tu!²⁰⁹

²⁰⁹ MONTENEGRO, Ana. "Benvindo sejas tu!" In: Momento Feminino, ed. 31, 27 de fevereiro de 1948, p. 07.